UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – FAU

LUIZ FELIPE LEÃO MAIA BRANDÃO

Um estudo sobre o planejamento e a reprodução social em Alagoas

V.1

São Paulo
2016

LUIZ FELIPE LEÃO MAIA BRANDÃO

Um estudo sobre o planejamento e a reprodução social em Alagoas

V.1

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Professor Titular Dr. Csaba Deák.

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR

O original se encontra disponível na sede do programa.

São Paulo, 8 de julho de 2016

Data de defesa: 11 de maio de 2016

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Brandão, Luiz Felipe Leão Maia
Um estudo sobre o planejamento e a reprodução social em Alagoas / Luiz Felipe Leão Maia Brandão; orientador Csaba Deák. -- São Paulo, 2016.
137 p. : il.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

1. Alagoas. 2. Planejamento. 3. Reprodução social. 4. Acumulação entravada. I. Deák, Csaba , orient. II. Título.

NOME: BRANDÃO, Luiz Felipe Leão Maia

Título: Um estudo sobre o planejamento e a reprodução social em Alagoas

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ___ / ___ / _____

Prof. Titular Dr. Csaba Deák Instituição: FAU/USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. Nuno Azevedo Fonseca Instituição: FAU/USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Profª. Dra. Klara Anna Maria Kaiser Mori Instituição: FAU/USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Titular Dr. Francisco Miraglia Instituição: IME/USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. Alysson Leandro Mascaro Instituição: Faculdade de Direito/USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Luísa, por estar ao meu lado, sempre.

Ao Professor Csaba Deák pela paciência e amizade, ao longo desses anos.

Aos amigos Leônidas Calheiros, Cintia Alves, João Bonnet, Prof. Nuno Fonseca, e Profª. Klara Kaiser Mori, pela consideração, companheirismo e por todas as ótimas conversas.

Aos Professores Francisco Miraglia Neto e Alysson Leandro Mascaro, pela participação na banca examinadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida para realização deste trabalho.

Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama de violentas as margens que o comprimem.

Bertold Brecht

RESUMO

BRANDÃO, L. F. L. M. **Um estudo sobre o planejamento e a reprodução social em Alagoas**. 2016. 137f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O estado de Alagoas se caracteriza pela precariedade de suas infraestruturas e pelo baixo nível de reprodução da força de trabalho, possuindo indicadores socioeconômicos abaixo da – já precária – média nacional, ou mesmo nordestina. A presente tese se propõe a investigar os determinantes da formação social em Alagoas, desde sua emancipação política em 1817, aos dias atuais. Para tal, serão analisados os estágios de desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional e no recorte local, e os reflexos desse processo no âmbito da reprodução social. Como fio condutor dessa análise, são descritas diferentes modalidades de planejamento produzidas ao longo dos anos pelo Estado brasileiro, em paralelo cronológico com as ações adotadas pelos governos alagoanos. Mediante a incorporação da teoria da *acumulação entravada* (Deák, 1991), defende-se a tese de que os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas e do nível de reprodução da força de trabalho, observados nas distintas configurações espaciais do país, são constitutivos de uma só totalidade. O quadro alagoano se explica, assim, não como resultado de um "desvio", equalizável mediante reforma, mas justamente pela natureza do papel ocupado por esse estado na reprodução social brasileira.

Palavras-chave: Acumulação Entravada, Planejamento, Alagoas.

ABSTRACT

BRANDÃO, L. F. L. M. **A study about planning and the social reproduction in Alagoas**. 2016. 137f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The Brazilian state of Alagoas is characterized by the precariousness of its infrastructure and the low level of its labor force reproduction, possessing socioeconomic indicators situated below the national average. The aim of this dissertation is to investigate the determinants of the social formation in the state of Alagoas (Brazil), since its political emancipation in 1817, to the present date. For such, the development stages of the production forces will be examined, at national and local scales. As the main guidelines of this analysis, the dissertation will describe the different kinds of planning tools produced through the years by the Brazilian State, in chronological parallel with the actions taken by the successive governments of Alagoas. By incorporating the theory of hindered accumulation (Deák, 2016), this work defends that the different development levels of the productive forces and the workforce levels observed in the country are constitutive of a single totality. Therefore, the Alagoas circumstances are explainable not in reason of a "deviation" equalizable by reform, but precisely because of the role played by this state in the Brazilian social reproduction.

Keywords: Hindered Accumulation, Planning, Alagoas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **9**

CAPÍTULO 1: O mercado e o Estado no capitalismo: estágios de desenvolvimento, planejamento, ideologia e produção do espaço **13**

1.1. Capitalismo: a dialética Estado/mercado 13

1.2. Os estágios de desenvolvimento e as formas ideológicas do capitalismo 20

1.2.1. Estágios de desenvolvimento 21

1.2.2. Ideologia e formas ideológicas 23

1.3. Definindo espaço, território e seus respectivos processos de constituição 28

CAPÍTULO 2: Capitalismo no Brasil: acumulação entravada e crítica à chamada "questão regional" **31**

2.1. Acumulação entravada como princípio ordenador da formação social brasileira 32

2.1.1. A instituição do capitalismo no Brasil e o estágio extensivo de desenvolvimento 40

2.1.2. A exaustão do estágio extensivo e a crise da acumulação entravada 45

2.2. Crítica à chamada "questão regional" 49

CAPÍTULO 3: Alagoas durante o estágio extensivo **62**

3.1. A comarca de Alagoas e sua emancipação 62

3.2. Os reflexos da instituição do capitalismo 71

3.3. A República Velha e o Estado Novo: novos ajustes conservadores 79

3.4. A consolidação do operariado e o advento do populismo 86

3.5. Considerações sobre o período abordado 92

CAPÍTULO 4: Alagoas na crise da acumulação entravada **95**

4.1. Repercussões da exaustão do extensivo no Brasil e a crise da acumulação entravada 95

4.1.1. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 96

4.1.2. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) 106
4.2. A acumulação entravada após a Constituição de 1988 110
4.2.1. A desregulamentação e o fim dos subsídios ao setor sucroalcooleiro..... 110
4.2.2. A precarização institucional do planejamento, e a crise em Alagoas..... 112
4.3. Considerações sobre o período abordado..... 121
CONSIDERAÇÕES FINAIS 125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....130

INTRODUÇÃO

Alagoas é um estado caracterizado pelo baixo nível de reprodução da força de trabalho e pela precariedade de suas infraestruturas. Ainda que estas características possam ser atribuídas ao Brasil como um todo, em Alagoas elas se manifestam de forma particularmente acentuada (ver Tabela 1).

O objetivo da presente tese é investigar os determinantes da formação social em Alagoas, desde sua emancipação política em 1817, aos dias atuais. Para tal, serão colocadas em paralelo e analisadas as distintas formas de planejamento produzidas pelo Estado brasileiro, e pelos governos locais alagoanos ao longo do tempo.

Tabela 1 - Quadro de indicadores socioeconômicos que ilustram a precariedade das condições de reprodução da força de trabalho no estado de Alagoas. Vale ressaltar que Alagoas ocupa o 1° lugar nos rankings brasileiros dos piores índices de todos os indicadores abaixo relacionados. (Fonte: IBGE, 2010 – exceto onde indicado)

	Mortalidade infantil (mortes a cada mil crianças menores de um ano).	Homicídios por 100.000 habitantes[1].	Analfabetismo (% de analfabetos maiores de 15 anos).	Índice de desenvolvimento humano (IDH).
Alagoas	46,4	61,8	21,8	0,631
Nordeste	33,2	38,3	17,4	0,660
Brasil	22	25,8	8,7	0,699
Considerado não endêmico pela OMS	Até 10	Até 10	Não se aplica	Não se aplica

Nesta tese é adotado um método de análise que enfatiza os estágios de desenvolvimento das forças produtivas como determinantes das formas de reprodução social. Tal abordagem metodológica (que detalharemos mais adiante) constitui-se em uma variante da interpretação

[1] BRASIL, 2015. Estudo: Mapas da Violência.

marxista, voltada à periodização do desenvolvimento histórico do capitalismo, proposta por Aglietta (1976), e complementada por Deák (2016), com vistas à aplicação na análise da formação social brasileira. Os estágios de desenvolvimento, com seus respectivos momentos de transição, constituem um ponto de vista privilegiado para o entendimento da reprodução, na medida em que elucidam as condições de funcionamento do Estado, mediante aos diferentes fatores que predominam como princípios de acumulação.

A abordagem acima é – até onde foi possível aferir nessa pesquisa – inexistente nos estudos sobre Alagoas. Durante o levantamento de dados secundários, foram adotados trabalhos de autores que, de algum modo, dão ênfase ao âmbito da produção – dentre os quais se destacam: Almeida (1997, 2013) Carvalho (1983, 2009), Tenório (1996, 2009), e Oliveira (1977). Ainda que tenham sido de grande relevância no processo de coleta de informações para o trabalho aqui apresentado, nenhum deles adota a interpretação dos estágios de desenvolvimento, como parte de seus respectivos métodos de análise – o que justifica o escopo desta tese.

Como discutido mais detalhadamente adiante, grande parte dos estudos sobre estados nordestinos centra-se no antagonismo de classe – em que se destaca a força das oligarquias rurais – como *o* elemento determinante da formação social brasileira nessa porção de seu espaço. Esse protagonismo atribuído aos, assim chamados, "coronéis" – firmando-se no conceito de "coronelismo"[2] – constitui o primeiro ponto de questionamento, aqui suscitado.

Um olhar inicial sobre como a formação social brasileira se caracteriza em Alagoas – bem como no Nordeste, de forma geral – leva, de fato, à percepção do domínio das elites rurais, como elemento em relevo. Esta classe de latifundiários – que compõem lideranças locais – utiliza seu poder econômico – e, não raro, o poder da pólvora – para dar

[2] A expressão "coronelismo" é empregada por várias correntes de pensamento. Desde o culturalismo inócuo de figuras como Gilberto Freyre, e sua esdrúxula oposição entre "casa-grande" e Estado; até posições mais consistentes – ora esquecidas, ora mal interpretadas – como a de Victor Nunes Leal, em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948), onde o autor define os coronéis como meros suportes de um sistema mais amplo, que integra as várias esferas de poder governamental – fugindo, assim, da ideia de "mandonismo" local, geralmente associada ao termo.

continuidade aos privilégios proporcionados pelo *status quo*. Contudo, há de se questionar como esse fenômeno ocorre de forma particular em determinados estados menos industrializados do Brasil, na medida em que eles estão inseridos no mesmo âmbito de reprodução daquelas unidades federativas que alcançaram certo grau de desenvolvimento – onde, por conseguinte, as elites rurais já não possuem tamanha força política.

Observe-se o exemplo do estado de São Paulo – para citar o caso mais contrastante – onde ocorreu um alto nível de industrialização, em contraposição ao que se observa em Alagoas. A abordagem regionalista, consagrada por Furtado (1967; 1974, 1983; 1989, 2013), explica essa heterogeneidade do espaço brasileiro mediante certos elementos constitutivos, como o já citado coronelismo e o patrimonialismo. Esse tipo de formulação, em que distintas formas de atuação das elites locais produzem o espaço de formas diferentes, não deixa de ter certa influência positivista – assumida pelo próprio Furtado (2013, pp. 39-40) – o que conduziu este estudo à identificação de lacunas na explicação da realidade brasileira e, por conseguinte, alagoana.

Na busca pelas ferramentas que permitissem a compreensão de como as desigualdades sócioespaciais brasileiras operam de forma integrada – e em consonância ao método de Deák (2016) já mencionado – o conceito de *reprodução social* se apresentou como um outro ponto de partida para a pesquisa. Trabalhado de forma pioneira por Althusser (1971), e aprofundado por Deák (*op. cit.*), o enfoque da reprodução se constitui como uma das variantes do método marxista, que submete aos ditames das forças produtivas o alcance das ações tomadas pela classe dominante em seu próprio benefício.

Colocadas as condições de partida para uma interpretação mais abrangente das formações sociais no capitalismo (modo de produção vigente no Brasil), buscamos o instrumental para a abordagem da especificidade da formação social brasileira. Nesse âmbito de pesquisa, foi utilizado o trabalho de Deák (1989; 1991; 2001; 2011; 2016). Ao formular a teoria da *acumulação entravada*, este autor situa na fundação do Estado brasileiro as raízes de seus entraves econômicos contemporâneos, frutos da contínua reprodução de uma formação social cujas características fundamentais derivam de sua origem colonial.

Dentre os trabalhos que incorporam a teoria da acumulação entravada em suas análises, destacam-se os de Schiffer (1989; 2004), e Mori (1997; 2004). Estas contribuições enfatizam, respectivamente, como esse processo se desdobra em grandes centros como São Paulo, e no âmbito nacional como um todo. A presente, em contrapartida, destaca a importância de se estudar, também, recortes nacionais "periféricos" e menos desenvolvidos – como Alagoas – entendendo-os não como uma escala reduzida da totalidade, mas como parte específica desta, com uma função determinada.

O trabalho se divide em quatro capítulos, sendo o *Capítulo 1* de fundamentação teórica, discutindo o processo reprodução social no capitalismo. O Capítulo 2 discorre sobre as particularidades do Brasil, destacando o papel da acumulação entravada como base material sobre a qual se organiza esta formação social. De modo consoante ao método de análise do trabalho, os capítulos subsequentes são divididos levando-se em conta a periodização dos estágios de desenvolvimento, conforme elaborado por Deák. Desse modo, o *Capítulo 3* enfatiza os acontecimentos em Alagoas durante o período em que o Brasil atravessou seu estágio de desenvolvimento extensivo (de meados do século XIX à década de 1970). O *Capítulo 4* realiza a discussão sobre o esgotamento do estágio extensivo, sem a subsequente entrada no intensivo, deflagrando a crise da acumulação entravada (da década de 1970 aos dias atuais). Por fim, há uma seção onde são apresentadas considerações finais, depurando uma interpretação da formação social brasileira, e destacando as particularidades manifestas em Alagoas.

CAPÍTULO 1

O mercado e o Estado no capitalismo: estágios de desenvolvimento, planejamento, ideologia e produção do espaço

Elucidar como o Alagoas assume suas particularidades demanda, de forma preliminar, um entendimento do princípio ordenador da formação social brasileira. O Brasil, desde meados do século XIX, é um país que se reproduz sob o modo de produção capitalista. Portanto, a compreensão da realidade brasileira passa pelo entendimento das condições específicas do desenvolvimento do capitalismo nesta formação social. O presente capítulo realiza uma breve reflexão teórica sobre a relação entre o modo de produção capitalista, e a atuação do Estado em sua sustentação, por meio do planejamento.

1.1. Capitalismo: a dialética Estado/mercado

Para que uma formação social se reproduza, torna-se necessária uma organização que, em um dado âmbito, regule-a e equacione os conflitos decorrentes de seus antagonismos, em acordo com o princípio de ordenação nela estabelecido. No capitalismo, a formação social se organiza em torno da produção de mercadorias em escala sempre ampliada, no âmbito do mercado. O Estado[3], por conseguinte, surge como tudo aquilo situado no âmbito da regulação capitalista, dando suporte ao mercado e provendo as infraestruturas necessárias à produção cada vez maior de

[3] O fato do Estado equacionar os antagonismos de uma formação social não significa que ele seja capaz de conciliá-los. Como lembrava Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), e reforçava Lênin, em *O Estado e a Revolução* (de 1917): "O Estado aparece na medida em que os antagonismos de classe não podem ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis" (Lênin, 2010, p.27).

objetos e serviços de acordo com seu valor de troca (mercadoria), assegurando a reprodução social[4].

Desse modo, um antagonismo se estabelece. De um lado o mercado atua expandindo a forma mercadoria e acumulando capital, buscando "colonizar" todos os âmbitos possíveis da formação social. O Estado (o não-mercado), por seu turno, cria os valores de uso e o conjunto de leis que, ao mesmo tempo, restringem a ação do mercado e possibilitam sua existência. Para tanto, o Estado atua nas seguintes áreas: as instituições legais e jurídicas; a coerção (monopólio da violência); a ideologia (produção de discurso que visa o consentimento ativo de seus membros, e sobre a qual discorreremos na seção a seguir); provisão de infraestruturas; e a regulação direta da produção, ou "regulação econômica" (Deák, 2016, pp. 102-106).

Por meio de tais mecanismos – e sempre com vistas à expansão da forma mercadoria – o Estado afiança as duas condições fundamentais ao capitalismo: 1) a propriedade privada dos meios de produção; e 2) a relação de produção baseada no trabalho assalariado. Como decorrência desta estrutura produtiva, temos a divisão da sociedade entre aqueles que detêm os meios de produção – a burguesia – e aqueles que estão apartados dos meio de garantir sua subsistência, e que, portanto, precisam vender sua força de trabalho, mediante ao pagamento de um salário: o proletariado.

Ao discutir a manifestação do antagonismo existente entre estes grupos no interior do Estado capitalista, Marx e Engels afirmaram em 1848 que: "O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa" (Marx & Engels, 2013, p. 42). Ocorre que os "negócios comuns" da burguesia (classe detentora dos meios de produção e que, por conseguinte, é dominante no capitalismo), não são viabilizados sem que antagonismos precisem ser mediados, também, no interior dessa classe; afinal, ao passo em ocupam

[4] Não se desconsidera, aqui, a possibilidade de uma formação social se autorregular sem a presença de um Estado se interpondo entre os indivíduos, a exemplo dos povos indígenas, onde não há divisão de classes. Como aqui nos interessam, em particular, as formações sociais capitalistas – que, via de regra, demandam regulação e infraestrutura – trataremos o Estado como um pressuposto para a reprodução.

posições equivalentes dentro da estrutura de produção, os burgueses também são agentes que concorrem entre si no âmbito do mercado.

Assim, na medida em que o Estado é burguês, por ser um *resultado* da estrutura social capitalista, ele não tem um caráter instrumental, de modo que seu funcionamento tem autonomia em relação aos interesses daqueles que eventualmente ocupem posições dentro do aparelho estatal. Esta asserção tem particular importância para a presente tese, na medida em que ela pretende discutir os limites do protagonismo das elites locais, em um dado recorte da reprodução[5].

Levada ao limite, a discussão aqui elencada conduz ao questionamento sobre o próprio papel dos indivíduos, e das classes a que eles pertencem, no processo histórico. Como coloca Marx, em "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte[6]", de 1852:

> Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontraram. A tradição de todas as gerações passadas é

[5] Em "A assim chamada acumulação primitiva", parte VIII do volume 1 de O Capital, Marx (em 1867) descreve o processo de afrouxamento dos laços de servidão, mediante ao avanço das técnicas produtivas, a usurpação das terras comunais, e a consolidação da forma-mercadoria como novo princípio de organização social. O texto referido (Ibid., p. 814-815) demonstra como o desenvolvimento das forças produtivas, na transição do feudalismo para o capitalismo, possibilitam ações de transformação que podem contrariar interesses pontuais das elites no poder. Ainda no mesmo trecho de *O capital*, Marx trata da figura dos arrendatários de terra, ascendentes na Inglaterra do século XVI, a despeito dos interesses dos *landlords* (até então, a "classe dominante"). Mediante a "revolução agrícola", que ocorre a partir do último terço do século XV, os arrendatários de terra foram beneficiados pelo aumento dos preços dos gêneros agrícolas (dado o crescimento da população), pelo aumento da produtividade (em função das novas técnicas de uso do solo), e pela defasagem dos valores pagos ao senhor da terra pelo arrendamento (que à época eram fixados por contratos que duravam, em média, 99 anos).

[6] Ao refletir sobre a ascensão ao poder de Napoleão III, a despeito do desprezo que a burguesia francesa nutria pelo seu recém-autoproclamado Imperador, Marx argumentou que aquele golpe de Estado era produto de uma disfuncionalidade da administração burguesa, que não conseguia, àquela altura, garantir por si própria a reprodução do capitalismo. Assim, impetrou-se um golpe contra a burguesia para salvar justamente o capitalismo francês.

> um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (Marx, 2011, p. 25).

Dado o exposto, na contribuição marxiana, os limites impostos a ação dos homens – na citação acima "o pesadelo que comprime o cérebro dos vivos" – é determinado, em última instância, pelo desenvolvimento das forças produtivas (tema debatido na seção a seguir). No prefácio de "Contribuição à crítica da economia política", de 1859, ao resumir a concepção geral que serviu de fio condutor em seus estudos, Marx formulou a seguinte síntese:

> [...] na produção individual de sua existência, os homens estabelecem relações sociais determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais [...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (Marx, 2003, p.5).

Ao incorporarmos a este debate a contribuição do teórico marxista francês Louis Althusser, o papel das classes é levado em conta, mas passa a desempenhar um sentido particular quando o autor o subordina ao conceito de *reprodução social*. Por reprodução social Althusser entende a síntese de forças que se articula junto ao meio autônomo, mas não independente, pelo qual a ação do Estado é orientada – dado um modo de produção erigido sobre um princípio organizador da formação social. A ação das classes decorrentes das *relações de produção* passa a ficar confinada nos limites impostos pelas *forças produtivas*, ainda que seu antagonismo atue come "motor" do processo histórico, conforme síntese abaixo:

> Na unidade específica das Forças de Produção com as Relações de Produção que constitui um modo de Produção, o papel determinante é desempenhado pelas Relações de Produção, com base e nos limites objetivos fixados pelas Forças Produtivas existentes (Althusser, 2008, p. 229).

Na contribuição de Althusser destaca-se que as relações de produção, e seus antagonismos, encontram seus limites no âmbito da

reprodução[7]. Ao trabalhar também com o conceito de reprodução social, Deák (2016) formula que no caso do capitalismo – em que a expansão da forma mercadoria é o princípio norteador das formações sociais – o Estado atua fazendo o necessário para garantir a reprodução ampliada da sociedade. Isso implica dizer que, apenas como *consequência*, na medida em que os interesses da classe capitalista coincidem com os ditames da reprodução social, de modo que estes interesses, em si, *não se configuram como as causas* da atuação do Estado.

Dentre as várias visões existentes sobre o Estado, e sua autonomia em relação às classes, aquela que mais se aproxima da assumida no presente trabalho é a de Mascaro (2015). O referido autor aborda a questão nos seguintes termos:

> A reprodução do capitalismo só é possível apartando o poder político da miríade dos agentes econômicos, tanto burgueses, quanto trabalhadores. Nisso reside o fundamental da autonomia da forma política. Mas tal autonomia se exerce justamente numa cadeia de relações sociais específicas, capitalista. O Estado é autônomo mediante condições de reprodução capitalista. Assim, sua forma é capitalista e sua posição existencial e estrutural depende dessa contínua reprodução [...]. A autonomia estatal é estruturalmente havida só e sempre em razão da própria derivação de sua forma a partir dos mecanismos de reprodução capitalista. A forma-mercadoria explica a forma política estatal como sua derivada. Tal forma política é, estruturalmente, terceira em relação à dinâmica particular dos indivíduos e classes, exsurgindo necessariamente como um espaço distinto do capital e do trabalho assalariado, mas vinculando sua existência às próprias relações capitalistas (Mascaro, 2013, pp. 44-45).

No trecho acima, Mascaro destaca o papel da forma-mercadoria, e o imperativo de sua expansão como elemento que orienta a ação do Estado. Na medida em que o aparelho estatal atua expandindo a forma-mercadoria, ele – na maioria dos casos – beneficia a classe detentora dos meios de produção e atende a maior parte de seus interesses, como um

[7] Era cara a Althusser a passagem de uma Carta de 1868 a Kugelmann, onde Marx afirma: "Toda criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver um ano que seja".

resultado do processo da reprodução. É importante destacar que esse alinhamento com os interesses das classes detentoras dos meios de produção se dá na maior parte das vezes, mas não em todas: em muitos momentos o Estado atua contrariando os interesses de setores particulares do mercado, para garantir a continuidade da expansão da forma-mercadoria (tal como o faz quando atende reivindicações trabalhistas e eleva o nível de reprodução da força de trabalho, assegurando o incremento da produtividade). Portanto, o que define, em última instância, a efetividade da ação do Estado em favor de um determinado interesse é a aderência deste com a reprodução, conforme resumido por Mascaro no trecho seguinte:

> Se o Estado é autônomo quanto aos sujeitos de direito em relação mercantil e produtiva capitalista, então ele não se apresenta, formal e imediatamente, como a vontade da burguesia ou, via contrária, da classe trabalhadora. Mas se o estado revela autonomia perante as classes, não quer revelar, com isso, indiferença em relação ao todo social. Não é o domínio do Estado por uma classe que revela sua razão estrutural de ser: é a forma (do Estado) que revela a natureza da reprodução social (Mascaro, loc. cit.).

Mediante a ótica da reprodução, explanada acima, torna-se possível entender como se dão os progressos obtidos na elevação do nível da reprodução da força de trabalho, tais como: aumentos de salário, diminuição da jornada de trabalho, e obtenção de determinados benefícios (ex. auxílio médico, alimentação, etc.). Tratam-se de ações do Estado para garantir a sustentação do *status quo*, ainda que essas medidas contrariem interesses imediatos e pontuais da classe capitalista. Ao tratar dos processos de transformação social, Marx descreve como o esgotamento de um modo de produção conduz às transformações sociais[8]:

> Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relação de produção existentes, ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de

[8] Como discutiremos mais adiante, ao tratar sobre Alagoas, essa noção contribuiu para o entendimento do papel dos chamados "coronéis" na produção do espaço no nordeste.

> desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. [...] Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter (Marx, 2003, pp. 5-6).

Antes de uma crise do modo de produção, capaz de levar ao desfecho revolucionário aludido por Marx[9] no trecho acima, uma formação social pode passar por transições, durante a passagem de seus *estágios de desenvolvimento* (conceito que detalharemos adiante). Estas transições demandam adaptações do Estado e de suas formas de atuar. Reproduzir uma sociedade com um mesmo princípio de formação social não significa reproduzi-la da mesma forma. Aquilo que o aparelho de Estado gera como produto final acaba se adaptando às diferentes condições das forças produtivas. Nesse ponto, os estágios de desenvolvimento esclarecem a questão, sobre como (e porque) o Estado atua de diferentes formas ao longo do tempo.

À essas distintas formas de atuação do estado no sentido de garantir a reprodução social, mediante ao conjunto de ferramentas de que ele dispõe, designaremos como Planejamento. Conforme conceituação de Deák:

> Planejamento é o agenciamento da intervenção do Estado de acordo com as necessidades da reprodução social e segundo os pré-requisitos dos estágios de desenvolvimento, acompanhado de uma retórica, para

[9] É necessário assinalar a distinção entre a crise de um modo de produção, circunstância a que Marx se refere na citação em destaque, e o esgotamento de um estágio de desenvolvimento, tema apresentado na seção a seguir. Marx acreditava que a conclusão do processo de assalariamento conduziria, em última instância, ao fim do próprio processo de acumulação, configurando-se, por conseguinte, na crise que poria fim ao modo de produção capitalista. Em contrapartida, como apresentaremos em seguida, o capitalismo ganhou sobrevida na medida em que manteve a acumulação (ainda que a taxas de crescimento menores), mediante ao aumento da produtividade do trabalho, viabilizado pela ampliação da ação estatal (planejamento). Conforme periodização elaborada por Aglietta, e complementada por Deák, detalhada a seguir, o processo que Marx pensava representar o fim do capitalismo se constituiu, adiante, na transição de um estágio de desenvolvimento extensivo (acumulação baseada no assalariamento) para um estágio de desenvolvimento intensivo (acumulação baseada na produtividade).

> justificar/legitimar essa intervenção perante aos membros de uma sociedade, baseada na ideologia[10] prevalecente no mesmo estágio de desenvolvimento (Deák, 2016, p. 97).

À definição acima feita por Deák, gostaríamos de fazer um complemento: tratando o tema da maneira apresentada pelo autor, podemos interpretar todas as ações do Estado – como, por exemplo, a votação de uma nova Lei no congresso ou a criação de um novo órgão governamental – como formas de planejamento. O planejamento se configura, assim, como um conjunto de ações tomadas não apenas quando subordinadas à perspectiva de longo prazo, a qual esse conceito costuma ser correntemente associado. Desse modo, entende-se que – do mesmo modo que é o Estado quem está subordinado aos estágios de desenvolvimento - não é o planejamento quem planeja (em um sentido teleológico) a reprodução social: é a própria reprodução – em que pese os estágios de desenvolvimento – que determina a ação parassimpática do planejamento. Desse modo, onde a expressão planejamento ocorrer no presente trabalho, esse caráter não finalístico e *lato sensu*, aqui atribuído ao termo, precisa ser levado em conta.

1.2. Os estágios de desenvolvimento e as formas ideológicas do capitalismo

Reproduzir uma dada formação social, dentro de um mesmo princípio de ordenação, não implica em fazê-lo sempre de uma mesma maneira. O desenvolvimento das forças produtivas, com seus respectivos estágios, demanda ajustes na maneira do aparelho estatal garantir a reprodução. Em decorrência das transformações que a sucessão de estágios de desenvolvimento engendram, o Estado também adapta os discursos que justificam suas ações, o que leva cada estágio de desenvolvimento a ter uma forma ideológica que lhe é correspondente. As subseções a seguir sumarizam como esse processo transcorreu nas formações sociais burguesas.

[10] Trataremos de ideologia na seção seguinte, juntamente com os estágios de desenvolvimento.

1.2.1. Estágios de desenvolvimento

As formulações de Aglietta (1976) e Deák (2016) são aqui tidas como as que mais bem definem os estágios de desenvolvimento. O primeiro lança luz sobre a composição da reprodução ampliada do capital, como o somatório da incorporação da mão de obra com o aumento da produtividade. O segundo acrescenta as implicações das condições da acumulação sobre a dialética entre o Estado e o Mercado, o nível de reprodução da força de trabalho, e as formas ideológicas decorrentes de cada estágio de desenvolvimento. Com base em ambos os autores, dois estágios principais podem ser apontados:

a) Estágio Extensivo: nos estágios finais das formações sociais feudais, devido ao avanço das técnicas produtivas e da ampliação do excedente produzido na atividade agrícola dos feudos, os laços de servidão gradativamente vão se afrouxando, até que a produção e expansão da forma-mercadoria se estabelece como novo princípio de organização social. Surge o capitalismo que, em seu primeiro estágio, tem na substituição da produção de subsistência no campo pela produção assalariada na cidade o seu principal "motor" de expansão – assim, gradativamente, a produção de mercadorias se estende em detrimento da produção para subsistência. Esse processo ocorreu de forma bastante violenta, mediante aos cercamentos (transformação das terras comunais em propriedade privada) e a consequente expulsão dos trabalhadores do campo. Esse estágio se caracteriza: 1) pelas altas taxas de crescimento, propiciada pela "acumulação primitiva" (cercamentos das terras comunais) e pelo ritmo acelerado de assalariamento; e 2) pelo baixo nível de reprodução da força de trabalho (Foto 1), propiciado pela abundante quantidade de mão de obra que afluía para as cidades, após ser apeada de seus meios de subsistência no campo.

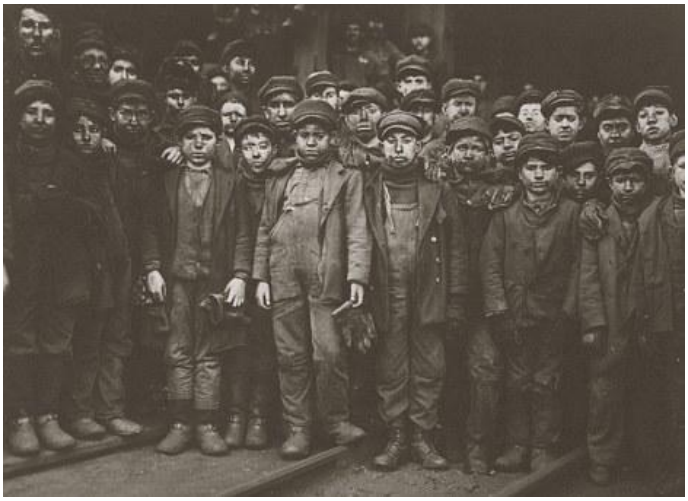

Foto 1 – Crianças operárias em uma fábrica inglesa da década de 1840, durante o estágio de desenvolvimento extensivo. Trabalhando em condições análogas à escravidão, o grande contingente de pessoas que afluíam para as cidades, depois de terem sido despojados de suas condições de subsistência no campo, possibilitou um alto nível de exploração de sua mão-de-obra, com baixo nível de reprodução da força de trabalho (Fonte: Humphries, 2010).

b) Estágio Intensivo: surge a partir da exaustão do estágio extensivo. O processo de assalariamento vai-se completando, e a extensão da forma mercadoria atinge seus limites, uma vez que toda a mão de obra disponível já está assalariada. Assim, o aumento da produtividade do trabalho passa a ser o meio predominante de ampliação da produção. A taxa de acumulação cai, limitada que está doravante ao aumento da produtividade do trabalho (o "progresso" técnico). Este estágio acaba demandando uma maior intervenção do Estado, no sentido de prover condições para o incremento da produtividade (infraestrutura e elevação do nível de reprodução da reprodução da força de trabalho), necessárias à continuidade da acumulação. Entra em cena o Planejamento, em âmbito sempre mais amplo[11], como um mecanismo usado para atingir esses objetivos.

[11] É válido pontuar que mesmo durante o estágio extensivo – em que a disponibilidade de mão-de-obra a ser assalariada demanda um baixo nível de reprodução da força de trabalho, e, por conseguinte, menor ação estatal no sentido de prover infraestruturas – a interferência do Estado se faz necessária mediante ao provimento da burocracia e do aparelho repressivo, fundamentais à garantia da propriedade privada, como instrumento que mantenha o trabalhador apartado das suas condições de subsistência.

A esses estágios, Deák (Ibid.) acrescenta o período contemporâneo de esgotamento do estágio intensivo:

c) Crise do capitalismo: Surge do encontro dos limites de expansão da forma-mercadoria e, por conseguinte, da acumulação. A necessidade de contínua elevação da produtividade, com a implantação de novas infraestruturas, resulta em uma restrição do âmbito do Mercado devido à contínua e necessária ampliação da área de atuação do Estado. A tentativa de reverter essa tendência (neoliberalismo) está em contradição com a dialética Mercado/Estado, uma vez que a produção de Mercado continua a exigir crescente expansão do Estado, evidenciada empiricamente pelo aumento dos gastos públicos, necessários à garantia da reprodução social.

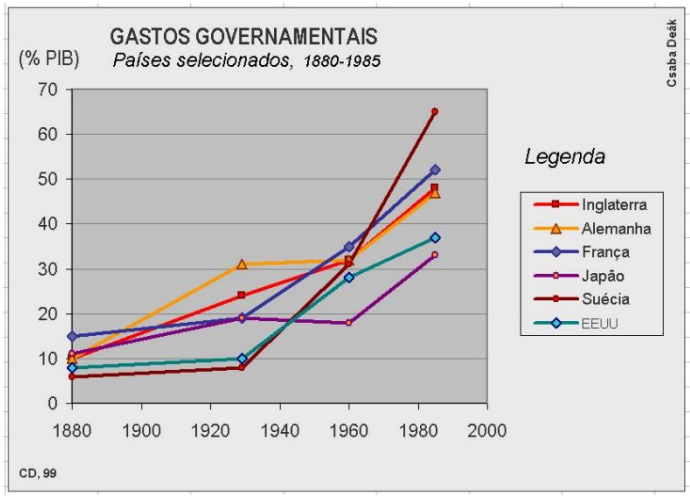

Gráfico 1 - Progressão dos gastos governamentais nos principais países capitalistas de acumulação desimpedida. Pelo gráfico é possível perceber o aumento dos gatos durante o período do *welfare state*. Demonstra-se, também, que durante o início do período de crise do capitalismo, com as privatizações e a ideologia neoliberal, os gastos não só continuam crescendo como se aceleram (Fonte: Deák, 2001, p. 202).

1.2.2. Ideologia e formas ideológicas

A partir da interpretação dos estágios de desenvolvimento, podemos compreender porque o Estado capitalista muda suas formas de atuação, ainda que opere sempre voltado a um mesmo princípio de ordenação social. Para garantir a coesão social necessária à reprodução, ele faz uso de alguns aparelhos específicos, tal como descrito por Althusser (1971). O primeiro deles é o aparelho repressivo. As leis, a polícia, os poderes constituídos em geral (sobretudo o judiciário) atuam na repressão direta (coerção física) de qualquer dissidência que ameace a reprodução social. Para diminuir a necessidade de se recorrer a esses instrumentos – e

os custos materiais e humanos que isso implica – o Estado complementa a sujeição dos indivíduos lançando mão de seus aparelhos ideológicos. A igreja, a "imprensa livre", e a escola atuam produzindo a ideologia. Esta, por sua vez, é o discurso que "veste" a formação social, mostrando-a para o indivíduo como um produto coeso e acabado: a sociedade – o melhor mundo possível.

Conforme Althusser, ideologia é:

> [...] uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência [...] Não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que "os homens representam" na ideologia, mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada [...] Na ideologia, o que é representado não é o sistema de relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem (Althusser, 1971, pp. 77-82).

Conforme a visão do autor, aqui partilhada, a ideologia não é apenas uma ilusão, um discurso falso sobre a realidade dos indivíduos. Ela é, em verdade, uma ferramenta que opera por meio da *alusão*. Para se efetivar, o discurso ideológico seleciona e dá evidência a aspectos da realidade que lhes são convenientes, omitindo, ao mesmo tempo, os fatos que efetivamente explicam os processos a que ela alude. Sugere-se, assim, a existência de elementos desejáveis ao discurso, mas não expressos diretamente em seu conteúdo. A esse estratagema ideológico, Althusser dá o nome de *discurso lacunar*.

Um exemplo típico do discurso lacunar pode ser encontrado em uma de suas proposições jurídicas elementares do discurso burguês: "Todos são iguais perante a lei". Quando analisada sob o viés estritamente jurídico, tal afirmação é verdadeira, haja vista que no Estado capitalista (ao contrário do que ocorria no feudalismo) todos os indivíduos estão formalmente sujeitos aos mesmo conjunto de normas, ficando assim sugerida a ideia de igualdade efetiva. Todavia, o poder de tal informação não está no que ela diz, mas sim naquilo que quem a formula opta por não dizer: que a igualdade no âmbito jurídico não se traduz nos processos sociais concretos, haja vista que são as posições dos indivíduos dentro das relações de produção (que no capitalismo são obrigatoriamente desiguais) que determinam suas oportunidades.

Assim, a ideologia se distingue da crítica dos processos concretos não naquilo que evidencia, mas justamente no que deliberadamente camufla. A capacidade de persuasão deste discurso depende da aderência do seu conteúdo explícito às condições de reprodução – já que a fonte de sua credibilidade reside na correspondência entre aquilo que se vê e aquilo que se diz. Por isso, como Deák (2016, pp. 107-109) destaca, cada estágio de desenvolvimento capitalista, distinto dos demais quanto às condições de acumulação e reprodução, requer uma forma específica de discurso ideológico que lhes seja correspondente.

Partindo desse entendimento, o referido autor (ibid., pp. 115-130) estabelece a relação entre os estágios de desenvolvimento e as formas ideológicas do capitalismo:

a) Estágio extensivo: liberalismo – no estágio em que a acumulação de capital se dá de forma acelerada, mediante a incorporação da mão-de-obra que migrava para as cidades em busca de emprego – cabe pouco peso ao Estado na tarefa de assegurar o nível necessário à reprodução da força de trabalho. Por isso, durante esse período histórico, eram flagrantes as péssimas condições de vida dos trabalhadores. Nos países europeus ocidentais (Inglaterra, França, Alemanha) este estágio perdeu predomínio em meados do século XIX, quando (praticamente) todas as suas populações passaram a viver em cidades de forma assalariada. A ideologia dominante nesse estágio foi o liberalismo, na medida em que ela se alinhava com as condições de produção por pregar a ideia de "livre" atuação do mercado – assim como do indivíduo, "livre" ao dispor de sua propriedade – sem restrições impostas pelo Estado. Dada a abundância de mão de obra a ser assalariada (resultante do êxodo de trabalhadores rumo às aglomerações urbanas, gerado pela exclusão destes do uso das terras comunais, por meio dos cercamentos), a pouca necessidade de atuação do Estado para garantir um nível mínimo da força de trabalho[12] sustentava a aparência de que o mercado poderia se autorregular por meio de uma "mão invisível", capaz de conduzir a economia.

b) Estágio intensivo: socialdemocracia – mediante a saturação do processo de assalariamento, esgota-se o estágio extensivo. No estágio intensivo, o progresso técnico se torna a única fonte de acumulação. O binômio novas técnicas / esgotamento da reserva de trabalho impõe a

[12] Cf. ENGELS, Friedrich. [1845]. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.

necessidade de melhoria do nível de reprodução da força de trabalho – correspondente às leis trabalhistas, e melhores condições urbanas[13]. Assim, uma mudança – tanto na maneira do Estado reproduzir, quanto na sua forma de incutir a ideologia – precisou tomar curso. Em correspondência à elevação do nível de reprodução da força de trabalho (expressas ideologicamente e apresentadas amiúde como "direitos trabalhistas"), promovida pelo Estado, engendrou-se uma nova forma ideológica: a socialdemocracia. Essa ideia de que poderia haver um pouco de socialismo dentro do capitalismo perdurou até o esgotamento do estágio intensivo, em meados da década de 1970, culminando na crise contemporânea.

c) Crise atual: neoliberalismo – o alto grau de endividamento do Estado, e as restrições impostas ao mercado, para que fosse possível a contínua ampliação do Estado, trouxe-nos ao momento de crise atual. Desde a década de 1970 – intensificando-se na década seguinte, com o que na época se denominou Reaganismo (EUA) e Tatcherismo (Reino Unido) – consolida-se uma nova forma ideológica para justificar as ações do Estado e enfrentar a crise: o neoliberalismo. A ideia de que os Estados podem diminuir, pagarem suas dívidas, e voltarem a dar espaço à ampliação dos mercados, nega as razões pelas quais tais Estados precisaram ampliar suas atuações no início do estágio intensivo – conforme descrito acima. Essa tentativa de negação da realidade objetiva torna o neoliberalismo uma forma ideológica distinta daquelas que a antecederam. Enquanto o liberalismo e a socialdemocracia faziam alusão a aspectos objetivos da realidade (menor e maior necessidade de atuação do Estado, respectivamente), o neoliberalismo não tem qualquer relação com as condições de produção vigentes nos países capitalistas centrais.

Um exemplo que ilustra a situação crítica em que se encontra o modo de produção capitalista é o observado atualmente na sociedade estadunidense. Diante da precariedade do sistema de saúde dos EUA, o

[13] É importante destacar que, ainda que os estágios de desenvolvimento determinem o nível necessário à reprodução da força de trabalho, não há, no aparelho tecnocrático do Estado (tampouco nos mecanismos "auto-regulatórios" do mercado) quem tenha condições de determinar, antecipadamente de maneira planejada, que nível será esse. Cabe a luta de classes (regulada pelo Estado, principalmente sob a forma dos sindicatos) determinar onde se assenta o conjunto de regulações capazes de sustentar a acumulação em um dado estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

governo atual (Partido Democrata) se viu diante da necessidade de elevar esse item da reprodução da força de trabalho, ampliando sua rede de atendimento, por meio de subsídio aos planos de saúde. A oposição (Partido Republicano) combateu a medida, em função do aumento de gastos que ela implicará, ao já deficitário Estado deste país (dívida três vezes superior ao PIB). Trata-se de um caso em que os dois lados aludem a distintos aspectos da realidade, camuflando diferentes porções dela. De fato, a necessidade de se elevar o nível da reprodução da mão de obra é iminente, dada a impossibilidade de se manter o aumento da produtividade, sem a garantia das condições de saúde da força de trabalho (para citar apenas um aspecto). Em contrapartida, está o fato de que Estado americano já possui uma dívida impossível de ser paga, e, naquela altura, já havia elevado seu teto constitucional de endividamento, para evitar uma moratória imediata. O equívoco, comum a ambos os lados, é a falta de percepção de que as duas posições fazem alusão a elementos da realidade, mas são inconciliáveis sob o ponto de vista das porções da realidade objetiva que cada uma pretende camuflar. Fato que ilustra o quanto é inviável a continuidade da expansão da forma mercadoria, como princípio da organização social.

Ao tratar da questão da dívida e suas implicações, Mészáros, em sua obra *A Crise Estrutural do Capital*, descreve o panorama de negação da situação global da seguinte forma:

> O característico, contudo, é que este tema é na maior parte do tempo mantido fora de cena, graças à conspiração do silêncio das partes interessadas. Como se essas dívidas pudessem ser "anotadas no interior da lareira, para que a fuligem cuidasse delas", como se diz no provérbio húngaro [...]. Todavia, imaginar que essa prática de administração da dívida "pelo método da lareira", quando estão envolvidos trilhões de dólares, possa continuar indefinidamente, ultrapassa os limites de toda a credulidade (Mészáros, 2011, p. 37).

O quadro observado nos EUA também se manifesta nas nações que compõem a União Europeia, naquilo que a economia vulgar tem tratado como uma mera crise do Euro (moeda). Mesmo que essa modalidade de crise (ainda) não se configure no Estado brasileiro, ela nos traz algumas consequências. Trata-se da forma pela qual as formas ideológicas do capitalismo central são "importadas" para a explicação de nossa realidade,

mesmo que estejamos sob condições de reprodução diferentes (tema que trataremos mais adiante, ainda nesse capítulo).

1.3. Definindo espaço, território e seus respectivos processos de constituição

Nesta seção, é apresentada a distinção entre território e espaço, e como são utilizados estes termos para fins deste trabalho. Território e espaço são conceitos abordados de formas diferentes pelas diversas disciplinas que tratam dos processos inerentes aos assentamentos humanos, como a geografia, o urbanismo, e a sociologia. De antemão, é importante esclarecer que as definições aqui atribuídas a cada um desses termos não têm por objetivo esgotar a discussão retórica que os envolve – visam precisar a forma pela qual eles são compreendidos e empregados no presente texto.

Por território entendemos a extensão física de uma porção do ambiente[14]. Imaginemos o que restaria de um país se, hipoteticamente, retirássemos dele toda a reprodução que lhe é inerente. O resultado dessa subtração seria seu território.

O espaço, por seu turno, é a instância em que a produção e a reprodução ocorrem. A partir da construção das infraestruturas sobre o território, o Estado passa a viabilizar a reprodução e, gradativamente, constitui o espaço.

No capitalismo a constituição do espaço se faz a partir da integração nacional, mediante a atividade do Estado na construção de infraestruturas físicas (rodovias, ferrovias, linhas de comunicação) e legais (leis, instituições administrativas, sistema fiscal e alfandegário), para viabilizar a acumulação dentro dos seus limites territoriais. Nas formações sociais voltadas à acumulação desimpedida (os chamados "países capitalistas centrais"), as infraestruturas são dispostas de forma homogênea e homogeneizante, criando localizações comparáveis e intercambiáveis dentro de um mesmo espaço (ver mapas da Figura 1, ilustrando esse processo no caso da Alemanha), e otimizando o espaço enquanto suporte

[14] Vale dizer que podemos conceber a existência de território sem a presença de um Estado, como é o caso da Antártida, ou de territórios não ocupados fora da terra, como o solo lunar, por exemplo.

do processo de acumulação – e, em última análise, a própria reprodução social.

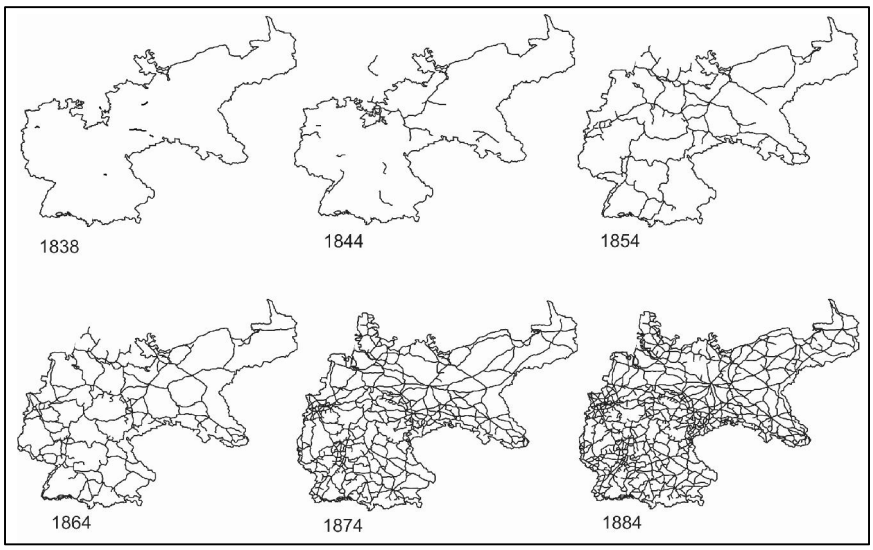

Figura 1 - Constituição da malha ferroviária que atuou como sustentáculo da unificação alemã, durante o século XIX. A medida em que o capitalismo vai se firmando como princípio de ordenação social nos reinados e principados germânicos sob hegemonia da Prússia, vão sendo criadas as infraestruturas que tornam essas localizações intercambiáveis, dentro de um mesmo espaço nacional, que se institucionaliza com a criação do Estado alemão, em 1871. Importante notar que primeiro há um processo de constituição do espaço, com seu abarcamento pela infraestrutura, seguido pelo adensamento da mesma (Fonte: Deák, 2016, adaptado para este trabalho).

Esta ação do Estado capitalista na produção de infraestruturas físicas e legais para a reprodução ampliada da forma-mercadoria constitui o processo de urbanização. Deák resume este processo, descrevendo que no capitalismo:

> [...] O valor da produção para subsistência se transforma em salário, o excedente é apropriado na forma de lucro, ambos incorporados no valor das mercadorias, e troca se torna uma troca de equivalentes num mercado unificado. Assim, enquanto no feudalismo a separação entre a produção e a troca/consumo, numa constelação de mercados separados, impunha a dicotomia campo/cidade e a fragmentação do território em uma constelação de espaços locais, a produção capitalista de mercadorias num mercado unificado impõe, pelo contrário, a dissolução da dicotomia campo/cidade e a redução da constelação de espaços locais a um espaço único, no qual mercadoria, trabalho e capital fluem

> livremente, a uma escala suficiente para sustentar um processo de acumulação autônomo – como aquele realizado historicamente dentro dos limites do Estado-nação moderno (Deák, 2001, pp. 87-88).

Mediante ao acima exposto, podemos destacar algumas características centrais na produção do espaço capitalista: 1) para constituir o espaço sobre o território o Estado precisa criar infraestruturas que gerem localizações, intercambiáveis entre si dentro deste mesmo espaço; 2) no capitalismo, todo espaço tende a ser urbano; 3) o Estado-nação moderno – a que Deák se refere no trecho acima destacado – configura-se como a instância limítrofe de equivalência das localizações produzidas no espaço capitalista; e 4) o Estado nação é, por conseguinte, a instância sobre a qual se organiza – e, portanto, é a partir dela que se analisa – a reprodução social capitalista.

As asserções acima pontuadas são importantes para a presente tese, na medida em que esclarecem que o estudo sobre uma unidade federativa específica, como o aqui proposto, deve levar em conta, de forma indissociável, o processo histórico da formação social brasileira. Assim, Alagoas é estudada como um fragmento resultante deste processo, subjacente ao planejamento do Estado nacional. Tratamos, por conseguinte, da reprodução social *em* Alagoas, e não *de* Alagoas.

Ocorre que, no caso da formação social brasileira, a homogeneização das infraestruturas que caracteriza o capitalismo desimpedido ocorre de forma fragmentada. Esse fenômeno se dá em função das particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, e engendram matrizes de explicação que apenas reforçam as desigualdades mencionadas. Tais temas são abordados no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2

Capitalismo no Brasil: acumulação entravada e crítica à chamada "questão regional"

No capítulo anterior foram apresentadas as condições de reprodução das formações sociais capitalistas, voltadas à acumulação desimpedida. O presente capítulo trata das especificidades da formação social brasileira, adotando a teoria da acumulação entravada (Deák, 1991; 1999; 2001; 2016), como forma de interpretação.

Primeiramente será explanado como a acumulação entravada se estabeleceu como base material da formação social brasileira, constituindo-a como uma sociedade de elite. Em seguida, é apresentada uma breve retrospectiva do processo histórico do capitalismo no Brasil, dividida de acordo com o estágio de desenvolvimento atravessado pelo país (estágio extensivo, sucedido pela crise da acumulação entravada). Nestes relatos são descritos os ajustes institucionais realizados ao longo da história brasileira, visando a sustentação da acumulação entravada, como princípio ordenador desta formação social. Tais seções também buscam trazer uma reflexão sobre as formas ideológicas que revestem a reprodução social no Brasil, destacando as incongruências geradas pela importação e incorporação de discursos produzidos em formações sociais de capitalismo desimpedido (sociedades burguesas), adicionando-lhes elementos autóctones.

Por fim, discute-se o largamente utilizado conceito de "região", posto o papel que ele desempenha, no encobertamente das causas – enraizadas nos processos de reprodução capitalista e exacerbadas na acumulação entrava – geradoras da heterogeneidade dos níveis de infraestrutura e de reprodução da força de trabalho, observados nas diferentes porções do espaço nacional – causas estas que, precisamente,

procuramos esclarecer para auxiliarem na elucidação dos processos que tomam curso em Alagoas (assunto dos capítulos subsequentes).

2.1. Acumulação entravada como princípio ordenador da formação social brasileira

As particularidades do modo de produção capitalista no Brasil estão vinculadas às origens coloniais do país. O regime colonial – modo de exploração a que o Brasil esteve submetido por pouco mais de três séculos – era caracterizado pela ocupação de um território, sem que nele se constituísse uma reprodução social autônoma. A colônia (do latim, "fazenda") estava submetida à metrópole que, conforme suas necessidades, estruturava a ocupação e exploração colonial. Para que este processo exploratório tomasse curso, estabelecia-se um "pacto", no qual a colônia (Brasil) era obrigada a negociar diretamente apenas com a metrópole (Portugal), sem a interferência de outras nações. Além disso, um norma adicional impunha que a colônia não poderia fabricar produtos feitos na metrópole, relegando-a ao papel de consumidora de manufaturados e de fornecedora de matérias-primas e produtos primários.

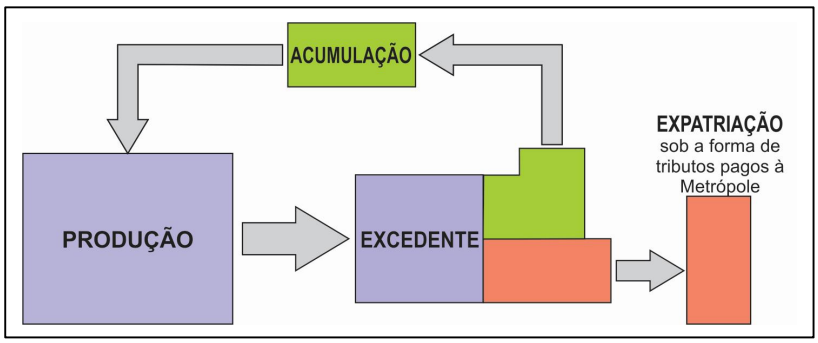

Figura 2 - Esquema em que se representa o processo de produção colonial (Fonte, Deák, 1991, adaptado para o presente trabalho).

Esta forma de organização não se dava sem que um antagonismo se estabelecesse. Como descreve Deák, ter seu excedente apropriado pela metrópole é a própria razão de ser da colônia. Contudo, a maximização do excedente (sua expansão ano a ano) implica na abdicação de uma parte deste, destinando-o à criação e subsequente ampliação de uma estrutura local de produção em escala crescente. Este processo viabilizada a continuidade e o aumento da escala da exploração da colônia, mas encerra um antagonismo entre o desenvolvimento da produção local e a manutenção do domínio da Metrópole, antagonismo este que engendra a dialética da produção colonial. Conforme o referido autor:

> O processo de produção/reprodução local é antagônico à extração de excedente por parte da metrópole, pois que somente poderia se desenvolver plenamente se pudesse utilizar o excedente por ele produzido na ampliação de sua própria reprodução. No desenvolver da produção colonial e da relação colônia/metrópole, portanto, o princípio da extração de excedente precisa ser continuamente re-imposto contra a tendência para a ampliação da reprodução local, que no entanto é a própria fonte da ampliação do excedente retirável. A história das colônias no capitalismo é precisamente a história do desenvolvimento do antagonismo entre a reprodução local e a sua exploração pela respectiva metrópole (Deák, 2001, p. 142).

Dado o exposto acima – e para minimizar o risco de que a produção/reprodução local ganhasse força suficiente, ao ponto de que a colônia tivesse condições de se insurgir em uma revolução de independência[15] – a ocupação do Brasil por Portugal se deu de forma deliberadamente fragmentada. Fragilizadas pelo isolamento, as diversas frações do espaço colonial realizavam escasso (muitas vezes inexistente) intercâmbio entre si, reportando-se e realizando comércio diretamente junto à coroa portuguesa.

Durante o período de aproximadamente três séculos em que o Brasil foi colônia de Portugal, a produção colonial engendrou uma sociedade colonial. As características predominantes da produção que se consolidou sobre o território ocupado foram as seguintes: lavouras em grandes extensões de terra (*plantations*/latifúndios), utilização de mão de obra escrava em larga escala, e – como condição inerente ao "pacto colonial" – a já mencionada proibição da produção de manufaturas em solo brasileiro.

Estas condições resultaram na formação social controlada por uma elite de fazendeiros e comerciantes ligados à economia de importação e exportação. Com a transferência da corte para o Brasil em 1808, esses grupos ganharam maior força política, em razão de medidas como a abertura dos portos às "nações amigas" (leia-se Inglaterra), no mesmo ano. Dada a crescente autonomia obtida em relação a Portugal (na ocasião ocupada pelas tropas de Napoleão Bonaparte), a sociedade colonial teve

[15] O exemplo mais destacado de um evento dessa natureza é o processo revolucionário movido pelo colônia inglesa que viria a se tornar os EUA.

que constituir um aparelho de Estado encarregado de sua sustentação, dada a impossibilidade circunstancial da metrópole de fazê-lo. Manter a formação colonial, provendo-a com um aparelho de Estado que a sustente: nisso se resume o processo amplamente denominado como "Independência".

Em 1822, mediante a manutenção da dinastia de Bragança no poder, com a coroação de Dom Pedro I como imperador do Brasil, tornou-se possível realizar uma desvinculação pacífica junto a Portugal. Desse modo, além de dispensar o apoio das camadas populares – cujo suporte seria imprescindível num processo de ruptura revolucionária – não houve a necessidade de que se operassem as transformações que a constituição de um novo aparelho de Estado demandaria. Com isso, engendrou-se uma formação social em que as características coloniais continuaram a constituir seu modo de reprodução, a que Deák denomina como *sociedade de elite*, e que, conforme o referido autor, define-se como uma:

> Sucedânea da sociedade colonial formada no Brasil, que no processo de Independência incorporou o aparelho de Estado até então provido pela Metrópole para assegurar a continuidade de sua reprodução [...] No âmbito social, o rebatimento do permanente entravamento e fragilização da estrutura produtiva e da virtual suspensão do progresso técnico autóctone, é o baixo nível de reprodução da força de trabalho manifesto nas precárias condições de vida do trabalhador e diferenças sociais extremas. Assim, a concentração de renda e o rebaixamento das condições da vida urbana atingem níveis que seriam inimagináveis nas sociedades burguesas contemporâneas dos países capitalistas 'centrais', semelhantes às condições prevalecentes nessas sociedades – mas por razões diferentes – em seu estágio de desenvolvimento extensivo (Deák, 2013a, p.1).

Dado o acima exposto, as características da formação social brasileira – como o latifúndio, o trabalho escravo, e a manutenção dos entraves ao desenvolvimento da produção local – permaneceram após a independência, a despeito da retórica de cunho ideológico iluminista/liberal, da qual os mediadores do processo desse processo (dentre os quais se notabilizou José Bonifácio) estavam imbuídos. Conforme relata Viotti da Costa:

> A emancipação política realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida e cujo único objetivo era combater o Sistema Colonial no que ele representava de restrição à liberdade de comércio e de autonomia administrativa, não ultrapassaria os limites defendidos por aqueles grupos. A ordem econômica tradicional seria preservada, a escravidão mantida. A nação independente continuaria na dependência de uma estrutura colonial de produção [...] A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria, a escravidão em que vivia a maioria dos habitantes do país (Costa, 2007, p. 62).

Uma vez efetivada a independência, as mesmas elites que optaram por um regime monárquico acabaram, em seguida, competindo com o Imperador pelo poder, forçando a abdicação deste em 1831. Durante a Regência e o Segundo Império, os grupos no governo sofreram a oposição de facções formadas por pequenos artesãos e comerciantes, cuja sobrevivência se tornara difícil em função da concorrência estrangeira. Esses grupos se insurgiram em vários pontos do país (em Alagoas, inclusive, como veremos), sem ter sucesso no rompimento com o já sedimentado processo de reprodução.

Em tempo, a sociedade de elite, ao contrário da maneira como ela se enuncia pode sugerir, não se fez a partir de um movimento teleológico/finalístico de um grupo de pessoas no poder (ou elite, como se queira), mas foi erigida sobre uma base material da qual uma elite, com sua forma particular de existir, surge como uma *decorrência*. Caracterizada por Deák como *acumulação entravada*, esta base material:

> É uma reprodução ampliada, em que parte do excedente produzido anualmente é incorporado à produção – acumulado – enquanto outra parte é expatriada e fica assim perdida para o processo de acumulação. Assim, se o processo de produção é capitalista, onde predomina a produção de mercadorias e o trabalho assalariado, ele difere da produção capitalista nos países ditos 'centrais', ou 'desenvolvidos', em que aqui o princípio de acumulação fica subordinado ao princípio de expatriação de excedente (Deák, 2013b, p. 1).

Como destacado mais adiante, a acumulação entravada – resultante da emancipação política nacional sem o rompimento com o modo de

produção colonial – se constitui como um processo até hoje não superado. Mantêm-se as idiossincrasias do sistema colonial, na medida em que, mediante a acumulação entravada, reitera-se o antagonismo entre a necessidade de se acumular e sua submissão ao imperativo de se expatriar parte do excedente, reproduzindo, assim, o *status quo* da organização social. Como maneira de se adaptar à condição de nação autônoma (com reprodução social própria), a sociedade de elite converte o que antes era a apropriação do excedente pela metrópole em: serviços da dívida externa (deliberadamente assumida), pagamentos pela importação de bens e serviços (que têm seu desenvolvimento desestimulado ou mesmo impedido localmente), e remessas de lucro para as empresas estrangeiras, com filiais no país (ver esquema ilustrado na figura abaixo).

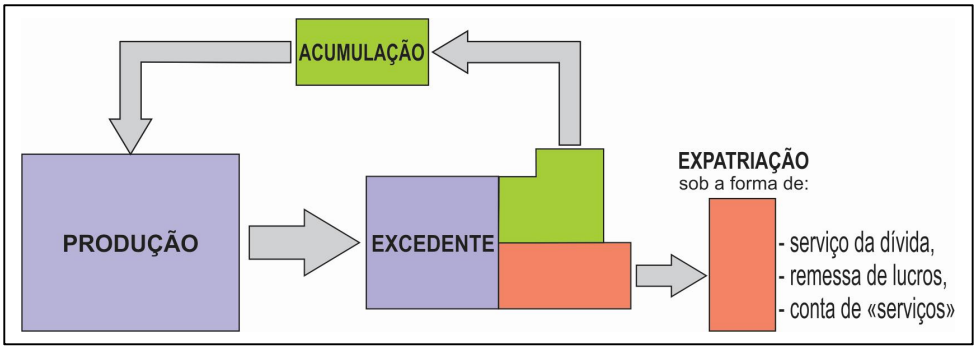

Figura 3 - Esquema elaborado por Deák, em que se representa o processo de reprodução mediante a acumulação entravada (Fonte: Deák, 1991, adaptado para este trabalho).

A discrepância da economia de acumulação entravada em relação a de acumulação desimpedida demanda uma forma igualmente discrepante do Estado atuar, sustentando a formação social. A diferença da atuação do Estado em uma sociedade burguesa (sustentada por uma acumulação desimpedida) para uma sociedade de elite é: na primeira, o Estado atua no sentido de desimpedir a acumulação, de modo a garantir a expansão da forma-mercadoria; na segunda, o Estado, ainda que esteja voltado à expansão da forma mercadoria, restringe a acumulação, subordinando-a à expansão de apenas uma parte do excedente, reproduzindo o princípio motriz da produção colonial. Observa-se que, em ambos os casos, o Estado faz, em última análise, a mesma coisa: sustenta a reprodução da formação social em questão.

A produção do espaço, na qualidade de *decorrência* do modo de organização social, vai encontrar no Brasil características distintas daquelas observadas nas formações sociais de acumulação desimpedida (conforme

exemplo alemão, ilustrando a constituição do espaço no mercado unificado, na Figura 1, Capítulo 1). O princípio ordenador da acumulação entravada, ao passo que – como qualquer modo de produção capitalista – demanda a produção de infraestruturas que garantam a expansão da forma-mercadoria, necessita, no entanto, que a disposição destas mesmas infraestruturas seja tal que – por sua escassez, precariedade e fragmentação – seja condizente com os entraves à acumulação. No âmbito espacial, esse fenômeno se ilustra pela maneira fragmentária com que as infraestruturas são implantadas no Brasil: ao invés de constituir um espaço unificado para a livre circulação interna de capital, o espaço brasileiro expressa a predominância dos vínculos com o exterior em prejuízo da coesão interna (retomaremos esse tema na seção a seguir, que trata sobre a, assim chamada, "questão regional").

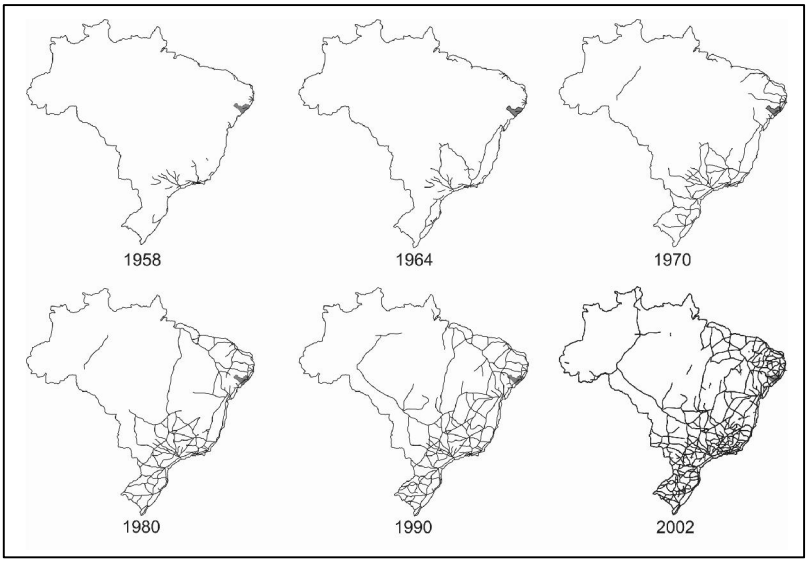

Figura 4 - Sequência de mapas em que se representa a expansão da malha rodoviária brasileira (recorte alagoano demarcado em cinza, à direita). Ao contrário do que se observa no esquema análogo ilustrando o caso alemão (Figura 1), não se observa no Brasil o abarcamento do espaço nacional como primeiro "movimento" da expansão das infraestruturas. Pelo contrário: nesse caso, o processo é marcado pelo constante adensamento e "hipertrofia" de porções do seu espaço, que viabilizam a acumulação, e pelo "atrofiamento" de outros recortes que garantem os entraves (Fonte: Schiffer, 1989, adaptado e atualizado para este trabalho).

Sob o ponto de vista da produção ideológica, a sociedade de elite também tem suas particularidades. Vimos, no capítulo anterior, que como forma de diminuir a necessidade de coerção física por parte do Estado, a ideologia desempenha o papel de camuflar os antagonismos da formação social, apresentando-a como um todo coeso e a-histórico. Nesse sentido,

as sociedades burguesas se revestem de um discurso ideológico que apresenta o mercado unificado sob a forma da "pátria". Como forma de fortalecer a coesão do mercado interno – sublimando qualquer discurso que evidencie as posições antagônicas, existentes entre seus integrantes – são inferidas à produção nacional qualidades subjetivas, que a tornem mais "desejável", em relação aos produtos estrangeiros, tais como: a "tradição", a "cultura" e a "relação com o lugar". Já na formação social brasileira, toma curso uma problemática inexistente nas sociedades burguesas. Por um lado, tal como no caso acima descrito, a sociedade de elite possui a necessidade de produzir falas capazes de legitimar a existência do Estado nacional, na medida em que este é o âmbito onde se dá a reprodução. Em contrapartida, há o concomitante imperativo de camuflar as idiossincrasias, que constituem a base material da acumulação entravada, principalmente no que toca à mandatória inibição da produção local, e a expatriação do excedente produzido.

Assim, a sociedade de elite faz uso de um expediente que lhe é próprio. Para consolidar seu Estado nacional, elabora-se um discurso que enaltece qualidades inatas (e inócuas) do país, como: sua extensão territorial ("gigante pela própria natureza"), e suas belezas naturais ("teus risonhos lindos campos têm mais flores"). De maneira complementar – e de modo a camuflar os verdadeiros motivos dos entraves, impostos ao desenvolvimento das forças produtivas – formula-se um léxico paralelo e informal, que desqualifica a sociedade e tudo aquilo que dela advém. Dessa maneira, surgem as expressões populares recorrentes, onde se afirma que no Brasil: "tem lei que 'pega' e lei que não 'pega'" (para tratar da falta de aderência entre a ideologia jurídica, importada das sociedades burguesas, e as práticas concretas da sociedade de elite); "tudo se resolve com um 'jeitinho'" (para abordar a incompatibilidade entre a burocracia estatal e os procedimentos cotidianos); "há falta de vontade política" (como se a atuação do Estado fosse determinada por um sentido teleológico, do qual os indivíduos que nele ocupam posições estivessem imbuídos); ou que "há falta de planejamento" (como se a precariedade e escassez que caracterizam as infraestruturas brasileiras fossem acidentais). Em complemento ao posto por estas falas, que denigrem o modo dos indivíduos se relacionarem com o Estado, fomentam-se expressões de natureza ainda mais virulenta, voltadas contra o próprio povo, como: "o pior do Brasil é o brasileiro", ou "o problema é a falta de educação das pessoas" – levando ao enraizamento daquilo que ficou vulgarmente conhecido como "complexo de vira-lata" nacional.

Tal sentimento de inferioridade resulta na sobrevalorização daquilo que vem de fora, e inibe as potencialidades de desenvolvimento da produção nativa. Em complemento, a ideia de grandeza do país – ufanado tão somente por suas características territoriais (extensão e natureza) – garante a predominância do latifúndio e da monocultura, com base na premissa da "vocação agrária" brasileira.

A esse conjunto de expressões autóctones, são congregadas ideologias importadas das sociedades burguesas. Tais falas, a despeito de não possuírem correspondência com a base material da sociedade de elite, são incorporadas ao discurso nacional e escamoteiam os processos que ocorrem no Brasil. Essa prática é realizada no país desde sua independência, ocasião em que o liberalismo foi adotado como forma ideológica – vale destacar, em um período em que predominava o regime de trabalho escravo.

O discurso liberal, como qualquer ideologia, alude a aspectos concretos da formação social, encobrindo, paralelamente, as porções da realidade que constituem o modo de ser do processo de reprodução. Nas sociedades burguesas, o liberalismo apresenta a fala do "livre mercado", aludindo à "liberdade" dos indivíduos para "vender" sua força de trabalho (serem explorados), e à possibilidade de realização do comércio desimpedido de mercadorias, garantido dentro dos limites do espaço nacional. Em contrapartida, é encoberta a espoliação inerente à relação capital/trabalho, e o fato de que o "livre mercado" no espaço nacional é amparado por leis e barreiras alfandegarias, que protegem as manufaturas domésticas da concorrência estrangeira[16].

Já na sociedade de elite, o discurso liberal atuou evidenciando e acobertando porções distintas dos processos concretos, operando com

[16] Eduardo Galeano, em sua obra *As veias abertas da América Latina*, de 1971, destaca as leis adotadas na Inglaterra, voltadas à proteção de sua manufatura têxtil no final ao século XVIII. De acordo com a legislação vigente à época, caso um criador de ovelhas inglês fosse flagrado vendendo lã em estado bruto para um comprador prussiano, a lei lhe estipulava como pena o decepamento de sua mão. Em caso de reincidência, a pena de morte era infligida ao infrator, com seu enterro sendo autorizado apenas mediante à garantia de utilização de mortalha fabricada com tecido inglês. Já no século XIX, ganharam destaque as *Corn Laws*: tarifas à importação para sustentar os preços do grão britânico doméstico, contra a competição de importações estrangeiras mais baratas, que estiveram vigentes entre 1815 e 1846.

sinais invertidos, em relação ao observado nas sociedades burguesas. No Brasil, o liberalismo se configurou apresentando a ideia de "livre mercado" ao se referir, justamente, à necessidade de eliminação das barreiras alfandegárias aos produtos importados (o que fragilizou a produção manufaturada doméstica). Em contraponto, encobriu-se o fato de que o Estado atuava (como ainda o faz) mediante fragmentação administrativa, instituída pela criação de fronteiras fiscais dentro do próprio espaço nacional, o que entravou o desenvolvimento do seu mercado interno (fato ilustrado pelo conjunto de mapas da Figura 4, p.37). Vale ressaltar que, até 1888, o Brasil ainda não havia abolido a escravidão, e não havia institucionalizado a propriedade privada da terra (condições fundamentais ao capitalismo) – o que não impediu o discurso liberal de figurar na sua Declaração de Independência[17].

Como apresentado nas seções a seguir, veremos que, a exemplo do ocorrido com o liberalismo, o Brasil importou também as subsequentes formas ideológicas burguesas, adicionando-lhes elementos próprios, de acordo com as mudanças no andamento das forças produtivas no país.

2.1.1. A instituição do capitalismo no Brasil e o estágio extensivo de desenvolvimento

Como destacado por Deák (2016), ainda que os ideais iluministas e o liberalismo econômico tenham sustentado ideologicamente (ou seja, apenas como discurso) o processo de independência, as condições para que o capitalismo fosse instituído no Brasil só foram criadas, *de fato*, em momentos posteriores, mediante a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz (ambas de 1850)[18]. Enquanto a primeira estabelecia o modo de

[17] Como destacado no trabalho de Viotti da Costa, a Constituição de 1824 copia, *ipsis litteris*, trecho da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (produzida na Revolução Francesa), omitindo os trechos que tratam da soberania nacional.

[18] Anterior à Lei Áurea, a Lei Eusébio de Queiroz foi promulgada em 1850 (contemporânea à Lei de Terras), proibindo a venda de escravos para o Brasil. Ainda que outras legislações a respeito do tema já existissem (como a Lei Feijó, lei de 7 de novembro de 1831, que proibia o comércio de escravos, mas não regulamentava a fiscalização e as punições para o delito), a partir da norma de 1850 a atividade se torna passível de punição, trazendo resultados efetivos: em 1849 a introdução de africanos no Brasil fora de 54 mil indivíduos; já em 1852 esse número decaíra para pouco mais de 700 pessoas, extinguindo virtualmente o tráfico de escravos nos anos subsequentes (Prado Júnior, 2002, pp. 149-153).

aquisição de terras por processos de compra e venda, tornando-as propriedades privadas, a segunda abolia a escravidão e instituía o assalariamento como relação de produção predominante.

Mediante ao trabalho de Viotti da Costa (2007, p. 145), podemos compreender como as facções "liberais" ao lutar por postos no parlamento se relacionavam com o governo conservador. Tais grupos, tão logo ocupavam um assento no congresso, abandonavam a agenda de desenvolvimento da produção nacional e convertiam-se em conservadores. Este fenômeno ilustra como o imperativo da reprodução atua sobre as vontades – quase sempre colocadas como determinantes – das distintas frações da elite que ocupam o poder a cada momento.

Ao focarmos esse conflito no âmbito fiscal, como feito por Vilela Luz (1961), compreendemos como a predominância dos interesses, ligados à reimposição dos entraves ao desenvolvimento industrial, gerou um "nacionalismo às avessas". Tal processo é perfeitamente ilustrado pela referida autora (pp. 22-23), ao descrever a taxação preferencial concedida aos produtos manufaturados ingleses (15%) sobre os nacionais (taxados em 16%). Essa vantagem, instituída por Don João VI em 1810, não só foi mantida após a Independência, como foi estendida a todas as demais nações em 1828, quando a Grã-Bretanha já possuía a supremacia inquestionável do mercado brasileiro. Como também descrito pela autora (pp. 24-25), medidas como a tarifa Alves Branco, que subia a taxação dos importados para 30%, foram motivadas muito mais como fonte de equilíbrio de receita para o Estado, e apenas como efeito secundário serviram como proteção às indústrias locais.

O panorama político conservador – com forma liberal no discurso e de cunho colonial na prática –, persistiu durante o período da Regência (durante a fase chamada de "Conciliação"), e só se alterou de maneira sutil ao final do Segundo Império, quando o desenvolvimento econômico, deflagrado pelo início do estágio extensivo, levou a um fortalecimento relativo da agenda liberal-desenvolvimentista, que começava a ganhar expressão. Aliado a isso, o desenvolvimento econômico desigual entre as diversas porções do espaço nacional, o favorecimento do setor agrário no recebimento de subsídios estatais, e o rareamento da mão de obra escrava

disponível[19] tornavam mesmo os setores mais conservadores conscientes da necessidade de reformas, a ponto do próprio Imperador Pedro II defendê-las publicamente (Costa, 2007, p. 166).

No contexto acima descrito, em 1878 o Partido Liberal assume o poder. Já em 1889 (nos últimos momentos do II° Império), o líder do referido partido, Visconde de Ouro Preto, apresenta um programa ao parlamento com as seguintes medidas: abolição da vitaliciedade dos senadores, reforma do sistema de educação a fim de estimular o aperfeiçoamento da mão-de-obra e a iniciativa privada, sufrágio universal, dentre outras medidas que enfrentaram enorme resistência dos setores conservadores. Como destacado por Vilela Luz (1961, pp. 166-167) no campo econômico a tarifa Belisário[20], de 1887, aumentava a taxação sobre manufaturas importados e, mediante a uma nova discriminação tributária, diminuía os impostos sobre a importação de insumos voltados ao abastecimento da indústria nacional. Tais medidas causaram grande insatisfação aos setores ligados à economia agrária por seu viés desenvolvimentista (acusado, mediante a uma tradição ainda presente no discurso conservador contemporâneo, de "protecionista").

A falta de aderência dessas propostas com as condições de reprodução no Brasil – marcadas pela inerente reimposição dos entraves à acumulação – foi suficiente para que, em última instância, a elite conservadora tivesse sucesso no golpe militar de 1889, que derrubou a monarquia e instaurou a República[21].

A chamada "República Velha" se constituiria como uma aliança hegemônica entre os produtores de café de São Paulo e os pecuaristas de Minas Gerais, que alternando na liderança do poder executivo representantes indicados por esses estados, garantiram uma ordem social

[19] Em decorrência do fim do tráfico de escravos, conforme explicitado anteriormente, na nota precedente a respeito da Lei Feijó (1831) e Lei Eusébio de Queiroz (1850).

[20] Batizada em homenagem ao ministro da Fazenda que a promulgou: Belisário Soares de Souza.

[21] Vale lembrar que os dois primeiros ditadores da "era republicana" do Brasil, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, eram alagoanos. Enquanto o primeiro já tinha experiência na repressão de revoltas de caráter liberal/progressista, como a Praieira (1848), o segundo teve papel de destaque na Guerra do Paraguai.

baseada na grande propriedade de terra e nos entraves ao desenvolvimento das forças produtivas. Este panorama perdurou até 1929, quando a quebra da bolsa de Nova York depreciou o valor do café, e aguçou a impossibilidade de importação de todos os manufaturados necessários ao consumo interno, impondo uma considerável ampliação do setor secundário no Brasil – ainda que voltado exclusivamente ao mercado nacional.

A crise levou a um novo golpe de estado em 1930, em que as elites mineiras, agora em aliança com forças políticas do Rio Grande do Sul, depuseram o Presidente Washington Luiz (eleito pelos setores conservadores de São Paulo) e empossaram Getúlio Vargas, que assumiria provisoriamente a presidência até a "restauração da ordem". Mais adiante, em 1937, sob o pretexto de impedir um suposto "golpe comunista", Vargas declara estado de sítio às vésperas da eleição presidencial, assumindo poderes ditatoriais, e dando início ao período conhecido como "Estado Novo" (1937-1945).

A "Era Vargas" é correntemente apontada como um ponto de inflexão na história econômica brasileira. Dentre os fatores que levaram o período a ser abordado desta forma estão: a expansão da indústria de bens de consumo voltada ao abastecimento do mercado interno, formado por uma força de trabalho que paulatinamente se assalariava e se urbanizava; a instauração das leis trabalhistas que até hoje regulamentam o trabalho assalariado no país; e a criação de infraestruturas como a Companhia Siderúrgica Nacional(CSN), a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a Eletrobrás. No campo ideológico, o período é marcado pela importação da ideologia socialdemocrata para o Brasil. Tal como ocorrido anteriormente, durante a incorporação do liberalismo, nesse caso também houve o "descolamento" entre o conteúdo ideológico e a base material da formação social brasileira (haja vista que o país, a esta altura, ainda não havia esgotado seu estágio extensivo de desenvolvimento). Assim, adaptando-se às condições de reprodução nacionais, esse discurso – baseado no "bem estar social" e na defesa do Estado como representante do interesse coletivo – acaba se reconfigurando no país como o *populismo*.

Frente à ascensão de um proletariado urbano e pela presença do ideário socialista, o populismo tenta incorporar à sociedade de elite em pleno estágio extensivo práticas das sociedades burguesas no estágio intensivo, como a elevação do nível de reprodução da força de trabalho.

Nas configurações do espaço nacional mais industrializadas – a exemplo da porção sudeste do país – as medidas de viés populista acabaram regulando, de fato, o "mercado de trabalho". Já nas frações do espaço marcadas pela monocultura de exportação, como o recorte nordestino, dada a falta de correspondência entre o discurso e sua base material, o populismo, ao fim e ao cabo, acaba se configurando como um conjunto de peças ideológicas (ainda mais) demagógicas – não deixando de cumprir seu papel na reprodução (mesmo que apenas enquanto ideologia). Ao tratarmos especificamente sobre Alagoas (no capítulo subsequente), retomaremos o papel conciliador que o governo Vargas desempenhou, ao tomar medidas criadoras de reserva de mercado para o açúcar produzido no nordeste, garantindo o quadro de precariedade sistêmica que se construiu historicamente naquela configuração espacial.

Após um período de criação das infraestruturas necessárias à expansão do mercado interno no país, na forma de grandes empresas estatais acima mencionadas[22], o Brasil se veria diante da necessidade de reimpor seus entraves à acumulação e garantir sua maneira de reproduzir. Em 1963, a ascensão de um novo governo de matiz populista, representado na figura de João Goulart (que assume após renúncia de Jânio Quadros), e sua posterior deposição feita pelo congresso, com auxílio dos militares, expressa o quadro de esquizofrenia da sociedade de elite: sob o risco de que os entraves à acumulação fossem retirados, mediante as medidas propostas por Goulart[23], o governo populista acaba sendo deposto sob a "acusação" de alinhamento com o comunismo (a despeito do "acusado" ser um grande proprietário de terras). A

[22] Vale lembrar: todas elas necessárias para que as empresas automobilísticas estrangeiras implantassem suas montadoras no Brasil. A despeito do conteúdo nacionalista imbuído no discurso da criação dessas estatais, mais adiante elas seguiriam o curso "natural" da reprodução brasileira e seriam entregues, sem custo, ao capital estrangeiro.

[23] Dentre as medidas propostas por Goulart estava uma reforma fiscal, que tinha como objetivo aumentar a capacidade de arrecadação do Estado, e equilibrar o peso das tributações de acordo com as diferentes faixas de renda. Além disso, pretendia-se limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por parte das empresas multinacionais, o que foi feito através do decreto nº 53451/64. Outras medidas que merecem destaque foram: a reforma bancária, proposta com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito pelos produtores; e a reforma agrária, que previa a desapropriação das áreas rurais inexploradas, situadas às margens dos eixos rodoviários e ferroviários federais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos do Estado em obras de irrigação, drenagem e açudagem.

incapacidade de compreensão dos processos em que tomam parte – dada a importação de formas ideológicas não condizentes com a base material brasileira – levou às camadas médias urbanas a apoiarem o golpe que apeou do poder um governo voltado, justamente, aos seus interesses.

Segue-se, à deposição de Goulart, uma sucessão de governos militares, que, em princípio, estavam imbuídos da manutenção do *status quo*. Ao passo em que os militares rechaçam qualquer possibilidade de uma revolução de cunho socialista, mas, concomitantemente, atuam no sentido de desenvolver a acumulação no país, acabam entrando em conflito com as mesmas forças que os puseram no poder. A esquizofrênica sociedade de elite – liberal em seu discurso e (ainda) com forte viés colonial na prática – vê-se, a partir de então, diante de um impasse: a crise da acumulação entravada – debatida a seguir.

Foto 2 – As **"**Marchas da Família com Deus pela Liberdade" foram uma série de manifestações públicas ocorridas, entre 19 de março e 8 de junho de 1964, no Brasil. À época, os protestos foram enunciadas como respostas a uma suposta "ameaça comunista", instigada pela interpretação de um comício dado por João Goulart, em março daquele ano. As propostas apresentadas por Goulart se constituíam, em verdade, num conjunto de medidas elementares ao desentrave da produção nacional (Fonte: tvbrasil.ebc.com.br).

2.1.2. A exaustão do estágio extensivo e a crise da acumulação entravada

Após o período conhecido como "milagre brasileiro" – em que o país, ao finalizar seu estágio extensivo, cresceu a taxas anuais superiores a 10% – as medidas que seriam necessárias à entrada no estágio intensivo e à continuidade do crescimento acabaram não sendo tomadas, ou, em alguns casos, abandonadas (a exemplo do II Plano de Nacional de Desenvolvimento – II PND, de 1974). A ditadura civil-militar, imbuída de

realizar os ajustes no capitalismo brasileiro que a burguesia nacional não fora capaz de fazer, gradativamente perdeu força, na medida em que o viés nacionalista dos militares entrou em conflito com a necessidade da manutenção dos entraves fundamentais à reprodução da *sociedade de elite*. O país rumou a partir daí para uma nova "transição conservadora", dessa vez "lenta, segura e gradual", rumo ao comumente denominado – processo de "redemocratização".

O abandono do II PND de 1974, sob o pretexto do "choque do petróleo"[24], pode ser tido como um marco desse processo. O plano – que delineava um conjunto de ações de infraestrutura necessárias à entrada do país no estágio intensivo – acabou sendo a última proposta de ordenação a longo prazo da economia nacional realizada por um governo brasileiro, desde então. O que se seguiu – com as crises das décadas de 1980 e 1990 – só evidenciou as contradições inerentes ao capitalismo no país: sujeito tanto à necessidade capitalista de acumular, quanto à característica fundante da *sociedade de elite* de fazê-lo de forma entravada. Diante disso, o Estado brasileiro se viu diante da impossibilidade de encontrar uma forma política que sustentasse concomitantemente esses dois condicionantes.

Como aponta Deák (1991), nesse ponto, o processo de acumulação entravada culminou num impasse insuperável: com a exaustão do estágio extensivo (fim do processo de generalização do assalariamento), há uma queda da taxa de excedente (limitada, doravante, ao aumento da produtividade do trabalho). Ocorre que, como argumentado anteriormente, a essência da acumulação entravada é a divisão do excedente, destinando-se parte dele à expatriação, reservando-se apenas uma fração do mesmo ao processo de acumulação. Com as altas taxas de excedente do estágio extensivo, tal fracionamento é viável (ainda que se deva ressaltar o antagonismo acumulação/imposição dos entraves, característico dessa base material). Já mediante a queda da taxa de

[24] Como relata Deák (1991) – contrariamente ao largamente difundido – o "milagre" não foi financiado por capital estrangeiro, haja vista que a contratação de empréstimos começou após 1971 (três anos após o início). Tal captação de recursos foi supérflua (acabaram sendo simplesmente entesourados) visto que a taxa de investimento (FBCF- Formação Bruta de Capital Fixo) ia a uma proporção nunca antes igualada, de 27% do PIB. O arrefecimento do processo de crescimento seria resultado, então, não de imposições da conjuntura externa, mas da incompatibilidade entre o desenvolvimento desentravado das forças produtivas, e o princípio de organização da sociedade de elite.

acumulação (inerente à exaustão do estágio extensivo), a divisão do excedente torna-se problemática. A partir daí, ou bem a acumulação: se desimpede, incorporando o percentual antes expatriado; ou bem permanece expatriando seu excedente, o que a anula. Assim fica inviabilizada a reprodução da acumulação entravada, o que se constitui, em última instância, em uma crise na sociedade de elite, manifesta no âmbito político, como um "impasse", desde a segunda metade da década de 1970.

É relevante destacar que a crise atravessada pela formação social brasileira é distinta daquela vivida nos países capitalistas centrais. Enquanto nesses últimos temos uma crise do estágio intensivo – devido à impossibilidade de restituição do âmbito do mercado mediante à diminuição do Estado – no Brasil temos uma crise gerada pelo esgotamento do estágio extensivo, sem a subsequente entrada no intensivo. Tal como ocorrido nos países de capitalismo desimpedido, a entrada no estágio intensivo demandaria planejamento de longo prazo, para que fossem viabilizadas a homogeneização e melhorias das infraestruturas, e a elevação do nível de reprodução da força de trabalho (condições de saúde, educação, transporte, etc.). Estas ações implicariam na mudança do próprio princípio da reprodução social, e na transformação da sociedade de elite em sociedade burguesa.

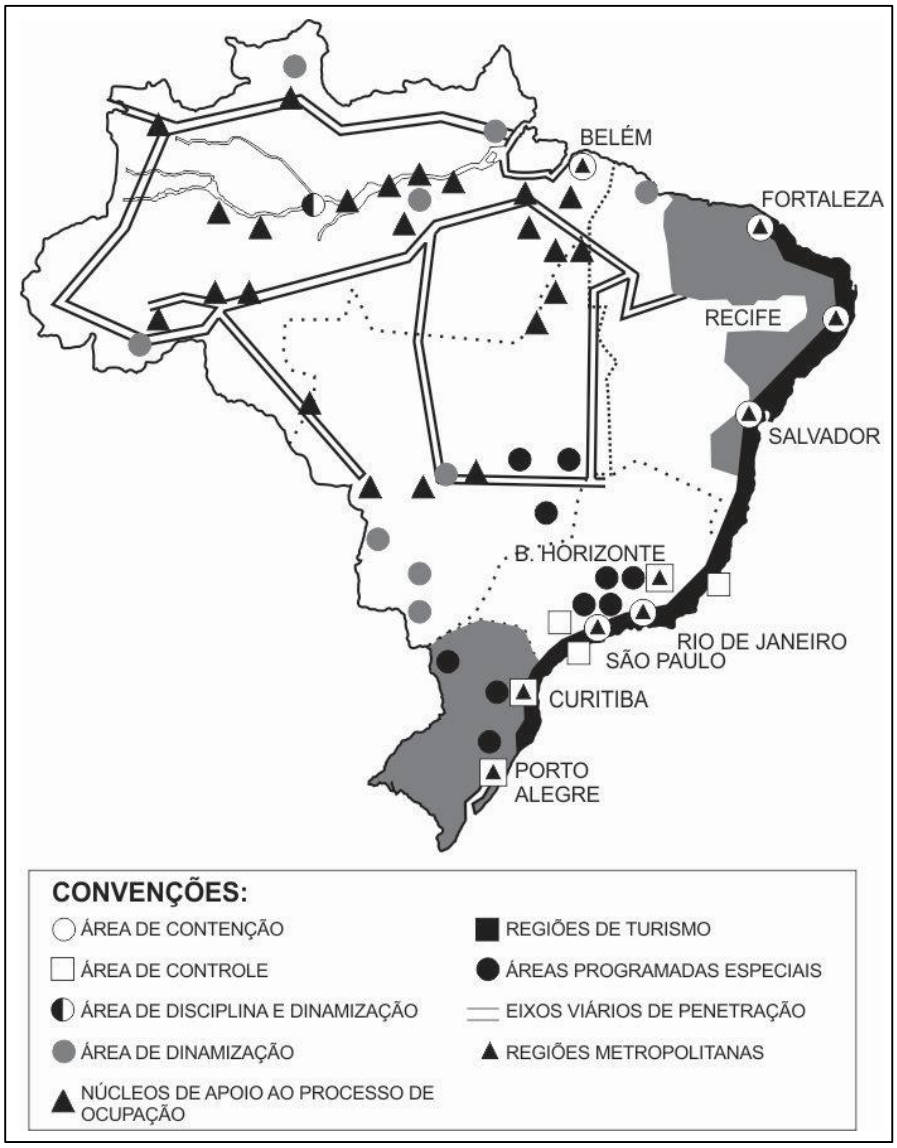

Figura 5 - Mapa extraído do II PND, intitulado "Política Nacional de Desenvolvimento Urbano". A partir dele, pode-se ter uma noção das diretrizes básicas que norteavam o Plano: a construção ordenada da infraestruturas que permitissem o desentrave da acumulação no país. Em contraponto ao processo de "hipertrofia" de algumas configurações espaciais e "atrofiamento" de outras (como debatido no Capítulo 1, e ilustrado na Figura 3), O II PND propunha: a contenção das áreas já adensadas (a exemplo das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro); a dinamização da atividade econômica nas porções sul e nordeste; e a "penetração" da infraestrutura viária em direção ao norte do país (Fonte: Brasil, 1974ª, redesenhado pelo autor).

A permanência no impasse da acumulação entravada estendeu a crise brasileira por uma década, até que ela se institucionalizou na Constituição de 1988. Esta constituição acabou por regulamentar vários dos mecanismos que garantiam (e ainda garantem) a reimposição dos entraves ao desenvolvimento das forças produtivas no país, como a

fragmentação administrativa, a rigidez no processo de elaboração orçamentária, e a impossibilidade de formulação de planejamento voltado ao longo-prazo (discorreremos sobre este tema em particular, no capítulo a seguir). A ofensiva neoliberal pela qual o Brasil passou durante a década de 1990 – com a ampla desestatização de suas infraestruturas e a abertura indiscriminada de sua economia ao capital estrangeiro – deixou em evidência as características da sociedade de elite. Com o neoliberalismo, pela primeira vez o país "importava" uma matriz ideológica vinda dos países de capitalismo desimpedido, que aderia à sua base material: na medida em que a cartilha do "Consenso de Washington"[25] defendia a deslegitimação do aparelho estatal como âmbito regulador da economia e provedor das demandas sociais, reforçavam-se as características (escassez e precariedade) que, desde sempre, pautaram as ações do Estado brasileiro.

Tal panorama perdura até os dias de hoje. A despeito do que alguns chegaram a chamar de "novo desenvolvimentismo" ou mesmo – de maneira incrivelmente ingênua – de "pós-neoliberalismo no Brasil" (SADER *et al*, 2013), o quadro contemporâneo, marcado por baixas taxas de crescimento, demonstra que as seguidas crises vivenciadas pelo país após o "milagre" são, em verdade, uma só: a da acumulação entravada.

2.2. Crítica à chamada "questão regional"

Como enfatizado no Capítulo 1, o espaço nacional é o âmbito em que o Estado regula e provê as infraestruturas necessárias à sociedade, sendo, por conseguinte, a escala de análise relevante e fundamental ao entendimento do processo de reprodução social. Em contrapartida, a ideia de "região" surge correntemente nas explanações sobre as particularidades das diferentes porções do espaço brasileiro. Em seguimento à interpretação da formação social brasileira, aqui incorporada, e acima

[25] Espécie de "manual de boas práticas" macroeconômicas, elaborado em 1989, conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e departamento do Tesouro dos EUA. Tal documento sintetiza o estado de pura negação que reveste o discurso das instituições financeiras transnacionais, frente à crise do capitalismo. Resumido a um total de dez "boas práticas" – como: "disciplina fiscal", redução dos gastos públicos, desregulamentação das leis trabalhistas, privatização de estatais, dentre outras – o "consenso" formula asserções ideológicas no sentido de produzir a ilusão de que é possível diminuir o Estado para restituir o âmbito do mercado, retornando, assim, a uma espécie de estágio extensivo de desenvolvimento, mesmo com o processo de assalariamento da população já concluído.

exposta, a presente seção trata das abordagens utilizadas com maior predominância, na explicação dos processos que tomam curso no nordeste do país (porção do espaço nacional em que se localiza o estado de Alagoas, e que, portanto, é de particular interesse para o presente trabalho).

Antes de se consolidar como uma das principais matrizes de estudo da formação social brasileira, no final da década de 1950, o debate sobre a "questão regional" já vinha se desenvolvendo nos países de acumulação desimpedida, desde o início do pós-guerra, no âmbito do planejamento da reconstrução[26]. A necessidade de intensificar a acumulação, mediante ao aumento da produtividade na entrada do auge do seu estágio intensivo, fez essas nações buscarem a homogeneização de seus espaços nacionais mediante intenso programa de construção de infraestruturas, procurando minorar as diferenças econômicas entre as porções de seus espaços nacionais[27] - a que denominariam "regiões". Nesse contexto, a "Regional Science" surge mediante a publicação de trabalhos de autores de formação "neoclássica", como François Perroux na França, e Walter Isard nos EUA[28].

Baseada em autores neoclássicos alemães do final do século XIX, como J. Heinrich von Thünen e Walter Christaller, a *regional science* se fundava em instrumentos ideológicos burgueses, herdados dos autores mencionados, como a ideia de *homo economicus* e na aplicação espacial da teoria geral do equilíbrio. Travestida sob a forma de "conceito", a noção de *homo economicus* (re)estabelece a figura do "sujeito econômico racional", como matriz de explicação da sociedade, ignorando – como não poderia

[26] Para um relato do processo de difusão da "questão regional", e seu debate na academia brasileira, conferir trabalho de Diniz (2001).

[27] Pesou nesse processo também a presença da opção socialista, que demandava maior ação dos Estados capitalistas no sentido de dirimir dissidências regionalizadas dentro de seus espaços nacionais.

[28] Ainda que geralmente apresentada como distinta da de Isard, a corrente regionalista do francês François Perroux partia da noção de economia dominante e empresa dominante e dos efeitos interindustriais, desenvolvendo a ideia de polo de crescimento e defendendo papel central da empresa motriz para o crescimento desses polos. Por trás do véu de aparente distinção, está o fato de ambas as vertentes ignorarem as contradições entre capital e trabalho e o papel determinante do Estado na sustentação desse antagonismo.

deixar de ser – os antagonismos existentes na relação capital/trabalho. Incorporada à *regional science*, essa forma de interpretação, que parte de uma suposta natureza do indivíduo, leva a uma abordagem do processo de produção do espaço que subtrai aquilo que lhe é essencial: as relações de produção e os mecanismos de reprodução. Ao pressuposto do equilíbrio, cabe a tarefa de promover uma visão dos processos sociais orientada para a permanência (visão a-histórica), negando o caráter transitório da ordem social vigente (capitalismo).

O trecho abaixo, de *Location and Space-Economy* de Walter Isard (uma das obras exponenciais das ciências regionais), ilustra a natureza (e o léxico) neoclássico da abordagem regionalista:

> […] we should fully appreciate the progress which still needs to be achieved to understand rational behavior for the individual firm, even under simplified cost assumptions. When more realistic cost conditions are introduced, when geographic mobility of the firm is permitted […] but also within a geographic area, and when the uneven real distribution of consumer demand is recognized and different pricing policies are allowed, still greater progress is required (Isard, 1956, p. 169).[29]

De toda forma, como toda produção de cunho ideológico, a *regional science* fazia alusão a elementos concretos das formações sociais burguesas, no caso, aos diferentes graus de consolidação das infraestruturas – e, consequentemente, dos níveis de acumulação – existente entre porções de seus espaços. Assim, ela se difundiu nos países de capitalismo desimpedido, compondo o discurso que acompanhava ações estatais como: a política de desconcentração industrial na Inglaterra, o processo de homogeneização da infraestrutura nos EUA pós-guerra civil (ver Figura 2, a seguir), os planos de desenvolvimento de fronteiras de descongestionamento na Alemanha Ocidental, a formulação de planos

[29] Devemos levar plenamente em conta os progressos que ainda precisam ser alcançados para entender o comportamento racional da firma individual, mesmo sob premissas de custos simplificados. Quando as condições de custo mais realistas são introduzidas, quando a mobilidade geográfica da empresa é permitida não só ao longo de uma linha, [...] mas também dentro de uma área geográfica, e quando a distribuição espacial desigual da procura do consumidor é reconhecida e diferentes políticas de preços são permitidas, é necessário ainda um maior progresso.

para polos de desenvolvimento na França, e políticas setoriais de desenvolvimento do *mezzogiorno* italiano[30].

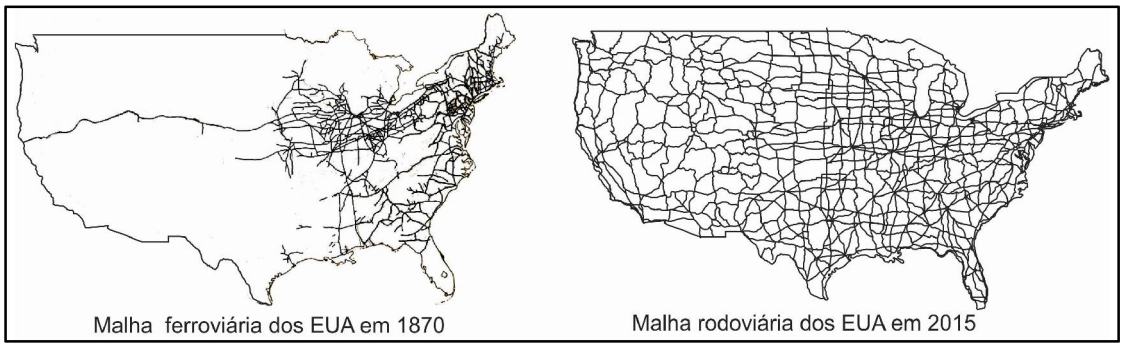

Figura 6 - Sequência de mapas, em que se apresenta (à esquerda) a malha ferroviária dos EUA, logo após sua Guerra Civil (1861-1865), e (à direita) a malha rodoviária deste país nos dias atuais (houve uma mudança na matriz de transporte dos EUA, ao longo do séc. XX, em favor do transporte por automóvel). No mapa à esquerda, observa-se que a já citada Guerra Civil e a "marcha para o oeste" (invasão do território mexicano e genocídio das populações autóctones nativas) deixaram, mediante à nova demarcação das fronteiras estadunidenses, configurações espaciais com infraestruturas discrepantes. As "ciências regionais" atuaram aqui tanto no sentido prático/material (ordenação das infraestruturas), quanto estritamente ideológico (elaboração de um discurso a-histórico em que as idiossincrasias do processo de delimitação do território estadunidense fossem camufladas), (Fonte: elaborado para o presente trabalho).

No Brasil, os estudos regionais encontram seu maior expoente na figura do teórico paraibano Celso Furtado. Sua influência pode ser avaliada pela larga difusão de seus 31 livros, traduzidos para 15 idiomas, e que alcançaram dois milhões de exemplares vendidos, representando um número aproximado de 10 milhões de leitores – considerando os indicadores correntes de difusão (Tavares, 2004). Pelo seu papel na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a presença do pensamento de Furtado na produção acadêmica sobre as questões socioeconômicas nordestinas é ainda mais evidente.

Entre as principais linhas argumentativas de Furtado, destaca-se o seu combate à teoria do subdesenvolvimento, e a defesa da teoria da

[30] O filósofo húngaro G. Lukács, em sua obra "Para uma ontologia do ser social", destaca como pretensas formas de conhecimento, baseadas em axiomas falsos, podem se articular de modo aparentemente coerente com a realidade. Era caro ao autor, no curso dessa explicação, o exemplo do modelo astronômico geocêntrico, que, mesmo absurdo, guiou formulações funcionais voltadas às ciências da navegação, durante o século XVI.

dependência, consubstanciada sob a forma da chamada "questão regional". Em texto que relata suas principais influências teóricas, Furtado (2013, p. 39-41) destaca três linhas de influência que compuseram seu referencial teórico: o positivismo, o marxismo, e a sociologia norte-americana[31]. Sendo o marxismo a corrente teórica de especial interesse no presente trabalho, é válido destacar o que Furtado diz a respeito da influência de Marx sobre seu pensamento:

> Se meus contatos com as ideias de Marx no plano da teoria da história foram definitivos, o mesmo não poderia dizer com respeito às suas ideias referentes à economia[32]. [...] Dessas leituras, ficaram-me, contudo, algumas ideias que se incorporarão definitivamente à minha forma de ver os processos econômicos. A primeira dessas ideias (reforçadas pelas leituras de Schumpeter, feitas um pouco depois) é a da importância decisiva do processo tecnológico. A outra é que os capitalistas tendem *compulsivamente* [grifo de Furtado] a acumular capital, ou seja, tentaram romper com todos os obstáculos que se lhes opuserem nesse caminho (Furtado, 2013, pp. 45-46).

Curiosamente, se no trecho sobre a tendência "compulsiva" dos capitalistas à acumulação substituíssemos o nome de Marx pelo de Adam Smith, a sentença faria mais sentido. Afinal, o que Furtado entende ter aprendido com Marx é justamente o princípio do *homo economicus* que está no cerne da economia política clássica. Em suma, caso por essa razão desconsideremos a contribuição marxiana na obra de Furtado, resta-nos – entre as correntes teóricas mencionadas por ele próprio como determinantes em seu modo de pensar – o positivismo e a sociologia americana.

Sob esse referencial, foi publicado em 1958 no Brasil relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Celso Furtado. O documento se propunha a um levantamento da situação e a definição de medidas para diminuir as "desigualdades regionais" brasileiras. No diagnóstico apresentado, o

[31] Ainda que Furtado não faça menção nesse texto a nenhum dos principais teóricos regionalistas, cabe destacar a influência do teórico do regionalismo Gunnar Myrdal sobre a obra de Furtado, tal como relatado em Oliveira (1977, p. 40).

[32] Nota: Como se história e economia fossem elementos dissociáveis em Marx.

relatório parte de elementos históricos da colonização nordestina, baseada na empresa agrícola exportadora (latifúndio) e no trabalho escravo[33]. A inexistência de uma ruptura histórica com essa organização, teria feito do Nordeste uma região baseada no controle da terra e na criação de uma população camponesa sem-terra e sem salário. De acordo com Furtado:

> A ideia central era produzir um documento que contivesse uma explicação do subdesenvolvimento do nordeste visto como uma região de um país, Brasil, subdesenvolvido. Era necessário, portanto, apresentar o que na época se chamava de diagnóstico da problemática regional, o qual serviria de base para a formulação do que eu pretendia chamar "nova política de desenvolvimento" para a região. O mais difícil era o diagnóstico – entender o subdesenvolvimento em segundo grau que ali se configura. Em seguida, apresentaria as linhas gerais de uma estratégia de ação, cujo objetivo último era deter a degradação da economia e incorporar a região ao processo de desenvolvimento então em curso no país (Furtado, 1989, p. 40).

Ainda no relatório GTDN, Furtado chega a esboçar o processo de integração do Nordeste com o Centro-Sul do país, ao constatar a existência de um *superávit* da balança comercial nordestina com o exterior. Segundo Furtado, esse excedente era transferido para financiar as importações e a industrialização do Centro-Sul, que se beneficiava duplamente por ter a economia baseada em produtos primários do nordeste como seu principal mercado consumidor. Todavia, ao chegar ao campo propositivo, o relatório se restringia a medidas pontuais para transformar o quadro de pobreza nordestino, tais como: deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão; formulação de políticas setoriais para industrializar o Nordeste; transformação da agricultura da faixa úmida; e transformação da economia do semiárido (Ibid., pp. 55-56).

Como principal incoerência que se evidencia na posição "regionalista", destaca-se a ideia de que o atraso socioeconômico de determinadas regiões se daria como resultado da falta de políticas regionais específicas, que equalizem as heterogeneidades do país. Tratar-se-ia, assim, apenas de incluir os estados "pobres" no projeto de desenvolvimento

[33] O que, como diagnóstico não é de todo incoerente, a não ser pelo fato de parecer desconsiderar a impossibilidade de uma ruptura histórica em escala regional.

nacional, de modo que eles alcançassem os "ricos". Em seu texto "A Operação Nordeste", Furtado chega a mencionar que: "[...] a insuficiência administrativa talvez seja nosso mais grave problema (Furtado, 2013, p. 343)".

De certa forma, essa abordagem reformista contraria até mesmo a crítica que Furtado (1974) – em conjunto com outros teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) - fazia à concepção de subdesenvolvimento dos países latino-americanos, que, até então, era enunciada pela ideologia produzida nos países capitalistas centrais como um mero estágio antecedente ao desenvolvimento econômico por eles alcançado. Assim, por um lado, na sua crítica ao conceito de subdesenvolvimento, Furtado refletia sobre como as nações mais pobres, dadas suas origens coloniais, não teriam condições de percorrer o mesmo caminho feito pelas nações capitalistas desenvolvidas. Por outro, ao analisar a economia no âmbito nacional, o autor buscava maneiras de inserir os estados menos desenvolvidos em um projeto de integração, ignorando – justamente – que as origens coloniais do Brasil, e o princípio de sua formação social decorrente destas raízes, inviabilizam estruturalmente a homogeneização do espaço nacional.

Entende-se, portanto, que mediante a abordagem regionalista é perdida a perspectiva de que as desigualdades do espaço nacional são constitutivas de uma só totalidade, determinada historicamente. Se, no Brasil, alguns locais se industrializam mais e outros menos, isso ocorre não *apesar* dos esforços de "integração" de estados como Alagoas. A análise da diferenciação apenas permite que, por meio do entendimento de seu processo de formação, torne-se possível elucidar aquilo que viabiliza o Estado brasileiro, tal qual ele é. Como resume Mori, ao debater o conceito de "região":

> [...] nem região, em específico, e nem sequer a sucessão de **configurações regionais** [grifo da autora] do espaço nacional constituem, em si, categorias do conhecimento. Em outros termos: que não são as configurações temporárias da estrutura espacial da produção que expressam a forma de ser do espaço, ou que conduzem a sua inteligibilidade. Os quadros regionais, em sua singularidade, e em suas sucessivas alterações, apenas propiciam que, por seu intermédio, sejam desvendados os fatores que, determinados pelo modo de produção, e de acordo com as políticas de uma formação social

> específica, conduzem o processo de formação do espaço em que estão inseridos (Mori, 1997, p. 149).

Dada concordância que aqui se estabelece com o acima exposto, quando o termo "nordeste" for utilizado no presente trabalho, o mesmo estará se referindo a uma configuração temporária da estrutura espacial brasileira, não a uma unidade de análise. A temporalidade da ideia de "nordeste" é explanada por Oliveira (1977, pp. 32-33), ao remontar às primeiras subdivisões impostas à "região" durante o século XIX. Como relata o autor, o espaço que hoje corresponde aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte eram reconhecidos como um *locus* particular da produção açucareira. O recorte que viria a se tornar os estados da Bahia e Sergipe era tido como algo à parte; com a porção que se tornaria o Ceará, o Piauí e o Maranhão sendo outro segmento. Já durante a virada do século XIX e início do século XX, a consolidação de uma "região" do café, com sua posterior conversão em "região" da indústria, leva à concepção do nordeste como uma singularidade, distinta do Brasil "desenvolvido".

É mediante a ideia de "nordeste", como unidade de análise, que a força política das elites agrárias "locais", o poder de *lobby* dos interesses econômicos predominantes nas regiões sul e sudeste, e a influência das nações hegemônicas sobre a economia brasileira surgem como elementos fundamentais na explicação de Furtado para as desigualdades regionais. Essa abordagem, denominada por seu próprio autor de estruturalista – a despeito de nada ter a ver com o estruturalismo econômico consagrado na França – trata ações de determinados grupos de interesse, em um recorte espacial específico, como determinantes na formação social.

Um dos pontos de partida, que fundamentaram a abordagem da presente tese, foi o entendimento de que há uma lacuna gerada pela forma de se tratar as diferenças de desenvolvimento entre porções do espaço brasileiro como uma questão regional, sujeita à vontade de "coronéis" (no caso nordestino). A própria ideia de região resulta de uma manobra epistemológica que anula o conceito de espaço: a instância que serve de suporte à reprodução. A esta concepção regionalista aqui denominarei como *representação lacunar do espaço*[34].

[34] Parafraseando o conceito de "discurso lacunar", desenvolvido por Althusser.

No caso da reprodução capitalista, portanto, tratar a formação social – e o espaço que lhe serve de suporte - implica na consideração da escala nacional como um todo – em que o Estado regula a reprodução – e não de uma instância (pretensamente) regional – necessariamente um fragmento da anterior, que não pode sustentar um processo autônomo. Dessa forma, entender a heterogeneidade do desenvolvimento brasileiro passa pela reflexão de como as diferenças que compõem o espaço nacional se articulam, como partes de uma mesma totalidade.

O regionalismo propõe que políticas específicas, voltadas para regiões igualmente específicas menos desenvolvidas, podem fazer com que tais regiões alcancem as demais. Trata, assim, o não desenvolvimento de uma porção da formação social como mero desvio, dentro de uma sistemática de reprodução passível de homogeneizar o nível de reprodução, mediante mera reforma.

Portanto, o presente trabalho assume o imperativo de recusar a "região" como categoria de análise – da qual deriva a chamada "questão regional" – na medida em que ela propõe a omissão de um dado recorte do território, para o subsequente estudo da porção restante do mesmo. Geralmente esse recorte é arbitrado analogamente à divisão administrativa assumida pelo Estado brasileiro – que, por sua vez, foi realizada mediante a observação das peculiaridades do nível de reprodução, em cada porção do espaço nacional. É negada, assim, a necessidade de entendimento do espaço como uma só totalidade, na medida em que aborda a problemática do nível de reprodução como um problema localizado, e não como um resultado da heterogeneidade da formação social como um todo.

Diante da crítica acima, a teoria da acumulação entravada surgiu como um ponto de vista que mais bem estruturava as interpretações da presente tese. Um dos pontos, que torna a teoria de Deák (1991) distinta das mais adotadas, está no entendimento da relação causa/efeito do não desenvolvimento. As correntes mais difundidas (como a já citada, ligada ao trabalho de Celso Furtado) costumam apontar as deficiências de infraestrutura, altas cargas tributárias, elevadas taxas de juros, e as expatriações do capital como causas do subdesenvolvimento. Deák, por seu turno, argumenta que estas são, justamente, as ferramentas utilizadas pelo Estado para garantir a permanência e reprodução social brasileira, que incorpora entraves ao seu desenvolvimento.

Como visto anteriormente, no processo de acumulação entravada, o Brasil se encontra atualmente em um momento de concomitância entre: o esgotamento do estágio extensivo, com o processo de assalariamento se completando; e a não entrada do país no estágio intensivo. Constitui-se assim um impasse: dar continuidade ao processo de acumulação, tal qual ele se deu nos países de acumulação desimpedida, significaria, em última instância um rompimento com o modo de organização social brasileiro, algo equivalente a uma *revolução*.

Ao refletir sobre a problemática da "questão regional" brasileira, Francisco de Oliveira traz exemplos de países de capitalismo desimpedido onde o fenômeno dos diferentes níveis de reprodução também pôde ser observado, como os já citados casos: dos EUA (com sua parte sul predominantemente agrária), da Itália (também com diferenças econômicas entre o Norte e o Sul do país), e da Irlanda. Conforme destaca Oliveira: "[...] mesmo a forma de expansão capitalista de produção pode chegar a não homogeneizar de forma acabada regiões [...] (Oliveira, 1977, p. 99). Ocorre que – ainda que os exemplos dado por Oliveira sejam, de fato, caracterizados pela manutenção da heterogeneidade – eles não possuem paralelo com o caso brasileiro. Como aqui destacado no primeiro capítulo, é a tendência à homogeneização que caracteriza a produção do espaço no capitalismo desimpedido. Assim, ainda que haja heterogeneidade residual entre as configurações espaciais dos países exemplificados pelo autor, é também perceptível que o processo de expansão da forma-mercadoria vem diminuindo essas diferenças dentro dos espaços nacionais. No caso brasileiro, em contrapartida, o que percebemos é uma manutenção da heterogeneidade, como entrave.

No Brasil, a heterogeneidade de seus níveis de infraestrutura e reprodução da força de trabalho – abordada como "questão regional" – é, em suma, a forma de se espacializar a acumulação entravada. Tanto as porções do espaço com nível de reprodução mais elevado (localizados nas configurações espaciais do sul/sudeste), quanto os que têm nível mais baixo (caso dos situados na configuração espacial nordestina) se inter-relacionam formando um todo, dentro de uma mesma lógica de organização social. Na medida em que a "hipertrofia" de porções do espaço das regiões Sul e Sudeste (a exemplo da Região Metropolitana de São Paulo), atuam no "preenchimento" das margens ainda passíveis à acumulação; a precariedade mais acentuada em porções como o Nordeste

(e no nosso caso particular, Alagoas) garante a sustentação do binômio expansão/entrave – característico da formação social brasileira.

Antes de tratar particularmente da realidade alagoana, gostaria de retomar um ponto já explanado acima: o papel atribuído às elites na organização social. Alguns trabalhos adotados como referência nessa tese, como o de Schiffer (2004), também argumentam em favor da ideia de que os interesses de uma elite coordenam a reprodução social brasileira em seu favor. Schiffer, ao concluir sobre a disposição da infraestrutura brasileira em função do maior desenvolvimento de São Paulo, afirma:

> O que é distinto na elite dominante brasileira [em relação à elite burguesa] é que para se manter como tal reimpõe sistematicamente, ao longo da história brasileira, um modelo econômico expatriador de excedente [...] em que visa, em última instância, impedir o fortalecimento da burguesia nacional, pois esta, ao ascender iria desafiar a dominação da elite. Esta elite nacional por se compor, em seu interior, de grupos de interesses distintos, terá no Estado o elemento compatibilizador dos conflitos intra classe (Schiffer, 1989, p. 137).

A afirmação acima, que atribui um caráter instrumental ao Estado, exemplifica o ponto de discordância existente entre a presente Tese e (grande) parte dos trabalhos produzidos sobre o Brasil – mesmo entre os que assumem a teoria da acumulação entravada, como o de Schiffer. Por outro lado, concorda-se aqui com as considerações da autora, quando esta afirma que o espaço brasileiro foi estruturado em torno da porção paulistana do território – processo que ela descreve de forma inequívoca no trabalho em referência.

Todavia, entende-se que um ajuste de enfoque mais bem elucidaria o processo de estruturação do espaço nacional. De certo, é possível constatar que, atualmente, o estado de São Paulo (sozinho, responsável por 31,4% do PIB brasileiro, produzido por 21,7% da população do país) transfere recursos para unidades federativas mais pobres, como Alagoas – que possui participação de 0,7% no PIB, com população de 1,65% do total brasileiro (Brasil, 2010)[35].

[35] A despeito da fato de, no passado, essa relação ter sido justamente a inversa, como apresentado no capítulo a seguir.

Ocorre que, quando analisamos o quadro de distribuição política do sistema legislativo brasileiro, deparamo-nos com uma proporção inversa. Enquanto a razão de habitantes por deputado em São Paulo é de 570.344hab./1dep. em Alagoas essa razão é de 343.777hab./1dep (Ibid.). Demonstra-se, assim, uma super-representatividade de estados como Alagoas juntamente com outros estados menos industrializados. Desse modo, podemos constatar que essa transformação das condições para industrialização do Norte e Nordeste é mitigada não por força dos interesses paulistanos, mas por não condizer com a lógica da reprodução em âmbito nacional.

Esta desproporção, reiterada pela Constituição de 1988, possui raízes no sistema federativo brasileiro, que, por seu turno, remonta à divisão do Brasil em capitanias, durante o período colonial. A natureza do processo de "independência" brasileiro – em que uma nova formação social se constituiu sem que houvesse uma ruptura com suas características coloniais – levou à conversão das capitanias[36] em províncias, cada vez mais fragmentadas a partir de então, para, mais adiante, tornarem-se unidades federativas com o golpe "republicano" de 1889.

Mori (1997, pp. 124-141) debate a maneira pela qual o federalismo, sob o pretexto de tornar a administração pública "mais democrática", nega a ideia de espaço nacional – condição fundamental ao desenvolvimento desimpedido das relações capitalistas. Como coloca a autora: "[...] ao contrário dos Estados Unidos, onde estados isolados se agregaram para formar uma federação, o movimento brasileiro partiria de um estado unitário no sentido de sua separação em estados" (Mori, 1997, p. 126). Ainda como destacado no mesmo trabalho, esta fragmentação do espaço brasileiro, sob a forma de suas unidades federativas, torna-se evidente na medida em que era concedida aos estados o controle sobre as terras públicas, a autonomia para a captação de empréstimos no exterior, e a possibilidade de criação de barreiras alfandegárias em seus limites com os entes vizinhos, enfraquecendo o mercado interno. Nas palavras de Mori, o sentido do federalismo brasileiro representou:

> [...] o enfraquecimento do caráter unitário do Estado, evitando que a mudança do regime [de monarquista para

[36] A extinção do sistema de capitanias ocorreu formalmente em 28 de fevereiro de 1821, um pouco mais de um ano antes da declaração de independência.

> republicano] pudesse conduzir a um processo de unificação econômica efetiva do país, e, portanto, à eliminação dos entraves à acumulação (Mori, op. cit. p. 13).

Como apresentado no capítulo a seguir, a constituição de Alagoas em um província autônoma é parte desse processo de "fragmentação conservadora", que se constituiu historicamente no Brasil. Esta divisão do espaço nacional, para garantia da acumulação entravada, permitiu que um tipo de elite – a saber, os assim chamados "coronéis" – constituíssem um setor dominante com o poder, outorgado pela omissão do Estado, para conduzir a reprodução em um dado recorte da formação social brasileira. Assim, os coronéis surgem não como um grupo responsável pelo modo de organização social, mas como predicado de uma lógica de reprodução mais ampla, que torna esse tipo de liderança política a que mais bem se adapta e, desse modo, prevalece nessa porção do espaço nacional

CAPÍTULO 3

Alagoas durante o estágio extensivo

O presente capítulo aborda como a acumulação entravada se manifestou no recorte alagoano, a partir da elevação institucional desta porção do espaço da categoria de comarca à de província, em 1817, até a exaustão do estágio extensivo de desenvolvimento no Brasil, em meados dos anos 1970. Destaca-se como – em concomitância ao contexto nacional – os entraves à acumulação tomaram relevo acentuado em Alagoas.

3.1. A comarca de Alagoas e sua emancipação

A porção do espaço brasileiro, que hoje corresponde ao estado de Alagoas, começou a ser ocupado já durante o século XVI. Desempenhando inicialmente o papel de fonte de extração do pau-brasil, a região (na época parte integrante da capitania de Pernambuco) passou a ser utilizada para cultivo da cana de açúcar, a partir do século XVII. A necessidade de se plantar ao longo de grandes extensões de terra, inerente a essa atividade econômica, resultou em concessões de amplas sesmarias aos donatários da coroa, subdividindo a capitania em latifúndios.

A história de Alagoas e a economia da cana-de-açúcar são elementos estreitamente interligados. Os sucessivos avanços tecnológicos que ocorreram no cultivo e no processamento dos derivados da cana tiveram – cada um ao seu modo – repercussões nos contextos político e econômico alagoanos. Dentro dos latifúndios canavieiros se formaram cadeias produtivas com alto grau de autonomia, que tinham pouca comunicação entre si e se comunicavam diretamente com a metrópole. Em virtude de a cana ser rapidamente perecível, após a realização de seu corte, era necessário que seus derivados fossem produzidos ainda na colônia, criando uma exceção dentro do pacto colonial, permitindo a

criação de uma cadeia produtiva complexa, que envolvia: derrubada de matas, comércio de escravos, redes de transporte para escoamento da produção, e instalação de banguês (engenhos rudimentares).

Tal organização fez surgir uma elite formada por senhores que dominavam grandes extensões de terra, e que centralizavam todo o poder necessário à produção do açúcar. Como discutiremos a seguir, esta centralização e capacidade de controle – resultantes de uma dada configuração da cadeia produtiva – levou ao surgimento de um recorte da formação social brasileira com viés (acentuadamente) conservador: Alagoas. A resistência às mudanças – mesmo as que configurassem incrementos na produtividade e em maiores ganhos – marcou a trajetória alagoana e pode ser ilustrada por meio de vários episódios.

Entre 1630 e 1654 a capitania foi invadida e ocupada por tropas da Companhia Holandesas das Índias Ocidentais. Esta visava restabelecer o comércio de açúcar que anteriormente era realizado com Portugal, e que houvera sido interrompido durante a Guerra dos 30 Anos[37] (1618-1648). Em decorrência de desavenças históricas com o governo holandês, a coroa espanhola, ao tomar a sucessão do trono português durante a União Ibérica (1580-1640), interrompeu a continuidade das relações comerciais luso-neerlandesas.

Durante o período de ocupação, a Companhia Holandesas das Índias Ocidentais tentou estabelecer relações proto-capitalistas em sua área de influência, promovendo uma intensificação das atividades econômicas na capitania de Pernambuco. Além de instituir um sistema de crédito e de pagamentos em moeda, os holandeses passaram a reter na colônia uma parte maior das rendas obtidas. Carvalho (1983) aponta estas como algumas das causas – naturalmente não as únicas – que levaram à insurreição dos senhores de terra locais contra os holandeses, mais bem adaptados ao sistema de precarização sistêmica e expatriação do excedente, característico do colonialismo português. Segundo o referido autor:

[37] Por Guerra dos 30 Anos se compreende um conjunto de conflitos que se desdobraram por toda a Europa no período destacado. Tais embates tiveram origens variadas, como: rivalidades comerciais, territoriais, dinásticas e religiosas. Dentre as consequências da guerra, está a emancipação da Holanda, que até então era submetida ao Rei Habsburgo da Espanha.

> Com o decorrer do tempo, e de acordo com as normas holandesas, foram introduzidas, também, relações que o meio não comportava, relações de crédito, de pagamento em moeda, de comércio. A administração holandesas se preocupou em reter na colônia parte das rendas fiscais proporcionadas pelo açúcar o que permitiu um desenvolvimento mais intenso da vida urbana. Tais relações foram uma das causas, não a única naturalmente, da curiosa vida urbana que então vicejou, que não existia antes e que declinou depois. Nessa vida urbana, não só teve papel o aparelhamento administrativo e político como o aparelhamento do comércio e do crédito (Carvalho, 1983, p. 77).

Somou-se ao destacado no trecho acima o fato de que a Companhia, como empresa mercantil privada, não considerava inviolável a concessão dos latifúndios por sesmarias, e executava a dívida de seus credores por meio da retirada do direito ao uso da terra. Frente a tais circunstâncias, os proprietários rurais (de origem lusitana) se insurgiram contra os novos ocupantes, tendo em vista a perspectiva da perda de seus privilégios. Após sucessivos conflitos, em meados da década de 1850 os holandeses acabaram sendo expulsos[38].

O episódio envolvendo Domingos Fernandes Calabar – produtor agrícola nascido em território alagoano, que apoiou a permanência holandesa, e acabou sendo tratado pela historiografia lusa como "traidor" –, expõe o paradigma de desenvolvimento exposto pelo período holandês. Evidentemente, não se propõe aqui remontar o quadro de precariedade que se configuraria, mais adiante, em Alagoas ao episódio em questão (vale lembrar que a permanência holandesa em colônias como o Suriname e no Caribe não se desdobrou no desenvolvimento das forças produtivas naqueles locais). Trata-se apenas de destacar como, desde cedo, a matriz colonial se sedimentou em Alagoas[39].

[38] O fim da supremacia marítima holandesa, perdida diante da guerra contra os ingleses, declarada em 1852, contribuiu para que a expulsão do domínios portugueses acabasse não sendo revertida.

[39] Sobre o papel da ocupação Holandesa no imaginário nordestino sobre o desenvolvimento, verificar o documentário Doce Brasil Holandês, de Mônica Schmiedt.

Figura 7- Extrato de tela feita, em 1647, pelo pintor holandês Franz Post, representando vila de Alagoas (hoje cidade de Marechal Deodoro). Séculos depois a vila viria a se tornar a primeira capital da província alagoana (Fonte: Reis Filho, 2000).

Em ocasiões posteriores, a resistência local ao desenvolvimento desimpedido das forças produtivas ressurgiria com relevo acentuado no caso alagoano. Esse fenômeno pode ser bem observado desde o processo alagoano de constituição em instância política autônoma. Alagoas se tornou comarca em 1817, mediante sua desvinculação administrativa de Pernambuco.

O Papel da Revolução Pernambucana no desmembramento de Alagoas até hoje é alvo de controvérsia. Discute-se até que ponto este conflito – uma insurreição da elite de Pernambuco contra a alta carga tributária cobrada pela Coroa – teve um caráter decisivo na "emancipação" alagoana. Alguns autores que se dedicaram à temática como Craveiro Costa (1967) assinalam que Alagoas se "emanciparia" de uma forma ou outra, devido ao desenvolvimento econômico e o adensamento demográfico que já alcançara no início do século XIX. Todavia, é ponto pacífico que a elite alagoana prestou serviços ao Império, dando apoio às tropas de Don João VI e não aderindo à causa de seus vizinhos. Pode-se descrever portanto, a elite alagoana como um grupo disposto a ter reduzida sua margem de acumulação, em virtude do pagamento dos pesados tributos reais, desde que suas vantagens locais e o poder de mando fossem mantidos.

O entrave à acumulação acabou se refletindo também na precariedade crônica com que o processo de urbanização se deu na província. No momento de sua emancipação política, no início do século

XIX, Alagoas possuía todas as características descritas por Viotti da Costa, ao se referir ao espaço brasileiro como um todo no período:

> Os núcleos urbanos mais importantes localizavam-se, na sua maioria, ao longo da costa, coincidindo com os principais portos por onde eram exportados açúcar, fumo e algodão, principais riquezas do país. [...] Nas demais áreas a importância dos núcleos urbanos era limitada, prevalecendo a grande propriedade [...] O uso da mão de obra escrava, a autossuficiência do latifúndio, o baixo padrão de vida do trabalhador livre restringiram a expansão do mercado interno, inibindo o desenvolvimento do artesanato, das manufaturas e do comércio interno, limitando as funções urbanas (Viotti da Costa, 2007, p. 236).

Longe de ser um "problema" para a lógica de reprodução que se estabelecia em Alagoas, o isolamento e a precariedade acima descritos contribuíam para o fortalecimento das elites locais (os chamados "coronéis"), que ocupavam o vácuo de poder deliberadamente deixado pelo Estado brasileiro, na medida em que garantiam o controle da população local, suprimindo qualquer insurreição voltada à elevação do nível de reprodução da força de trabalho e à retirada dos entraves às forças produtivas.

Após a Independência, o conflito entre os interesses voltados à acumulação desimpedida de um lado, e a continuidade do modelo colonial expatriador do outro, ainda se repetiria em diversas ocasiões na região. A chamada Confederação do Equador (1824), movimento inspirado no Iluminismo francês, pretendia criar um Estado independente, abrangendo a área que corresponde hoje, aproximadamente, às regiões norte e nordeste do país. Tratava-se, novamente, da busca pelo rompimento com os entraves econômicos impostos pelo modelo colonial. Mais uma vez, o senhores de terras locais, voltaram seu apoio político ao Império. Enfraquecido, o movimento sucumbiu em menos de um ano, mediante a repressão das tropas de Dom Pedro I.

A "Cabanada", por seu turno, foi um movimento ocorrido especificamente em Alagoas e Pernambuco, entre 1832 e 1835, e que, em princípio, tinha como objetivo a restauração de Dom Pedro I no poder, na esperança de que tal manobra revertesse a grave crise econômica por que passava o país naquele momento. O que começou como uma revolta,

liderada por pequenos proprietários de terra, acabou passando por divisões internas quando, capitaneada por Vicente de Paula, tomou contornos abolicionistas. Com o falecimento de Dom Pedro I, em 1831, o levante passou a se tratar, essencialmente, de uma reação das camadas mais baixas da população mediante às precárias condições de subsistência, sob as quais estavam submetidas. Índios, mulatos, e brancos pobres – chamados de "cabanos" em alusão às cabanas em que viviam no meio do mato – passaram a constituir milícias que foram combatidas e derrotadas.

Figura 8- Tela feita pelo pintor belga Victor Frond, em 1861, representando cabana de escravos em engenho nordestino. Na cena vemos trabalhadores produzindo para sua subsistência, modo de organização que perdura em muitos rincões de Alagoas até hoje (Fonte: Bicca et al, 2006).

O viés conservador e a capacidade de reprimir insurgências que caracterizavam a classe política alagoana pode ser observado mediante a leitura das *fallas* – transcrições das sessões de abertura das atividades parlamentares que tomavam curso na província. Em 1836, quando ainda da ocorrência dos últimos resquícios do levante cabano, o Presidente Antônio Joaquim de Moira proferiu a seguinte fala sobre o assunto:

> Hoje apenas vaga pelas matas um quilombo de negros fugidos [...] eu espero, Senhores, que muito breve acabemos com esta peste, se por fatalidade um enxame de Proletários bandidos [grifo nosso], que nestes últimos dias tem invadido a nossa província (Província das Alagoas, 1836, p. 5).

A atribuição do termo proletário, como adjetivo para denigrir os dissidentes, exprime como os governantes locais enxergavam o trabalho assalariado quase como uma forma de subversão. Essa atitude contrastava com a ideologia liberal, sob a qual – ao menos no discurso – estava fundado o Estado brasileiro. Como exposto mais adiante, a resistência ao assalariamento das elites alagoanas não seria suficiente para impedir que ele ocorresse, ainda que de forma precária.

Tais episódios demonstram o grau de enraizamento da acumulação entravada ocorria em Alagoas. Como descrito na seção anterior, o fim do primeiro Império e o início da Regência serviram apenas para dar continuidade ao modo de reprodução brasileiro. Estas mudanças conservadoras em escala nacional aprofundavam a relação do Estado com seus recortes locais, tal como explanado por Almeida (1997) ao se referir a Alagoas:

> [...] a Regência monta ou atualiza diversos instrumentos que operam no sentido de consolidarem o poder local, ele mesmo o grande instrumental de mando e controle na prática senhorial [...] estamos considerando o poder local como implicado no conjunto das relações políticas praticadas nas diversas comunidades do Império e firmados sobre estrutura agrária prevalecente [...] Ao afirmamos a centralidade do poder local nós não estamos minimizando a importância de grandes fatores como Constituição, Códigos, Senado, Deputados; simplesmente queremos colocar em destaque que o processo no nível das comunidades fundamenta-se em categorias aparentemente menores: Delegacias de Polícia, Juizados de Paz, Escrivães, Vigários Colados e Encomendados, Meirinhos, Tenentes, Capitão e por aí segue. É justamente o controle deste instrumental de mando que se fundem o local e o nacional, com a estratégia dos grupos consistindo no aparelhamento de postos e posições, no que seria fundamental a montagem das alianças com os Presidentes da Província. Desenvolve-se, por consequência, uma teia que articula o local ao que poderia ser considerado, ainda à falta de melhor termo, como nacional (Almeida, 1997, pp. 16-23).

No texto destacado acima, Almeida elabora como o processo de reprodução nacional se desdobra no âmbito local: por meio de uma

"omissão deliberada" (para usar o termo cunhado por Vilela Luz) do Estado. Na medida em que os vazios institucionais são criados pelo governo central, é aberta a margem de manobra para que localmente as elites exerçam seu poder e garantam a continuidade daquela porção do espaço por elas dominado dentro da reprodução como um todo. No mesmo texto, Almeida detalha essa relação:

> Entre Corte e Local há uma relação intrínseca; a primeira discutia as estratégias de dominação e o segundo as efetivava, independendo das variações conjeturais. A transição confirma a natureza da teia, da rede formada para a administração dos objetos práticos imediatos. Esta situação atravessa com a Regência, pois continha os elementos fundamentais da integridade do sistema. Corte neste caso, sinaliza o complexo da elite imperial, enquanto Local sinaliza para o processo senhorial montado no dia a dia das práticas de dominação. Há um bloco unitário, um conjunto em que os elementos têm a função de convergirem o processo para o objetivo final do todo (Ibid., p. 34).

As passagens acima destacadas do texto de Almeida servem para reforçar o caráter integrado da reprodução nacional, tal como defendido no capítulo introdutório da tese. O "coronelismo", geralmente debatido como um processo advindo de uma dada forma de operar das elites locais, é contextualizada aqui como uma *resultante*, e não como uma *causa* da maneira de se reproduzir no recorte alagoano. Resultante esta que surge justamente de uma integração com o âmbito nacional e não como um processo apartado – como se costuma supor.

Assim, mantidas as condições de: distribuição fundiária por sesmarias, divisão das porções de terra em latifúndios, mão de obra predominante escrava e, consequentemente, reduzida intensidade de circulação de mercadorias, o espaço alagoano (como o brasileiro em geral) se organizou de forma a não articular seus principais centros. No caso de Alagoas, a produção do açúcar voltado à exportação fez com que suas principais obras de infraestrutura se destinassem ao escoamento dessa produção dos latifúndios aos portos (para o subsequente transporte por cabotagem), sem estabelecer a integração com os demais centros do país – a exemplo das demais porções do Brasil, conforme relatado no capítulo anterior.

Se o transporte por vias terrestres era precário, a construção de estradas de ferro que ligassem Alagoas aos demais centros do país era praticamente inexistente. Doravante, a viação brasileira se caracterizou por ter sido essencialmente "empírica", resultado mais das necessidades que se apresentavam ao sistema colonial (com suas proibições de intercâmbio comercial interno), do que dos planos apresentados pelas autoridades. É nesse contexto, ao longo do século XIX, que foram formulados planos nacionais de viação, como o: Rebelo (1838), que buscava integrar o Rio de Janeiro (então capital do Brasil) às porções ao centro, norte e sul do país; e os planos Moraes (1869), Ramos de Queiroz (1874), e Bicalho (1881), que enfatizavam o potencial hidroviário brasileiro. Batizadas com os nomes dos respectivos engenheiros que as formularam, tais propostas foram apresentadas ao governo imperial e descartadas, dando início a uma tradição de planos de integração do espaço nacional deliberadamente abandonados, ao longo da história brasileira (verificar figura abaixo).

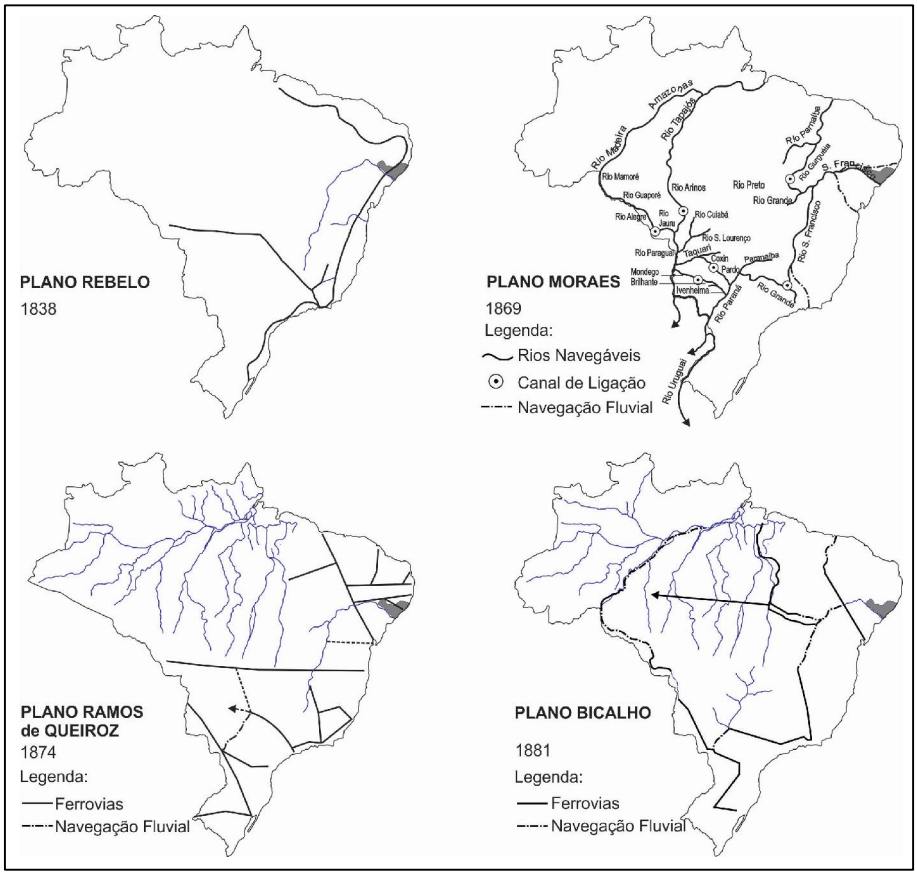

Figura 9 - Exemplos de planos viários para o Brasil, formulados ao longo do século XIX (Alagoas destacada em cinza, no canto direito dos mapas). Percebe-se nas propostas a tentativa de integrar o espaço nacional, fazendo uso de uma potencial malha hidroviária. (Fonte: Brasil, 1974b, adaptado para o presente trabalho).

Por meio dos planos apresentados na imagem acima, percebe-se o papel de destaque que Alagoas desempenharia, caso algum deles fosse hipoteticamente efetivado. Por ser delimitada ao sul pelo Rio São Francisco, e por estar situada no encontro desta bacia fluvial com o mar, Alagoas seria um relevante "ponto de partida", em um cenário onde a acumulação desimpedida passasse a ser o princípio da constituição do espaço brasileiro. De todo modo, os exemplos supracitados apenas demonstram o imperativo do planejamento "parassimpático" (que garante a reprodução social), sobre o teleológico (que assume um sentido finalístico e tenta, em vão, alterar as condições de funcionamento da formação social).

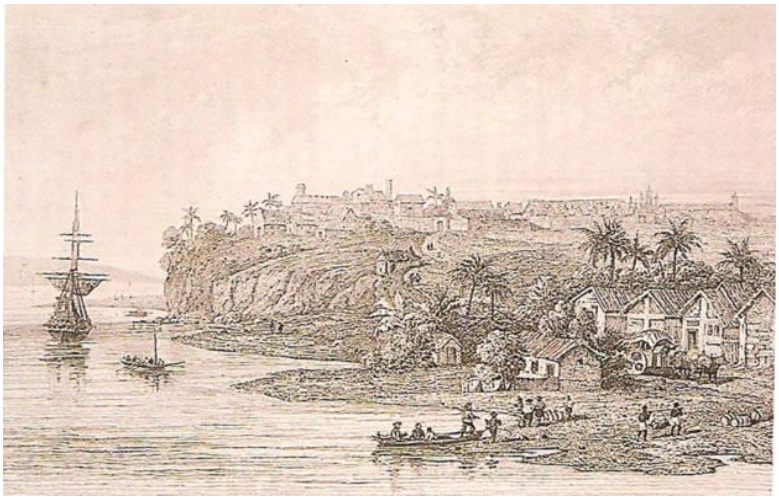

Figura 10- Ilustração de Vanhagen, de 1854, da vila alagoana de Penedo, localizada às margens do encontro do Rio São Francisco com o Oceano Atlântico. Apelidado de "rio da integração nacional", por nascer em Minas Gerais e passar por quatro estados antes de desaguar no Oceano Atlântico na fronteira entre Sergipe e Alagoas, até hoje o rio não teve seu potencial logístico explorado (Fonte: Furrer, 1993).

Em que pese a consolidação da sociedade de elite, mediante a supressão das revoltas dos períodos imperial e regencial, a acumulação entravada se sedimentou nas primeiras décadas da nação brasileira, como o princípio que norteou a ação estatal e, por consequência, a produção do espaço. Assim, a província de Alagoas permaneceu no estado de isolamento, característico do período colonial.

3.2. Os reflexos da instituição do capitalismo

Como descrito no Capítulo 2, o Estado brasileiro foi concebido em meio à incongruência da manutenção de um regime de produção com características coloniais e conservadoras, camuflado sob um discurso

liberal. A promulgação da Lei de Terras, em 1850[40], marca o início do processo de instituição efetiva do capitalismo no Brasil. Ela proibia a aquisição de terras públicas por qualquer outro meio que não fosse a compra. Essa medida colocava fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses (invasões) e doações da Coroa.

A Lei de Terras uma das condições fundamentais à reprodução do trabalho assalariado: a propriedade privada da terra. Esta mudança no entendimento das relações de propriedade deveria implicar, na mesma medida, em mudanças na acepção das relações de trabalho. Todavia, após a Lei de Terras o trabalho escravo permaneceu tolerado no Brasil por mais 38 anos. Em províncias como Alagoas, a resistência dos senhores de terra fez com que o assalariamento fosse retardado ao máximo, até que, inevitavelmente, a escravidão fosse superada pelo imperativo da reprodução capitalista.

Já em meados do século XIX, a exaustão do modelo escravagista acusava seu enfraquecimento também em Alagoas. Em 1842 Alagoas possuía uma população escrava da ordem de 36.675 pessoas; enquanto a população "livre" era de aproximadamente 155.341 habitantes (Almeida, 2013). Esta diferença configurava a razão de um escravo para cada quatro "braços livres". À semelhança do que vinha ocorrendo no restante do Brasil[41], apenas 30 anos depois, a proporção de escravos cairia para menos da metade. Em 1872, a razão já era de um escravo para cada dez pessoas "livres".

Mediante ao quadro acima descrito, para que a expansão da forma-mercadoria fosse viabilizada, era imprescindível a instituição da mão de obra assalariada. Todavia, em locais como Alagoas, onde o poder estava consolidado na área rural, havia grande resistência para ao assalariamento. Ao tratar da crise por que passava a agricultura alagoana ao final da década de 1870, Pedro Antônio da Costa Moreira, vice-presidente da província,

[40] Ao longo da realização da presente tese, procurou-se averiguar a repercussão da Lei de Terras no recorte alagoano, durante os primeiros anos após sua promulgação. Todavia, até onde foi possível aferir durante as pesquisas, não se identificaram registros do ocorrido nas *fallas* governamentais em Alagoas. De certo modo, esta lacuna *pode sugerir* a predominância das relações de natureza colonial no domínio das terras no estado, mesmo após 1850.

[41] Cf. Caio Prado (2012, pp. 172-206).

registrou em *falla* a escassez de mão de obra escrava, apontando-a como principal razão da crise.

> É triste o estado da agricultura da província. Deixo, entretanto, de consignar aqui as causas que decorrem diretamente para semelhante estado, porque elas são bem sabidas e estão ao alcance de todos. Está, porém, em vossas mãos a decretação de medidas [grifo nosso] tendentes a remover algumas d'aquelas causas, uma vez que dos altos poderes do estado é que depende o florescimento, a verdadeira prosperidade da lavoura, por meio dá do estabelecimento dos bancos rurais, já do desenvolvimento da imigração que, formando um núcleo de população ativa, venha substituir a escravatura, cujo desaparecimento caminha, de um modo espantoso, devido não só a mortalidade, como a libertação sempre crescente [...] (Província das Alagoas, 1877, p.26).

Na *falla* acima, chama a atenção o trecho em que Moreira destaca a escassez de mão de obra como uma questão "bem sabida", e sugere certa resistência de seus correligionários em dar cabo da questão, ao invocar que estava nas mãos deles a "decretação de medidas". O trecho acima se configura como uma ilustração da reação das elites locais ao imperativo do assalariamento, e da exaustão do regime escravocrata se impondo sobre essa resistência.

O processo de lenta incorporação dos "braços livres" na economia alagoana é sintetizado por Almeida da seguinte forma:

> A transferência da escravidão para o assalariamento seria lenta, para que não se afetasse o modo como o poder estava consolidado, radicado na função de base da propriedade rural. A estratégia seria a lentidão; a transferência deveria ser posta de forma paulatina para que não ocorressem transtornos no poder. [...] Estava vedada a entrada de nova tecnologia, impedindo o ingresso de novos conhecimentos, cercava-se a possibilidade de ingresso de novos fatores de capital, [...] com as transformações que eles poderiam acarretar (Almeida, 2013, p. 39).

Como expresso no trecho acima, as condições de reprodução em Alagoas se manifestam, desde então, pela absorção de mão de obra assalariada com nível de reprodução da força de trabalho – se não idêntico

– ao menos análogo ao do trabalho escravo. O espaço que se estrutura para reproduzir tal economia expressava, por conseguinte, essa precariedade.

Como resultado da monocultura da cana em latifúndios, ao final do século XIX, a população ainda se alocava, em sua maioria, na área rural. As vilas existentes, em função da pouca atividade comercial e industrial, não geravam empregos em quantidade suficiente. No campo, pelo menos, essa população conseguia subsistência, ao se submeter a condições equivalentes às de servidão.

Na medida em que obtinham habitação, a possibilidade de cultivar pequenas roças, e criar pequenos animais, os "braços livres" subsistiam sob um "acordo" realizado com o senhor da terra. De forma análoga ao que ocorria com os contratos de servidão feudais, entre os senhores e trabalhadores rurais vários tipos de relação se estabeleciam: dos homens de confiança, que gozavam de status mais elevado junto ao proprietário da fazenda; passando pelos meeiros (arrendatários de parte das terras); ao camponês que realizava trabalho para subsistência em troca de pequenos serviços – mais adiante se incluiria entre esses "favores" o apoio político incondicional aos coronéis locais.

Desse arranjo produtivo resultaram vilas que existiam em função do meio rural. Como descreve Almeida (2013, p. 43) essas pequenas aglutinações de moradias e estabelecimentos consistiam em: áreas para pequenos comércios, igreja, praça, casa de alguns proprietários mais abastados, câmara, cadeia e escola para ensino básico daqueles que a ela tinham acesso. Nas palavras do próprio autor: "O que se chamava de vila ou de cidade era apenas a confirmação rural, parte desta circunstância, e não um universo individualizado" (Almeida, loc. cit.).

Se, em nível nacional, a interligação de Alagoas com as demais províncias era incipiente (para dizer o mínimo), a estruturação do espaço em Alagoas, mesmo em escala local, não se configurava de forma diferente. Como remonta Tenório (2009), os caminhos então existente se constituíam em picadas em meio a mata que, gradativamente, iam se alargando na medida em que eram transitadas.

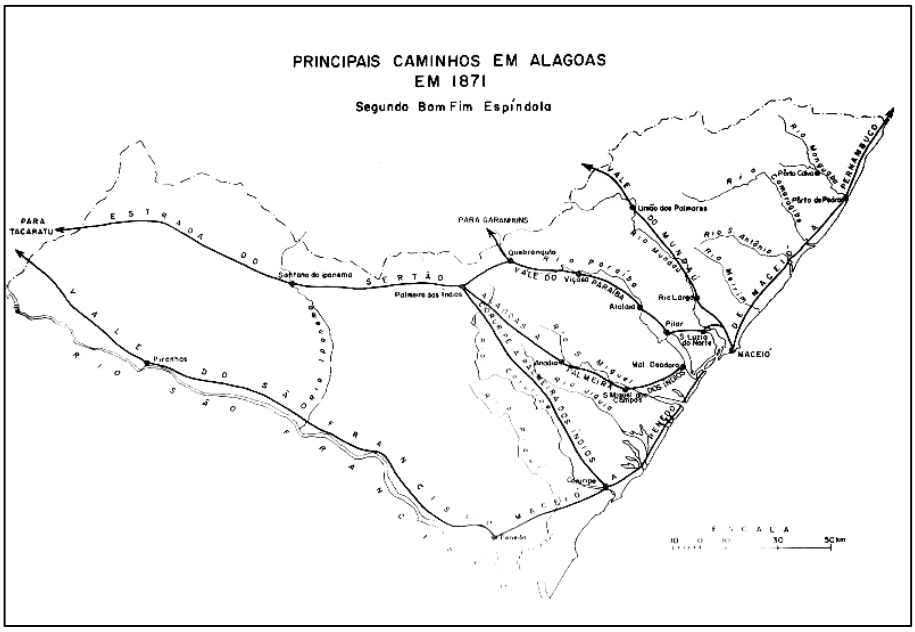

Figura 11 - Mapa em que se ilustram os principais caminhos em Alagoas, ao final do século XIX. Por meio do mapa é possível perceber o adensamento de vias que entrecortam os tabuleiros costeiros, onde se localizam os latifúndios canavieiros. Tais vias convergem para a capital Maceió, onde se localiza o porto de Jaraguá, por onde o açúcar é (até hoje) exportado (Fonte: Corrêa, 1994).

Na mesma *falla* de 1877 em que alertava para o problema da mão de obra, Pedro Antônio da Costa Moreira, o vice-presidente da província, ainda denuncia as condições de infraestrutura para escoamento da produção:

> Como sabeis, não tem sido possível, à vista do estado pouco lisonjeiro dos cofres provinciais, empreender nesses últimos tempos melhoramento algum material. É geralmente péssimo o estado das veredas que conduzem para os diversos pontos do interior da província e a que damos comumente o nome de estradas (Província das Alagoas, 1877, p.26).

A resistência dos produtores de açúcar alagoanos às mudanças na organização produtiva local não se restringia à recusa do abandono da mão-de-obra escrava. Também existia forte recusa à substituição de equipamentos e técnicas que havia se tornado obsoletos, mediante as inovações feitas na produção do açúcar antilhano. Carvalho discorre sobre esse processo, da seguinte forma:

> O ritmo de modernização era tão lento que uma nova variedade importante de cana-de-açúcar (vinda de Caiena, cidade da Guiana Francesa) chegou [em Alagoas]

> quase três séculos depois de iniciado o ciclo do açúcar. O engenho a vapor, a adoção do arado, a 'clarificação' do açúcar, as máquinas, o processos de produção e as novas relações de trabalho chegaram bem depois. A queima do bagaço para movimentar as caldeiras é de introdução ainda mais recente. O transporte do açúcar era feito em barcaças que aproveitavam os trechos dos rios navegáveis perto do litoral e as águas das lagoas Mundaú e Manguaba. As estradas eram simples veredas por onde passavam os animais que serviam de meio de transporte (Carvalho, 2009, p.13).

Mediante a persistência do panorama acima descrito, ao entrar no último quarto do século XIX a obsolescência da cadeia produtiva alagoana chega a níveis economicamente insustentáveis. Dado o risco de insolvência da produção, em 1875 o Império adota um conjunto de iniciativas com o objetivo de modernizar os banguês, com a criação de engenhos centrais. Racionalizando o processamento da cana, à maneira *taylorista*, o governo central esperava setorizar a produção agrícola (plantações) e a fabril (engenhos), incrementando a produtividade. Para incentivar a adoção do modelo, a coroa ofereceu linhas especiais de subsídios e incentivos ao investimento estrangeiro (sobretudo ao capital inglês), voltadas à compra de equipamentos e insumos.

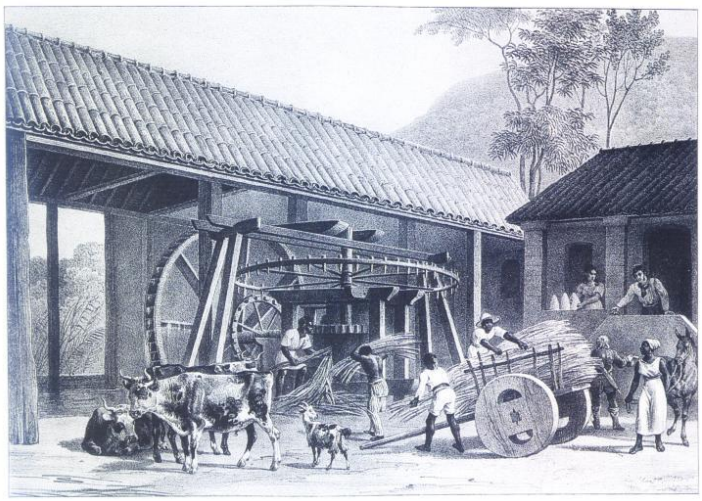

Figura 12 - Gravura "O moinho de açúcar" (1835), feita durante viagem ao Brasil pelo ilustrador alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Nela, é possível ver a moagem da cana pelo banguê (padiola manuseada por escravos). Mesmo obsoleta desde meados do século XIX, a técnica perdurou em Alagoas até, aproximadamente, a década de 1890, quando, só então, começa a ser substituída paulatinamente pelo processamento da cana em usinas (Fonte: Acervo Pinacoteca de São Paulo - disponível em rede).

Temendo uma alteração da estrutura de poder local, a maioria dos donos de engenho preferiram continuar a moer sua cana nos velhos banguês, não fornecendo matéria prima para os poucos que acabaram aderindo ao sistema de engenho central mais moderno. Como resultado, os engenhos centrais não prosperaram em Alagoas, em virtude da escassez de matéria prima, ocasionada pelo boicote dos plantadores.

Este quadro não perdurou por muito tempo, tendo em vista que a abolição da escravatura em 1888, e a insolvência dos banguês, frente a concorrência do açúcar antilhano e do produto europeu extraído da beterraba, forçaram a uma transição direta dos antigos engenhos para as modernas usinas. Na virada do século XIX para o século XX esse fator seria determinante para algumas transformações que aconteceriam em Alagoas.

Conforme relata Carvalho (1983), durante na década de 1880) a indústria fabril em Alagoas limitava-se a quatro estabelecimentos: fábrica de tecidos em Fernão Velho, uma fundição, e uma fábrica de sabão na Pajuçara. O desenvolvimento dessas indústrias era entravado por uma característica do espaço brasileiro, presente até os dias de hoje: a falta de uma política fiscal que regulasse e estimulasse a circulação interna de mercadorias. Diante dessa "omissão deliberada" do Estado, a guerra fiscal entre as províncias (que ainda hoje ocorre entre os estados) minava o incremento da produção. Tal fenômeno pode ser constatado na *falla* do Vice-Presidente da Província Costa Moreira sobre a indústria de tecido em Alagoas, citada abaixo:

> A empresa acha-se onerada com o imposto de 4% sobre o dividendo a distribuir e com o de 4% sobre a manufatura exportada, já impedida de competir na praça do Recife pelo imposto de rs. por metro e na da Bahia pelo de 2% sobre o gênero nela ensacado, o que coloca a mesma empresa na contingência de dispor de sua manufatura na província (Província das Alagoas, 1877, p.29).

As dificuldades impostas ao ramo industrial em Alagoas não se limitavam às dificuldades estabelecidas pela "guerra fiscal" com as províncias vizinhas. O Código Comercial Brasileiro, de 1850, complementado por Lei de 22 de agosto de 1860, condicionava a criação de sociedades anônimas a uma sanção do Governo Imperial, que, para tal,

exigia garantias superiores ao valor da empresa a ser aberta. Assim, a maior parte dos capitais migrava para os títulos governamentais (isentos de impostos), e/ou para o setor agrícola (subsidiado)[42].

No caso da indústria têxtil – ramo que apesar dos entraves chegou a se desenvolver em Alagoas – a suspensão das restrições impostas à abertura de sociedades anônimas em 1882 não veio a tempo para que o setor se beneficiasse plenamente pela abertura do mercado externo, causada temporariamente pela Guerra Civil Americana (ou Guerra de Secessão, 1861-1865)[43]. Assim, a Companhia União Mercantil, fundada em 1857 no distrito maceioense de Fernão Velho, continuou como a única fábrica de tecidos alagoana até 1890 (Melo, 2012, p. 66), quando é fundada a fábrica Cachoeira no município de Rio Largo.

Foto 3 - Imagem de cartão postal (impresso aprox. na década de 1920) retratando a fábrica de tecidos Cachoeira, em Rio Largo (AL). Apesar de nunca ter feito frente ao setor açucareiro, o ramo têxtil chegou a desempenhar um papel significativo em Alagoas, até ser inviabilizado em definitivo pelo Estado, a partir da década de 1970 (Fonte: acervo do autor).

[42] Cf. Stein (1979).

[43] Durante os primeiros anos da Guerra de Secessão o Brasil passou a exportar o triplo dos EUA, para, após findado o conflito o algodão americano retomar seu domínio sobre o mercado europeu (Albuquerque, 1982, pp. 35-37).

3.3. A República Velha e o Estado Novo: novos ajustes conservadores

Tal como ocorrido nas demais províncias, o golpe de 15 de novembro 1889, que instaurou uma ditadura republicana[44] no Brasil, foi assimilado pela classe política alagoana sem maiores tensões. Em seguida, durante os primeiros meses da República, a oposição entre liberais e conservadores que ocorria – tanto dentro do parlamento imperial, quanto das câmaras provinciais – começa a se reconfigurar. Como remonta Tenório (2009, pp. 56-57), o panorama político em Alagoas durante a transição é marcado pela "transformação" das lideranças locais monarquistas em republicanos "ardorosos", movidos pelo o desejo de continuarem a ocupar posições de poder na estrutura administrativa que se reformava.

Ainda conforme relatado pelo referido autor (op. cit.), os primeiros anos da "república das espadas" foi um período de intenso conflito pelo poder local, o que por vezes deixou Alagoas em "estado de sítio" (p. 69). Todavia, o conturbado ambiente de disputa pelo mando não representou uma alteração da matriz econômica baseada no cultivo e beneficiamento da cana e, por conseguinte, no perfil da reprodução no estado. Em âmbito nacional, a chamada crise do encilhamento[45], que forçou a renúncia de Floriano Peixoto, também ensejaria o pretexto para que o país continuasse sua "vocação agrária".

Além disso, o encilhamento reforçou o papel marginal que a indústria viria a desempenhar no recorte alagoano. Diante do episódio, Leite e Oiticica – mistura de intelectual e oligarca, que fora chefe de polícia no interior de Alagoas e senador – assumia posição que viria a se tornar comum na elite brasileira: aproveitava um dado momento de contingência fiscal, e acusava a política de industrialização como culpada pela crise,

[44] A ideia de uma república governada por ditadores demonstra que não se deve subestimar a capacidade da formação social brasileira de incorporar discursos inconsistentes de sua base material.

[45] A Crise do Encilhamento ocorreu entre o final da Monarquia e início da República, conflagrando-se durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891). Os então Ministros da Fazenda Visconde de Ouro Preto e Ruy Barbosa, no intuito de estimular a industrialização, adotaram uma política baseada em créditos livres aos investimentos industriais garantidos por farta emissão de moeda, resultando adiante no estouro de uma "bolha" monetária.

colocando-se "a favor do povo", e camuflando a verdadeira natureza conservadora de seu discurso. Tal posição se ilustra pela fala do congressista alagoano, no parlamento brasileiro:

> É nessa moeda que os industriais fazem seu negócio, vendem os seus produtos, aumentam suas rendas, fartando seus cofres à proporção que a miséria da população se acentua, com os preços a elevar-se para os gêneros que eles fabricam (Brasil, 1891, p. 7).

Para além da esfera ideológica, a organização produtiva alagoana, ainda que estruturalmente arcaica, não teve continuidade sem que uma sofisticada "teia" de mecanismos garantisse sua reprodução. No cerne dessa forma de se organizar estava a relação entre o poder local de Alagoas e o Governo Federal. Nos relatos da época[46] é comum a menção à crise na economia açucareira gerada pela concorrência antilhana e do açúcar europeu extraído da beterraba. Também é dada ênfase aos privilégios desfrutados pela economia do café, decorrentes da defesa dos interesses de seus produtores pelo regime republicano. Ocorre que, a despeito das queixas mencionadas, nenhuma medida foi tomada no sentido de transformar o panorama de dependência da decadente cultura canavieira, o que, como pontuaremos adiante, demonstra como o entrave *deliberado* ao desenvolvimento das forças produtivas era fundamental às características econômicas e sociais alagoanas.

Em Alagoas, o fracasso da política industrial proposta pelos ministros da fazenda Ruy Barbosa e Visconde de Ouro Preto[47] foi suficiente para interromper o incipiente processo de construção de linhas ferroviárias, financiadas pelo capital inglês, e que – ainda que de forma tímida – iniciara-se durante o Segundo Império. Em complemento, a legislação sobre construção de vias, instituída a partir do golpe de estado de 1889, contribuiu para o aprofundamento do processo de fragmentação, característico do espaço brasileiro: o Decreto n° 542, de 26 de junho de 1890, delegava aos governos estaduais o planejamento e construção de linhas férreas responsáveis pela conexão entre "centros populosos" e "regiões produtivas", restringindo ao recém-instaurado governo federal a competência sobre linhas que ligassem as capitais dos estados à sede do

[46] Cf. Tenório (1996, pp. 42-44).

[47] Cf. Tenório (op cit., pp. 185-199).

governo (Rio de Janeiro), ou que estabelecessem comunicações entre territórios da república e países vizinhos (BRASIL, 1974, p. 33). Delegada aos governos locais e aos interesses econômicos particulares, vinculados a cada configuração espacial historicamente construída, a proposição de linhas férreas em Alagoas se limitou a partir de então a estabelecer conexões com as capitais dos estados vizinhos (Recife e Aracaju), e ao transporte de açúcar até o porto de Jaraguá, em Maceió (figura abaixo). Como relata Carvalho, a rede férrea alagoana:

> Fez convergir para as estações das margens do (rio) Mundaú ou do (rio) Paraíba a produção açucareira dos engenhos da região [...] A ferrovia se constituiu um aliado poderoso, ou fraterno, da usina no alargamento latifundiário desta (Carvalho, 1983, p. 193).

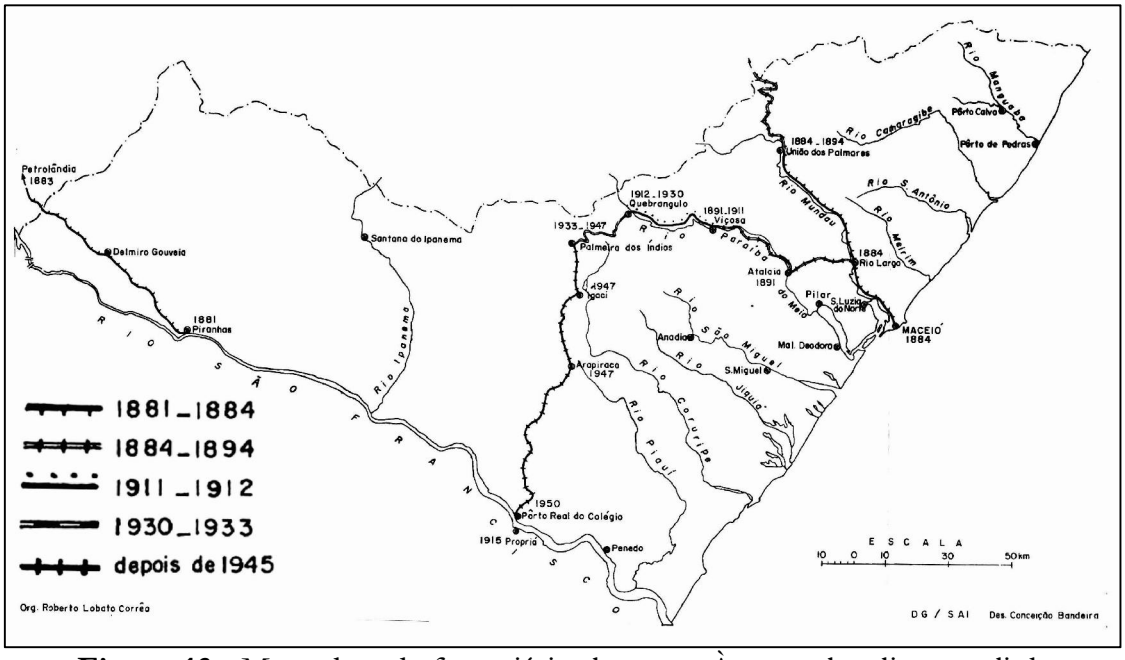

Figura 13 - Mapa da rede ferroviária alagoana. À oeste, localiza-se a linha Petrolândia-Piranhas, feita para o transporte de passageiros (complementando um trecho não navegável do Rio São Francisco), e para escoar a produção do semi-árido pernambucano. No agreste (centro do mapa), é possível ver a linha que ligava a cidade de Palmeira dos Índios (fonte de extração de cal, mármore, ferro e cristal de rocha) à Porto Real do Colégio (às margens do São Fancisco). Este último trecho se conectava, passando pelo município de Quebrangulo, à capital Maceió, com uma derivação que conduzia à Recife, em Pernambuco (Fonte: Corrêa, 1994).

Além da garantia do quadro de fragmentação espacial, outro mecanismo garantidor do *status quo* que se evidencia nesse contexto é o endividamento crônico de Alagoas, a partir da República. Dez anos depois

do golpe de estado que instaurou o regime republicano, o Governador de Alagoas Aristides Augusto Milton relata a condição financeira de então:

> Mantêm-se nas mais lisonjeiras condições as finanças do estado. Como fato auspicioso eu vos anunciava ano passado um saldo no tesouro de 463:900$469. De então para cá as despesas aumentaram consideravelmente com a criação de novos serviços e a liquidação de grande número de dívidas passivas: mas nem por isto o saldo deixou de crescer, acusando presentemente um algarismo muito mais considerável [...] (Estado de Alagoas, 1899, p.9).

Este quadro superavitário seria inteiramente desmontado ao longo da república, inviabilizando qualquer possibilidade de investimento em infraestrutura no nível local. Contribuiu para tanto o já mencionada queda do preço do açúcarrida, correr a partir de 1903, que deixava ainda mais evidente o nível de obsolescência dos engenhos alagoanos. Se o governo republicano garantia a viabilidade da cultura do café por meio de subsídios, também permitia que o defasado modelo econômico canavieiro prosseguisse através do endividamento das unidades federativas do norte-nordeste.

Ainda na primeira década do século XX, a continuidade da produção de açúcar por meio do modelo dos banguês se torna inviável[48]. Alagoas, que havia resistido ao processo de modernização proposto mediante a implantação engenhos centrais, vê-se diante da necessidade de modificar sua cadeia produtiva, sob o risco de entrar em colapso por não fazê-lo. Nesse sentido, começam a surgir as primeiras usinas de açúcar.

Mais moderno que os engenhos centrais, o modelo usineiro consegue prevalecer, na medida em que assume a tarefa de plantar a própria cana e processar o açúcar sob um menor custo e com maior eficiência. Esse fator, gradativamente, vai obrigando os bangueseiros remanescentes, incapazes de concorrer com as usinas, a vender sua colheita sem processá-la. Ao superar a escassez de matéria prima que havia fadado ao fracasso os engenhos centrais, as usinas aprofundam a centralização do poder econômico no estado, na medida em que divide a

[48] O ano de 1903 marca uma forte baixa internacional no preço do açúcar (TENÓRIO, 2009, p. 38).

classe latifundiária canavieira entre os usineiros e os "simples plantadores".

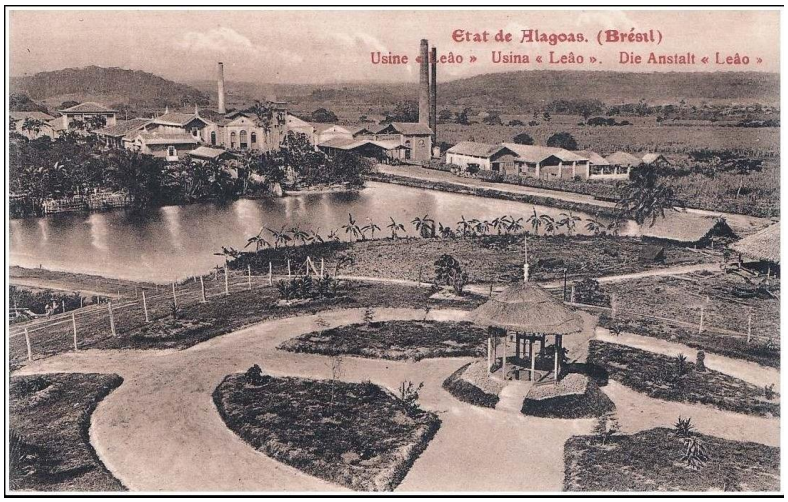

Foto 4 - Imagem extraída de cartão postal (impresso aprox. na década de 1920) retratando o parque fabril da Usina Leão. O abandono dos banguês e a modernização do processamento da cana, ocorrida com as usinas, representavam a garantia da continuidade da monocultura canavieira, e, por conseguinte, do *status quo* em Alagoas (Fonte: acervo do autor).

Como relata Carvalho (2009, pp.18-20), as usinas passam a superar a produção dos banguês a partir da safra 1922/1923[49], finalizando um período de coexistência entre o modelo antigo e o moderno, que durava desde o início do século. O aprofundamento da cisão que ocorria na elite alagoana leva a emergência de um novo e violento embate pelo poder político local. Contudo, durante todo o período da República Velha a contenda entre as oligarquias locais não representou uma luta em torno de uma mudança do projeto econômico canavieiro[50]. Tratava-se apenas de uma disputa pela "condução do leme" conservador da nau alagoana.

Em 1929, a profunda recessão que provocou a crise na bolsa de valores de Nova York, levou a uma queda vertiginosa do preço internacional do café, tornando a produção brasileira inviável. Os cafeicultores paulistas passam, então, a buscar no açúcar uma alternativa à crise. Assim, São Paulo deixou de ser um dos principais mercados

[49] De seis usinas em operação em 1907, passou-se para quinze em 1920, chegando-se a uma soma de vinte e sete em 1931 (IBID.).

[50] Sobre o conflito entre as oligarquias locais no período em questão, cf. Tenório, 2009, pp. 107-110.

consumidores do açúcar nordestino, e passou a ser um dos seus principais concorrentes.

Durante o golpe de Estado de 1930, as elites agrárias nordestinas se colocaram a favor do grupo liderado por Getúlio Vargas, com o intuito de demandar de seu governo a intervenção estatal no comércio de açúcar, em seu benefício. A entrada dos produtores paulistas no mercado tornou-se uma ameaça à hegemonia dos produtores nordestinos. Dotados de maquinário mais moderno e mão-de-obra mais qualificada, a matriz produtiva do sudeste colocava em risco o sistema fundado no arcaísmo e na precariedade que viabilizava e reprodução social na porção nordestina do espaço brasileiro.

Diante desse contexto, o Governo Federal criou em 1931 a Comissão de Defesa da Produção Açucareira, com o objetivo de mediar o conflito de interesses das oligarquias das duas principais regiões produtoras de açúcar do país. Mais tarde, esta autarquia viria a se tornar o Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA: órgão regulador do Estado nacional, com poderes de intervir no mercado dos derivados da cana. Caracterizado pela predominância política dos produtores nordestinos, o IAA atuou de forma a garantir a hegemonia destes no setor, mediante intervenções como:

- Estabelecimento de cotas de produção por estado, usina, e produtor, evitando queda do preço do produto ocasionada por superprodução;

- Criação de subsídio, financiado pelos impostos arrecadados no setor, que compensava a menor eficiência da matriz produtiva nordestina;

- Garantia de exclusividade do mercado de exportação ao açúcar nordestino, restringindo os produtores do sudeste ao abastecimento da demanda de sua própria região (o atendimento das demais também seria exclusividade nordestina).

Além de realizar a regulação do mercado interno em favor do baixo nível de reprodução, o IAA também mediou o contínuo embate entre os plantadores de cana e os usineiros, que vinha ocorrendo desde a decadência dos banguês. Os latifundiários que não possuíam condições de

usinar sua safra viam-se ameaçados pela contínua compra de terras pelos usineiros, que buscavam plantar sua própria cana e conseguir autonomia de matéria prima (de modo a não correr o risco de boicote que vitimou os engenhos centrais).

Diante desse quadro, o IAA interveio impondo uma medida que obrigava às Usinas a comprar pelo menos 50% de sua produção dos latifúndios que se dedicavam exclusivamente ao plantio. Garantiu-se, assim, a sustentação de uma oligarquia rural mais ampla, capaz de desempenhar seu papel político na reprodução da formação social em suas esferas locais.

Em paralelo à criação dos mecanismos que garantissem o monopólio da produção canavieira nordestina, mesmo em face ao menor desenvolvimento técnico de sua matriz produtiva, o Estado atuou também no sentido de inviabilizar a modernização dos parques fabris de tecido da região. Por meio do Decreto 19.737, de 07 de março de 1931, o governo federal restringiu a importação de maquinário para todos os setores considerados em estado de "superprodução"[51], incluindo, logo em seguida, o setor têxtil entre eles.

Vale dizer que a esta altura, tal como relatam Neri & Saldanha (2011, p. 14), o ramo têxtil nordestino estava em franca expansão, já que contava com condições privilegiadas como: matéria prima em abundância; madeira para abastecimento das caldeiras; mão-de-obra barata; e acesso a um mercado consumidor (em expansão), através de vias hidrográficas e férreas (então existentes). Como destacam os referidos autores (Ibid., p. 16), o objetivo do decreto era claro: interromper o crescimento das fábricas nordestinas e consolidar os estados do Rio de Janeiro e São Paulo como os principais polos industriais no país. Esta interdição duraria por 5 anos, tempo suficiente para suprimir a indústria nordestina e garantir os objetivos do decreto em questão[52].

Como destaca Melo (2012, p. 70), a partir de 1930 não se criaram mais fábricas de tecido em Alagoas. Apesar de ser um negócio que gerava

[51] A despeito do absurdo de se aferir uma superprodução de bens de consumo em um país ainda a meio caminho da exaustão de seu estágio extensivo.

[52] Embora – como não poderia deixar de ser – o tempo de duração do decreto não tenha sido suficiente para estimular a produção de um maquinário nacional.

mais receitas do que o setor açucareiro, conforme demonstra o mesmo autor (p. 75), após o Decreto 19.737 o número de fábricas diminuiu ano a ano. Continuava assim, aberta a via para atuação hegemônica da monocultura da cana no recorte alagoano.

3.4. A consolidação do operariado e o advento do populismo

Paralelamente às disputas pela continuidade da matriz econômica e pela hegemonia política em Alagoas, já referidas, outro fenômeno acontecia de forma paulatina, mas contínua no estado: o surgimento de um proletariado urbano. Após 1888, intensificam-se, também, as atividades assalariadas prestadas para a pequena burguesia urbana que se formava em lenta gestação.

Gradativamente, essas novas classes começam a "colonizar" a formação social, sem que com isso – deve-se salientar – fosse necessária a mudança na estrutura agrária vigente. Almeida (2013), narra uma série de acontecimentos que ilustram a consolidação de uma classe operária no estado, como a formação do Partido Operário de Alagoas, em 1890, e a da Liga Operária, em 1892. Este fato, que demonstra a busca pela ocupação de espaços institucionais, alia-se a outros mais irruptivos, ligados à questão da elevação do nível de reprodução da força de trabalho, como as greves: dos estivadores, em 1891 e em 1900; dos operários de uma fábrica de cigarros, em 1891; e dos trabalhadores de uma estrada de ferro, em 1892 e 1909.

Em defesa da causa trabalhadora, pequenas tipografias começam a se formar, publicando os primeiros jornais de viés socialista, como: O Trocista, O Vigilante, O Lutador, e o Povo. A tolerância do regime a essas manifestações demonstra o poder ainda limitado que as difusas aspirações do operariado alagoano constituía. Com as mudanças no panorama político global após a I Guerra Mundial e a Revolução de Outubro na Rússia, a eminência do "perigo vermelho" faria com que as associações trabalhistas alagoanas passassem a ser reprimidas, para depois serem cooptadas, com o advento do golpe de estado de 1930, e a matriz populista da Era Vargas.

Foto 5 – Tipografia do jornal O Lutador, de Penedo-AL. O surgimento de jornais voltados à classe operária, no início do século XX em Alagoas, aponta para o surgimento desse grupo como novo elemento na correlação de forças local (Fonte: Maciel, 2009).

Nesse contexto de tensão entre as oligarquias locais e de insurgências do operariado local ascendem em Alagoas forças políticas ligadas à pequena burguesia urbana, que crescia paulatinamente desde a virada do século. Apresentou-se, assim, a necessidade tanto de conter a "ameaça socialista" – dada a pressão exercida pela extrema precariedade das condições de vida– quanto de atender os novos poderes econômicos que se constituíam, mediante à gestação de uma pequena-burguesia, exigindo uma mudança no discurso que "vestia" a ação estatal.

Como resultado, durante as décadas de 1930 e 1940, sob o apadrinhamento de Getúlio Vargas, a família Góes Monteiro ascende aos principais cargos do executivo estadual, com um discurso pautado pelo enfrentamento às oligarquias e ao concomitante apelo às massas e combate ao comunismo. Um dos mais proeminentes políticos do "clã Monteiro", Silvestre Péricles notabilizou-se pela defesa das pautas acima mencionadas, acabando por emprestar seu nome a primeira vertente do populismo alagoano: o *silvestrismo*.

Silvestre Péricles de Góis Monteiro foi eleito governador de Alagoas em 1947, pelo Partido Social Democrático (PSD), já durante a IIª República. Vindo de um clã político que possuía ligações estreitas com Getúlio Vargas, Monteiro emerge politicamente com um discurso em defesa da intervenção estatal na economia, agrupando interesses situados nas classes-médias urbanas e setores da burguesia comercial e industrial (TENÓRIO, 2007, p. 188). Em virtude desse posicionamento, Monteiro

logo entra em conflito com os grandes proprietários rurais, ligados partidariamente à União Democrática Nacional (UDN).

Almeida aponta para a incompatibilidade do discurso populista com as condições de reprodução observadas no recorte alagoano:

> [No governo silvestrista] Aparece um discurso sobre Alagoas modernizada, com o tom de implantação de capitalismo forte. A prática seria a manutenção dos esquemas tradicionais de composição econômica e política da vida estadual. Os impasses típicos do açúcar, os efeitos da seca, o banditismo no interior, a anacrônica produção rural e fatores semelhantes [...] (Almeida, 1992, p. 123).

Tal como ocorria em âmbito nacional, a corrente populista em Alagoas vive permanente conflito com os udenistas. No caso alagoano, esse embate se notabilizou pelo uso recorrente da violência armada. Um dos eventos dessa natureza a receber destaque em todo o país foi a troca de tiros realizada entre Silvestre de Góis Monteiro e Arnon de Melo (pai do futuro presidente Collor de Melo, opositor de Monteiro em função da defesa deste último de medidas voltadas à elevação do nível da força de trabalho), quando ambos exerciam mandatos de senadores, em 1963.

Realizado dentro do senado federal, o tiroteio acabou resultando na morte do Senador acreano José Karaila, morto por tiro disparado por Melo. Tanto este último, quanto Monteiro saíram impunes do ocorrido, em virtude da lei de imunidade parlamentar, então vigente. O caráter extremo do episódio demonstra, por si só, o nível de tensão gerada pela presença do discurso populista em Alagoas.

Foto 6 – Imagem publicada no jornal Estado de São Paulo (edição de 06/12/1963), onde se observa o senador Arnon de Mello (ao centro, abaixado) disparando um revólver dentro do plenário e atingindo o senador José Karaila (agachado de perfil, à direita), que viria a falecer (Foto: Efraim Frajmund).

A tensão entre udenistas e populistas em Alagoas já vinha acentuada antes deste ocorrido, principalmente a partir de 1955, quando foi eleito governador o ex-delegado regional do trabalho Muniz Falcão. De raízes políticas silvestristas, Falcão houvera se notabilizado por sua atuação ao fiscalizar as condições de trabalho nos grandes latifúndios da Bahia, Sergipe e Alagoas. O governo de Falcão marca a continuidade do populismo alagoas, sob a forma do "munizismo"[53].

Logo ao assumir o governo, Falcão perde a maioria que até então possuía na câmara legislativa ao propor a chamada "taxa pró-economia". Tratava-se de um tributo que incidia sobre a produção das grandes monoculturas do Estado, como o fumo e a cana-de-açúcar, para ser revertido em investimentos ligados à elevação do nível de força de trabalho, como saúde, educação e moradia.

Tão logo a taxa foi proposta, parte majoritária dos deputados, que até então eram da base do governo, foi cooptada pela UDN. A partir desse momento, os udenistas – em maioria e liderados por figuras como Arnon

[53] Embora Muniz Falcão tivesse vínculos com o silvestrismo, seu modo de atuação política tinha algumas diferenças que justificaram a denominação de uma vertente populista própria com o seu nome. A principal delas é a forte aproximação que Falcão tinha junto aos sindicatos, e sua tolerância aos comunistas, diferindo do forte viés anticomunista que marcava os discursos de Silvestre Péricles.

de Mello e Teotônio Vilela – passaram a rejeitar sistematicamente qualquer proposta vinda do executivo, inviabilizando a administração de Falcão. O acirramento político decorrente desse impasse leva a uma nova escalada de violência, que culmina no assassinato do deputado oposicionista José Alves Silva.

Apoiados na comoção gerada pelo crime, os udenistas entram com um pedido de *impeachment*. O processo de votação do impedimento do governo de Falcão é até hoje um dos episódios mais marcantes da história política Alagoana. Nem mesmo o acompanhamento do pleito por parte das Forças Armadas foi suficiente para impedir que ocorresse uma troca de tiros dentro da assembleia legislativa, que resultou na morte do deputado munizista Humberto Mendes (sogro de Falcão), e em vários feridos.

Foto 7 - Série de fotografias extraídas de reportagem "As metralhas votam em Alagoas", da revista O Cruzeiro (edição de setembro, de 1957). Da esquerda para direita: deputado udenista Aderbal Tenório adentrando a assembleia com uma metralhadora sob sua capa; deputado oposicionista empunha arma sobre a sacada da assembleia; cadáver do deputado de situação Humberto Mendes sendo carregado; exército retirando deputados baleados do recinto (Fotos: José Medeiros).

Uma nova tentativa de votação foi realizada após alguns dias, resultando na vitória por ampla maioria dos udenistas. Falcão recorreu ao STF, em um processo que demorou meses até que lhe fosse emitido um parecer favorável. Reestabelecido no governo após esse traumática interrupção, Muniz Falcão tentou retomar sua agenda populista (mesmo sem a aprovação da taxa pró-economia), e se notabilizou por algumas medidas, tais como:

- Criação da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL) – que descreveremos em maior detalhes na seção a seguir;

- Criação do Centro Educacional Público de Alagoas (CEPA) – o maior centro de ensino público fundamental da América-Latina.

- Formulação do primeiro plano formal para o estado, o "Plano Diretor de Desenvolvimento de Alagoas";

- Incentivos à sindicalização dos trabalhadores do campo e da indústria;

- Elaboração do primeiro plano de eletrificação do estado.

- Incentivo fiscal ao beneficiamento de produtos primários, fomentando pequenas indústrias como a de derivados de laticínios e óleos vegetais.

Dada a incompatibilidade das medidas mencionadas acima, com o profundo enraizamento da sociedade de elite em Alagoas, as ações tomadas pelo governo de Falcão acabaram sendo abandonadas ou precarizadas nos decênios seguintes. Assim, a monocultura canavieira continuou como atividade predominante no estado, determinando o (baixo) nível da reprodução da força de trabalho que o caracterizou historicamente.

No que concernia a implantação de infraestruturas de transporte, o período marca a consolidação de vias que interligavam a produção canavieira dos tabuleiros costeiros, com a capital Maceió – cidade portuária por onde era escoada a produção (configuração que persiste até os dias de hoje).

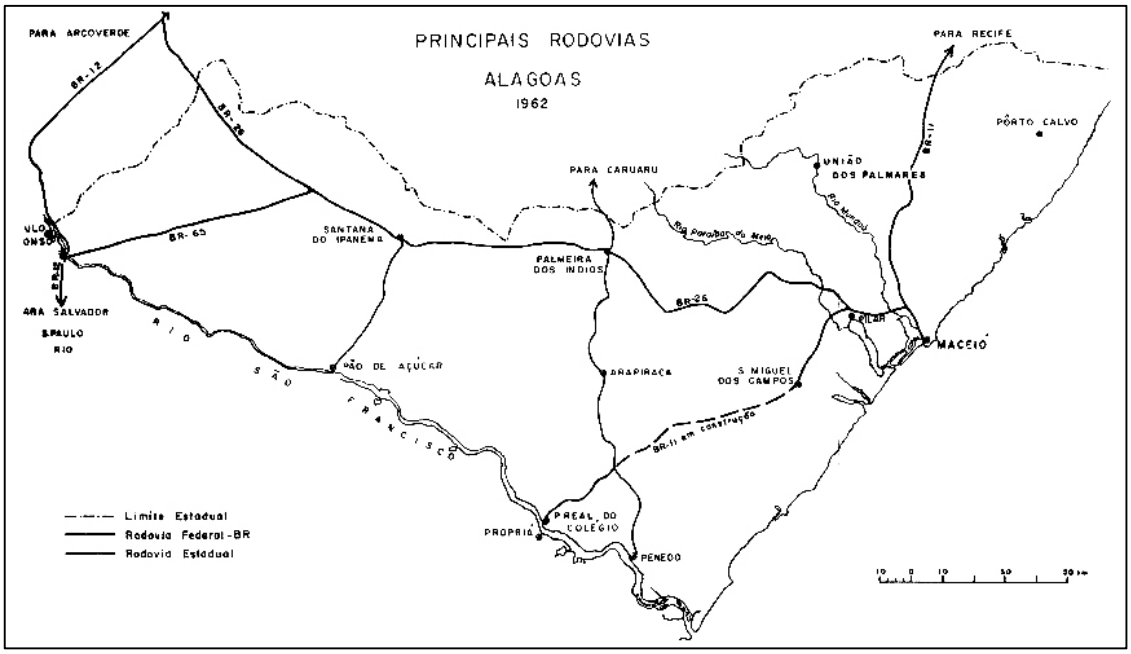

Figura 14 – Mapa que ilustra as principais rodovias alagoanas, durante a década de 1960. A exemplo do observado no mapa onde se representam os caminhos do século XIX (Figura 11), percebe-se que as vias se concentram nos tabuleiros costeiros (área de produção canavieira), convergindo para a capital Maceió, cidade portuária por onde a produção de açúcar é exportada (Fonte: Corrêa,1994).

A não aderência de medidas próprias do estágio intensivo, em uma formação social de capitalismo entravado em seu estágio extensivo, ganham contornos mais expressivos quando analisamos a reação violenta com que elas foram recebidas em Alagoas. Não haveria como ser diferente: a falta de uma ruptura com o modo de reprodução no âmbito nacional não permitiria ao governo de Falcão outro desfecho que não fosse o recharçamento.

Após o seu mandato de 1955 a 1960, Muniz Falcão seria novamente eleito governador em 1963, sendo impedido de tomar posse no ano seguinte pelo regime ditatorial civil militar que se instaurara no país, a partir daquele momento.

3.5. Considerações sobre o período abordado

O exposto no presente capítulo tenta esboçar uma gênese do curso tomado pela reprodução social brasileira em Alagoas. Enfatizaram-se, aqui, duas características nacionais que tem relevo acentuado no recorte alagoano: a precariedade sistêmica das infraestruturas e da reprodução da força de trabalho; e a omissão deliberada do Estado, deixando espaço para o controle por parte das elites locais. Episódios aqui sublinhados, como

os narrados por Vilela Luz (1961), e as leituras dos extratos das *fallas* dos legisladores alagoanos demonstram que as características acima mencionadas não surgem de forma "acidental"; são, desde sempre, ferramentas utilizadas para que a reprodução fosse garantida.

O romancista alagoano Graciliano Ramos – prefeito do município de Palmeira dos Índios de 1928 até renunciar em 1930 – narra de forma pessoal o panorama de lacuna deliberada do poder local, acima mencionado. Conforme o relato do escritor, em célebre relatório ao Governador do estado datado de 10 de janeiro de 1929:

> Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante do Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do município tinha sua administração particular, com Prefeitos Coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam. Para que semelhante anomalia desaparecesse lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da prefeitura e fora dela – dentro uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bílis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mão de Nosso Senhor; que administra tudo melhor que nós; outros me davam três meses para levar um tiro (Ramos, 1992, pp. 15-16).

O quadro descrito por Graciliano Ramos é o mesmo apresentado por Luísa Sávio de Almeida (1997) ao tratar do período da Regência (1831-1840), quase cem anos antes: relata a maneira pela qual indivíduos ocupam os espaços deixados pelo Estado, e exercem o poder necessário para garantir a reprodução naquele recorte da formação social. Como o episódio do governo de Muniz Falcão descrito neste capítulo nos permite constatar, Graciliano Ramos não exagerava quando mencionou a probabilidade de ser assassinado, em resposta às suas ações como prefeito. Sua renúncia ao cargo, dois anos antes do término de seu mandato, se deu fruto do sentimento de impotência, frente ao quadro que vivenciara: "[...] se eu deixasse em paz o proprietário que abre as cercas de um desgraçado

agricultor e lhe transforma em pasto a lavoura, devia enforcar-me" (Ibid., p. 35).

Sem fazer uso típico saudosismo oblíquo – incorporado por vários autores ao descrever o nordeste, a exemplo de Gilberto Freyre e Jorge de Lima – Ramos narra a partir da prática sua vivência junto ao aparelho de Estado, demonstrando que sua presença ali ia de encontro ao estabelecido, e que sua margem de manobra era exígua. Seus relatórios de governo, que obtiveram alguma repercussão à época, mais tarde abriram-lhe o caminho para uma grande carreira como escritor – não como político. A torrente de insatisfações que precisou enfrentar em sua gestão não se explica por uma suposta natureza dos indivíduos: interessa-nos destacar aqui a natureza da formação social que fomenta determinadas posturas e inibe outras.

Como aqui relatado, o Estado brasileiro, com o objetivo de garantir a reprodução social, atuou constantemente para que a parcela de sua formação social compreendida em Alagoas tivesse inviabilizadas as condições para um desenvolvimento industrial. Na mesma medida, o Estado foi decisivo na proteção dos interesses ligados ao setor açucareiro, garantindo seu prevalecimento mesmo diante de quadros de obsolescência e panorama internacional desfavorável.

Julgou-se importante construir essa breve retrospectiva pela necessidade – apontada no primeiro capítulo da tese – de compreender como a heterogeneidade do espaço brasileiro não surge em função de diferentes atitudes, tomadas por elites distintas, em cada porção do espaço nacional. Trata-se, em verdade, de uma única forma de reproduzir, pactuada de forma tácita entre as esferas de poder locais e a nacional desde o processo de "independência", e que são definidas – em última instância – na reprodução com base na acumulação entravada.

CAPÍTULO 4

Alagoas na crise da acumulação entravada

O presente capítulo discorre sobre os desdobramentos em Alagoas, decorrentes da exaustão do estágio extensivo de desenvolvimento no Brasil, e da crise da acumulação entravada. Uma ênfase será dada aos papéis da SUDENE (durante as décadas de 1960 e 1970), e do Proálcool (nos decênios de 1970 e 1980), na conservação das condições de reprodução no recorte alagoano. Por fim, será descrito o panorama de crise fiscal vivenciado pelo estado, após a promulgação da lei de isenções conhecida como "acordo dos usineiros", em 1987. Quadro este agravado pela desregulamentação do setor sucroalcooleiro, a partir da extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool nos anos de 1990, e pela "guerra fiscal" entre os estados promovida pela União – ambos resultantes do conjunto de medidas de matiz neoliberal que caracterizaram o período.

4.1. Repercussões da exaustão do extensivo no Brasil e a crise da acumulação entravada

No que tange as ações do Estado voltadas à reprodução social em Alagoas, entre as décadas de 1960 e 1980, duas ações merecem destaque: a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, e do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975. Apesar de terem sido adotadas em épocas distintas, e com enunciados próprios, estas ações do Estado atuaram de forma articulada, garantindo as condições para a preservação da monocultura canavieira alagoana. Como detalhado a seguir, enquanto a SUDENE manteve um nível de investimento no nordeste, capaz de apaziguar os movimentos sociais que se insurgiam, conservando a integridade nacional; o Proálcool, por sua vez, intensificou a política de subsídios ao cultivo da cana-de-açúcar, que vinha desde o período imperial, e que houvera se consolidado a partir da criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933 (como relatada no capítulo anterior).

Tabela 2 - Índice de população residente em aglomerações urbanas e rurais no Brasil[54], durante a década de 1960. Os dados apontam para uma população residente em área rural 11,5% maior em Alagoas do que na média nacional, demonstrando uma predominância da atividade produtiva neste recorte do espaço, acima do que se verificava no contexto brasileiro neste mesmo período (Fonte: Censo IBGE, 1960).

	População residente em aglomerações urbanas em 1960	**Populações residentes em áreas de produção agrícola em 1960**
Alagoas	428.228 hab. (33,5%)	824.834 hab. (66,5%)
Brasil	32.004.817 hab. (45%)	38.987.526 hab. (55%)

Embora, como dito, tais medidas tenham se articulado de forma conjunta, aqui as apresentaremos em seções separadas, afim de mais bem explanar as particularidades de cada uma.

4.1.1. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A chamada "questão regional", sobre a qual já debatemos anteriormente (vide Capítulo 1), surge com maior ênfase a partir do início do século XX. A criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, pode ser tida como um demonstrativo de como o governo federal, tradicionalmente, abordou a questão da disparidade do nível de reprodução nordestino, em relação às demais porções do espaço brasileiro, como uma questão a ser resolvida de forma pontual – nesse caso por meio de ações de contingência contra condições climáticas. Em 1945 o IOCS passa a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)[55].

Responsável pela construção de barragens e açudes, o DNOCS, durante a primeira metade do século XX, constituiu-se como principal

[54] Ainda que estes dados costumem ser utilizados para definir o grau de urbanização do país; deve-se levar em conta que, no capitalismo, todos os espaços tendem a ser urbanos – mesmo aqueles fora dos limites das aglomerações urbanas. O que define um espaço como "urbano" é o tipo de relação de produção que se desenvolve sobre ele, no caso o assalariamento (Deák, 2016). Posto isto, os indicadores apresentados na tabela apenas apontam para o perfil morfológico dos assentamentos (aglomeração urbana ou ambiente de produção rural), servindo para se ter uma ideia da natureza das atividades econômicas que se desenvolvem nas áreas em análise.

[55] O DNOCS existe até os dias de hoje, como autarquia vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

veículo de políticas do Governo Federal voltado à realização de obras no Nordeste. Até que em 1959, após o chamado Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, é criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Como descreve Celso Furtado (1989), a SUDENE foi criada mediante a percepção de que as oligarquias nordestinas haviam "capturado" o DNOCS, deixando a "economia regional" subjugada ao que ficou conhecido como a "indústria da seca". Assim, com a criação de um novo órgão, dessa vez subordinado diretamente à Presidência da República, esperava-se abrir a possibilidade de formulação de políticas voltadas à industrialização do nordeste sem a interferência dos "coronéis".

Sobre o papel das elites nesse processo, gostaria de reforçar aquilo já destacado no primeiro capítulo da tese: considerando a reprodução social algo que se dá no âmbito nacional, vale – antes de enfatizar os interesses das elites – procurar entender como um mesmo Estado atua e se omite de maneiras distintas, dentro de um mesmo espaço onde ele atua como regulador. No caso da SUDENE, a crítica que pode ser feita de antemão – e que aprofundarei mais adiante – é a de que ela surge sob a mesma matriz de interpretação do DNOCS: aquela que entende a heterogeneidade brasileira não como uma solução adotada para a reprodução da *sociedade de elite* – e que permite a essa formação social ocupar o espaço de acordo com suas características – mas como um "problema", a ser resolvido a partir de ações pontuais (vide relatório GTDN, mencionado no Capítulo 1).

O viés conservador imbuído na SUDENE foi tratado tanto (abertamente) por Oliveira (1977), quanto (de forma oblíqua) por Furtado (1989; 2003). Ambos – envolvidos como técnicos na fundação do órgão – destacaram o papel das insurgências que ocorriam ao final da década de 1960 no Nordeste, como elemento determinante para que o Governo Federal elaborasse um conjunto de políticas específicas voltadas à "região"[56].

[56] O trabalho de Oliveira (1977) realiza uma crítica ao conceito de região, e faz uma análise da coalisão de forças conservadoras que atuaram no condicionamento da SUDENE como um mecanismo de integração do Nordeste junto ao – no denominado pelo autor – capital monopolista do centro-sul do país. Também destaca o papel preponderante do governo dos EUA (inclusive da CIA) no incentivo à formulação de medidas econômicas capazes de conter as revoltas camponesas que ocorriam naquele período. Já o trabalho de Furtado (1989) se

No período da criação da SUDENE o Nordeste vivia um momento de intensa agitação popular, por motivo da atuação das Ligas Camponesas – grupos de trabalhadores rurais que, auxiliados pela figura do advogado e líder político pernambucano Francisco Julião, reivindicavam tanto melhores condições de trabalho nas fazendas (via criação de sindicatos), quanto terras comunais para que pudessem trabalhar de forma autônoma. Vale destacar que no Nordeste, nesse momento, ainda predominavam relações de trabalho equivalentes às feudais (ou mesmo piores), como o cambão (trabalho não remunerado nas terras do "senhor"), e a ocupação tos trabalhadores como meeiros (arrendatários que pagavam "aluguel" em espécie ao "dono" das terras).

O clima de insurgência, e a possibilidade *real* das revoltas se tornarem uma revolução socialista, obrigaram o governo federal a formular medidas destinadas à elevação do nível de reprodução da força de trabalho naquela configuração espacial. A SUDENE surge nesse sentido: como um primeiro "sintoma" de que a exaustão do estágio extensivo no Brasil se aproximava. Este fato foi, inclusive, destacado por Furtado, ao expressar sua preocupação com uma eventual revolução popular vinda do Nordeste, em texto de 1959:

> Quando uma economia subdesenvolvida cresce [...] cresce a economia e os salários não podem crescer com a produtividade, pelo simples fato de que há sempre uma oferta de mão de obra por todos os lados e impedindo a organização da classe trabalhadora. À medida que a economia alcança maior grau de desenvolvimento, esse excedente de mão de obra vai sendo absorvido. [...] E então a classe trabalhadora se organizará eficientemente, como em todos os países industrializados do mundo. Terá força quando se tornar um fator relativamente escasso. [...] E a partir desse momento, não mais permitirá que os salários sejam condicionados por uma afluência desorganizada de mão de obra. [...] Se tal fenômeno vier a ocorrer no Brasil, país de grande extensão geográfica, a formação de grupos regionais

ocupa de uma narrativa de caráter pessoal de sua experiência na criação do órgão, destacando a pressão política sobre o, então presidente, Juscelino Kubitschek para que ele voltasse sua atenção à "questão nordestina", dada as acusações de que seu governo estava preocupado em demasia com a construção de Brasília, negligenciando, assim, os crônicos problemas da "região".

> antagônicos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional (Furtado, 2013, pp. 341-342).

Dado o exposto abertamente pelo próprio Furtado no texto acima, torna-se necessário frisar que, a despeito do pretenso conteúdo transformador atribuído à SUDENE, o papel do órgão estava efetivamente vinculado à manutenção das condições de reprodução brasileiras, em nome do que o autor denominava "a maior conquista do nosso passado", ou seja: a "unidade nacional", a despeito dos discrepantes níveis de desenvolvimento, observados nas distintas configurações espaciais do país.

Até serem suprimidas em definitivo mediante ao golpe de 1964, as Ligas Camponesas tiveram atuação destacada em Pernambuco e na Paraíba. Todavia, o movimento não se manifestou em Alagoas. Este fato, por si só, serve como um indicador do grau de opressão a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais alagoanos. É possível que esta acomodação na disposição de forças (violência física suficiente para disciplinar os camponeses) tenha tornado desnecessária a elevação do nível de reprodução da força de trabalho, para a manutenção o *status quo* neste estado. Tal panorama pode ser aferido pelas iniciativas, especialmente conservadoras, a que se voltaram os investimentos concedidos pela SUDENE em Alagoas (como explanaremos a seguir).

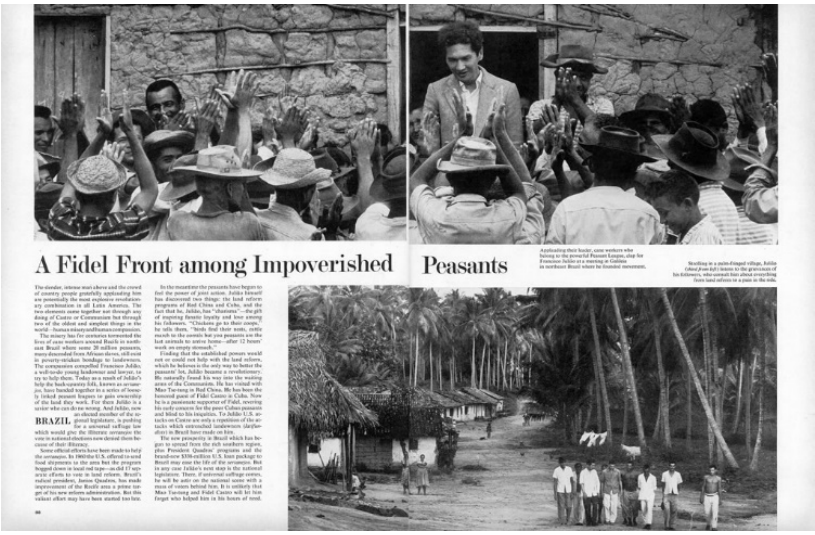
A Fidel Front among Impoverished Peasants

Figura 15 - Reportagem da revista estadunidense Life Magazine (junho de 1961), que fala sobre as Ligas Camponesas e seu líder Francisco Julião, descrito na manchete como "Um fronte de Fidel entre camponeses empobrecidos". A vocação revolucionária do movimento camponês, originado em Pernambuco, fez o governo dos EUA intensificar suas iniciativas no Nordeste, com o objetivo de evitar que ali

ocorresse fenômeno parecido com o que acabara se deflagrando em Cuba, no mesmo período (Fonte: Tacca, 2011).

Como um dos principais desdobramentos da atuação da SUDENE no estado, foi criada em 1963 a Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL)[57]. O objetivo principal do órgão era formular planos de atração de empreendimentos industriais. A CODEAL foi instituída como uma sociedade de economia mista, em que o governo estadual era o sócio majoritário, e investidores privados dividiam as demais ações da empresaem moldes semelhantes ao da Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco – CODEPE[58]. Tal como o órgão pernambucano, a CODEAL se tornaria responsável por realizar as políticas de implantação, ocupação, e gestão de um distrito industrial, a ser construído no estado. De início, os terrenos desse distrito constituiriam a principal parcela do capital social da empresa. Foi criado, desse modo, o Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante (o 1° distrito Industrial de Alagoas), viabilizado a partir da desapropriação de uma gleba no bairro do Tabuleiro dos Martins (porção da cidade de Maceió que, à época, possuía baixa ocupação populacional)[59].

A outra fonte de financiamento instituída para a CODEAL era proveniente da participação nos lucros das atividades industriais fomentadas. Assim, em princípio, ela funcionava de modo autônomo em relação ao governo estadual, tanto no aspecto operacional, quanto financeiro. Um corpo técnico multidisciplinar foi formado, contando com engenheiros, economistas e advogados, responsáveis pela formulação dos

[57] Juntamente com a CODEAL, durante a primeira metade da década de 1960, foram instituídos outros órgãos que sustentariam a reprodução do capital em Alagoas nas décadas seguintes: o Banco da Produção do Estado (Produban), a Companhia Energética de Alagoas (CEAL), a Companhia de Abastecimento de Agua e Saneamento (CASAL), a Companhia Energética (CEAL), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – dentre outras.

[58] A CODEPE, anterior à própria SUDENE, foi fundada em 1955 sob a orientação do Padre Louis Lebret, economista Francês erradicado no Brasil, responsável por alguns dos primeiros estudos voltados especificamente ao desenvolvimento econômico no nordeste.

[59] Ainda que a inauguração oficial do Distrito costume ser datada oficialmente de 1975, desde 1964 ele já estava loteado e operante.

projetos de desenvolvimento para a atração de empreendimentos industriais.

Nos primeiros anos de atuação, a CODEAL conseguiu êxito do ponto de vista financeiro. As participações provenientes das assessorias fornecidas às empresas recém-instaladas e das concessões de terrenos para implantação das instalações industriais geraram receitas suficientes para condução do órgão no início de sua existência. Assim, na primeira década de funcionamento da CODEAL – sobretudo durante o "milagre brasileiro" – implantaram-se algumas indústrias de médio-porte em Alagoas. Entre 1962 e 1970, um total de 21 projetos foram aprovados pela SUDENE para o estado (Goodman & Albuquerque, 1974).

Ainda que, à primeira vista, a atração de atividade industrial ocorrida no período possa sugerir uma mudança de curso no perfil econômico alagoano, um olhar mais aproximado sobre o tipo de empreendimento atraído pela CODEAL demonstra a natureza limitada de sua atuação. Além de ter auxiliado na montagem de empresas que processavam derivados da atividade agropecuária (Cooperativa Pindorama, Cia Industrializadora de Leite de Alagoas, Granja Azul, e a Laticínios do Nordeste), a CODEAL auxiliou na montagem de empresas que tinham como finalidade dar suporte específico à produção canavieira, a exemplo da Cia. Metalúrgica de Alagoas (COMESA), da Mecânica Pesada Continental, e da Fives Lille, que produziam as caldeiras e demais equipamentos mecânicos utilizados nas usinas de cana-de-açúcar.

Em contrapartida, a atividade têxtil – que se desenvolvia desde o século XIX no estado – entra em declínio justamente a partir da década de 1970. A CODEAL chegou a auxiliar na implantação da Fábrica de Meias Alagoana S/A, e da Indústria de Confecções de Alagoas. Tais empreendimentos não sobreviveram em meio ao contexto hostil da segunda metade da década de 1970, tanto local, quanto nacionalmente[60].

Além dos projetos voltados à atração de negócios, a CODEAL também dava suporte à elaboração de planos de governo, em parceria com as secretarias de planejamento do estado. Cabral (2005), ao realizar um levantamento destes planos, destaca a dificuldade de se avaliar a efetividade (correspondência com as ações governamentais) das propostas

[60] Como demonstra Lima (2006, pp. 129-131) a atividade têxtil foi declinante no Estado, ao longo da década de 1970.

elencadas em tais documentos. É viável, no entanto, realizar uma análise do discurso ali elaborado, sendo possível perceber, pelo próprios títulos que os planos vão assumindo, o estado de deterioração das condições de planejamento, a partir da segunda metade da década de 1970 (conferir tabela a seguir).

Tabela 3 - Planos de governo elaborados em Alagoas, a partir da década de 1960. Títulos como "Diretrizes Básicas de Governo" e "Plano Emergencial" – predominantes a partir da segunda metade da década de 1970 – demonstram o esvaziamento do processo de planejamento a longo prazo, que se sedimento no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970 (Fonte: elaborado pelo autor, a partir das informações contidas em Cabral, 2005).

PLANO/ANO	GOVERNO/PERÍODO	AUTORIA	DESTAQUES
Plano Diretor de Desenvolvimento de Alagoas (1960)	Muniz Falcão	Elaborado pela CODEAL.	População rural de 33,7% x População Urbana 66,3% (Estágio Extensivo); Setor Agroindustrial representando mais da metade da renda do Estado.
Plano Trienal de Governo 1963-1965 (1963)	Luiz Cavalcante	Elaborado pela CODEAL em parceria com técnicos vindos de fora do estado.	Amplia as funções da CODEAL: formulação de projetos, análise de concessão de incentivos fiscais e administração do distrito industrial;
Programa de Ação Governamental Integrada 1969-1971	Lamenha Filho	Elaborado pela recém-criada Secretaria de Planejamento	Consolida no documento um conjunto de programas e recursos que já existiam, não produzindo diretrizes para ações de longo prazo. Maior parte dos recursos alocados no segmento agropecuário, a despeito de se situar no período do "Milagre".
Plano Estadual de Desenvolvimento 1972-1975 (1972)	Afrânio Lages	Elaborado pela Secretaria de Planejamento;	Passa a designar o banco do estado (Produban), como financiador das atividades produtivas (entrando em concorrência com a CODEAL, que culminaria em sua crise).
Plano de Ação do Governo 1976-1979 (1975)	Divaldo Suruagy (primeiro mandato)	Elaborado pela Secretaria de Planejamento;	Antecedido por um "Plano de ação Imediata", de 1975; Aponta para o incremento da população urbana em 47%, ao longo de 10 anos (1960-1970).
Diretrizes Básicas do Governo 1980-1983	Guilherme Palmeira	Elaborado pela Secretaria de Planejamento;	O próprio título denuncia o caráter imediatista e genérico das medias elencadas.
Diretrizes Básicas do Governo 1983-1987	Divaldo Suruagy (segundo mandato)	Elaborado pela Secretaria de Planejamento;	Repete estrutura do plano anterior.
Plano de Governo (1988)	Fernando Collor de Melo	Elaborado pela Secretaria de Planejamento;	Precedido de um "Plano Emergencial", em 1987, demonstra a consolidação das condições que ensejaram o fim o planejamento de longo prazo, ocorrido no país a partir de 1974.

A partir de 1975, a CODEAL entra em declínio. Além do panorama nacional (vide controvérsia do "fim do milagre", e abandono do II°PND), algumas razões particulares podem ser elencadas para tal acontecimento. A primeira delas foi a predominância que passou a ser exercida ao final da década pelo Banco do Estado de Alagoas, o Produban, como fonte de financiamento voltado ao setor produtivo. Na medida em que possuía um volume de capital maior, e tinha condições de fornecer taxas de juros menores, o banco passou a prover o financiamento para as indústrias interessadas em se estabelecer no estado. Essa concorrência cortava uma das principais fontes de receita da CODEAL, que era a participação dos lucros dos empreendimentos que ela financiava.

Outro fator que contribuiu para o declínio foram as medidas administrativas tomadas a partir de 1975 – ano em que Divaldo Suruagy assumiu o governo do estado. A criação da Secretaria de Indústria e Comércio e sua alocação dentro da sede da CODEAL aprofundou ainda mais o processo de precarização desta última. Privada de sua principal fonte de receita, e tendo aumentadas as suas despesas (todos os gastos com infraestrutura e manutenção da sede continuaram sob responsabilidade da empresa, mesmo após o acolhimento da secretaria), a CODEAL se viu diante de um acelerado processo de deterioração econômica, seguida pela evasão paulatina de seu corpo técnico original.

Por fim, vale elencar que a criação do Proálcool, em 1975 cria uma nova torrente de subsídios para o setor canavieiro. Torna-se, assim, dispensável o auxílio dado pela CODEAL: tanto no suporte à atração de investimento; quanto na elaboração de um discurso que situe na produção da cana-de-açúcar o caminho para o desenvolvimento do estado – haja vista que o etanol se apresentaria como alternativa "moderna" ao setor de transportes, em "crise" causada pelo aumento do preço internacional do petróleo.

Na segunda metade da década de 1970, destaca-se a implantação do Polo Petroquímico do estado, a partir da fundação da (empresa estatal) Salgema em 1977, que – mesmo sendo considerada uma iniciativa significativa na industrialização em Alagoas – não deixou de atender aos interesses dos setores ligados à economia do açúcar; já que por meio do álcool produzido nas usinas, associado ao eteno produzido no Polo Petroquímico, gerou-se um terceiro produto: o diocloretano – insumo intermediário utilizado na produção de PVC. Como resultado, o auge da

industrialização em Alagoas, representado pela criação da Salgema, acabou não se desdobrando na chegada de outras indústrias, tampouco numa ruptura com a montagem agrícola/canavieira da estrutura econômica local.

No plano nacional, ao final dos anos de 1970, o arrefecimento do desenvolvimento econômico, e as políticas recessivas adotadas pelo Governo Federal, acabaram mantendo o processo de acumulação entravada, o que fez o Brasil adentrar a década de 1980 às vésperas de uma crise financeira. Era o início da chamada "década perdida", período iniciado com a maior crise financeira da história do Brasil[61]. O papel secundário ao qual a atividade industrial foi relegada no país como um todo, refletindo-se na já incipiente indústria em Alagoas, fez com que durante a década de 1980 a CODEAL se visse mediante a um processo de "animação suspensa". Sem as condições necessárias para desenvolver qualquer projeto efetivo de desenvolvimento industrial, o órgão passou a ser visto como um "cabide de empregos".

Figura 16 – Capa de edição da revista Veja, de 1989, em que Fernando Collor, candidato à Presidência, era retratado como "o caçador de marajás", em função de suas medidas voltadas à precarização da máquina pública no estado de Alagoas.

Durante a gestão do Governador Fernando Collor (1987-1989) a sede da empresa chegou a ser fechada de cadeado, sem aviso prévio aos seus funcionários, como parte da política de "caça aos marajás", que marcou o *marketing* político do futuro presidente da república. A gestão de

[61] Cf. Deák (1991).

Collor ainda teria um papel decisivo para os rumos econômicos do estado, mediante a nova política de subsídios ao setor canavieiro, conhecida como "acordo dos usineiros" (que trataremos na seção a seguir).

4.1.2. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool)

A despeito do advento da produção do etanol no Brasil ser recorrentemente associado à crise de abastecimento de combustíveis fósseis gerada pelo "choque do petróleo", vale ressaltar outro fator – mais determinante – que contribuiu para a consolidação da cana-de-açúcar como insumo gerador dos biocombustíveis nacionais: a queda do preço internacional do açúcar na segunda metade dos anos de 1970. Após mais de uma década de preços favoráveis (sobretudo após o ganho do mercado estadunidense, em virtude da Revolução Cubana), o valor do açúcar decaiu ao fim do decênio, quando apareceram os adoçantes sintéticos, e se desenvolveu nos EUA (o principal mercado consumidor do produto brasileiro, até então) a produção de xaropes de frutose, obtidos a partir do milho. Estes compostos substituíram o açúcar na elaboração de alimentos processados e refrigerantes, chegando a ocupar no início da década de 1980 mais de 50% do mercado norte-americano, que antes pertencia integralmente ao derivado da cana (Machado, 2006, p. 7). Desse modo, para sustentar a economia canavieira em crise, o Estado brasileiro cria uma nova fonte de sustentação para esta monocultura, sob a forma do Programa Nacional do Álcool (Proálcool)[62]. Como destaca Lima:

> [...] a criação do Proálcool aliviaria o problema de mercado para a elevada capacidade de produção de cana e açúcar resultante das políticas de expansão e modernização do período anterior, o que permitiria enfrentar tanto a redução da demanda no Mercado Preferencial norte-americano e no Mercado Livre Mundial quanto, principalmente, a queda dos preços do açúcar no comércio internacional (LIMA, 2008, p. 46).

Conforme relata Carvalho (2009, p. 40), até 1975 não se moía cana para a produção de álcool em Alagoas. Como principal subproduto do

[62] Embora o Proálcool seja costumeiramente mencionado como decorrência do II PND, é válido destacar, que, todavia, o programa apresentado no referido plano tinha um caráter genérico e levava em conta o aproveitamento de outras matérias-primas, além da cana-de-açúcar, para a produção do álcool carburante, como a mandioca, o babaçu e outros vegetais típicos do cerrado – algo que acabou nunca se concretizando.

açúcar era gerado o melaço: caldo que serve de matéria-prima para fabricar cachaça, rum, fermentos biológicos e era usado em rações animais. Desde o início daquela década, o setor canavieiro alagoano sobrevivia de programas setoriais, promovidos pelo IAA, e voltados à venda de açúcar no mercado externo.

Com a criação do Proálcool em 1975, é dado início a um ciclo de investimentos e subsídios estatais, que resultaria na montagem de destilarias anexas às usinas de cana, voltadas, num primeiro momento, à destilação de álcool anidro para mistura com a gasolina[63]. O programa instituía subvenções de até 80% do investimento em destilarias, sob juros de 4% (contra os 7% concedidos pelo governo, no mesmo período, para iniciativas de outra natureza). Além disso, era financiada a estocagem e garantida a compra de toda a produção comportada dentro de cotas pré-estabelecidas (Ibid., p. 41)[64].

Nesse contexto, Alagoas foi o estado com o maior crescimento da produção de cana, no período de 1975 a 1985. Recebendo um investimento estatal de 567 milhões de dólares no período (equivalente a 8,1% do investimento total do programa), o setor canavieiro alagoano acabou construindo destilarias em praticamente todas as suas usinas.

Para que a instalação do maquinário necessário à destilação do álcool ocorresse, foi incentivada a implantação de um parque industrial voltado ao setor. Nesse sentido, a SUDENE, por meio do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), financiou a instalação em Alagoas de empresas de fertilizantes (Agrofértil, Adubos JL, Adubos Boa Sorte, Santo-Antônio e Usi-fértil), e de metalúrgicas que produzissem o maquinário para as destilarias (Fives Lille e Mecânica Pesada Continental, citadas na seção anterior).

Até 1985, a setor sucroalcooleiro no estado prosperou e se ampliou, levando a ocupação de todo o tabuleiro costeiro do estado por plantações de cana. Este crescimento representou a devastação de vários interstícios de mata-atlântica que ainda existiam (Cabral, 2005, p. 97), e a incorporação predatória de pequenas propriedades que produziam gêneros alimentícios

[63] Só a partir de 1980 iniciou-se a produção do álcool hidratado (etanol).

[64] Como relata Carvalho (loc. cit.) era comum nas usinas o expediente de se produzir acima de sua cota, para que, posteriormente, fosse pleiteada a compra do excedente pelo governo.

variados (Andrade, 2010, p. 124). De acordo com Magalhães (et. al., 1991), entre 1996 e 1980 as áreas ocupadas pela cana-de-açúcar em Alagoas cresceram 55,2%, enquanto as voltadas para o cultivo de arroz decresceram 30%, acompanhada das plantações de feijão e mandioca, que diminuíram 5,6% e 27,1%, respectivamente.

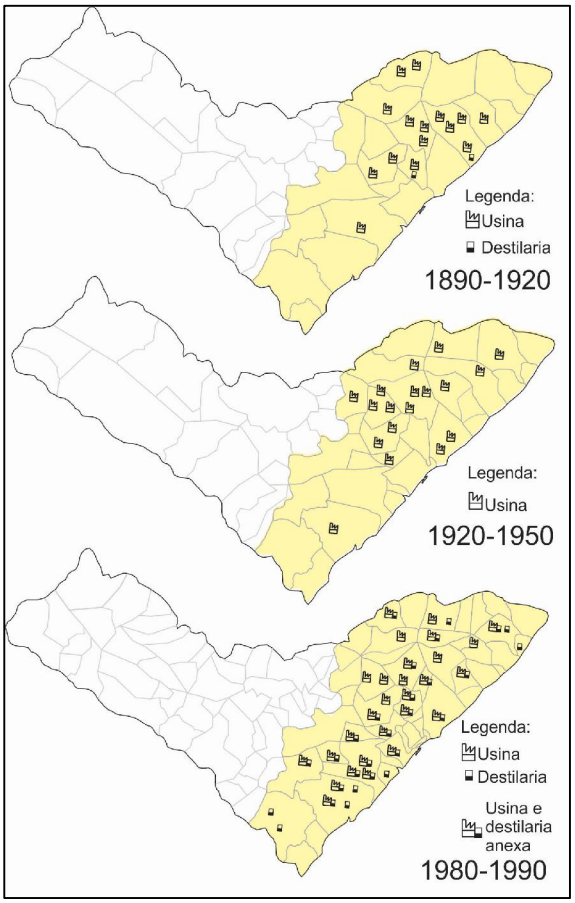

Figura 17 - Sequência de mapas em que se apresenta a ocupação da costa alagoana pela atividade canavieira (demarcada em amarelo), a partir do fim do século XIX (no *hinterland* do estado, demarcado em branco, em função do tipo de solo e relevo acidentado, predominou historicamente a pecuária extensiva). No primeiro mapa, observa-se que no período entre 1890 e1920 foi priorizada a ocupação ao norte, mais bem servido pelas ferrovias, então existentes, e pelo relevo (várzea de encosta), mais propício ao cultivo de acordo com a técnica de plantio, vigente à época. A segunda imagem – que compreende o momento de aumento no número de usinas instaladas e a ampliação dos subsídios e protecionismos estatais – mostra o adensamento da atividade, ainda na mesma porção do espaço. Por fim, a terceira imagem – que retrata o período pós-Proálcool, em que houve um plano de adubação química para aproveitamento dos tabuleiros ao sul – é possível perceber o recrudescimento do setor sucroalcooleiro no estado – o que resultou no fim das pequenas propriedades que produziam gêneros alimentícios diversos, e no desmatamento dos resquícios da mata-atlântica (Fonte: Andrade, 2010, adaptado para o presente trabalho).

Outro setor que sofreu o impacto desse processo foi o pecuário. Como apontado por Andrade (2010, p. 71), com o avanço da atividade sucroalcooleira pelos tabuleiros costeiros de Alagoas, a pecuária foi "expulsa" para o *hinterland* sertanejo – onde a vegetação é mais escassa e os período secos são mais longos – o que dificulta a criação dos animais. A criação do gado no agreste do estado ficou resumida ao preenchimento dos interstícios deixados pela cana, ocupando áreas não utilizadas no cultivo, e na produção de esterco para o plantio.

A queda do preço internacional do petróleo e o aumento da produção nacional, juntamente com a crise de endividamento do Estado brasileiro nos anos 80, fez com que o Proálcool entrasse em desaceleração em meados deste decênio. Concomitantemente, a subida do preço do açúcar decorrente da abertura de novos mercados, gerada pelo colapso do bloco soviético, no biênio 1988/1989, acabou redirecionando a produção das usinas alagoanas. Ainda assim, a diminuição gradativa dos subsídios advindos da esfera federal era sentida pelo setor canavieiro local, ao ponto deste articular uma nova fonte de incentivos – dessa vez na esfera estadual – a despeito de Alagoas ser uma das unidades federativas mais pobres do país.

Assim, em 1987, Fernando Collor, em sua gestão como governador, promoveu a lei de conhecida como "acordo dos usineiros", que isentava as usinas de açúcar (e os demais empreendimentos a elas atrelados) do pagamento de ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços). Tal isenção teve sério impacto sobre as receitas alagoanas, haja vista que o cultivo da cana-de-açúcar e o processamento de seus derivados ainda são suas principais atividades econômicas[65]. A essa altura, o empreendimento industrial no

[65] Em setembro de 1987, o Supremo Tribunal Federal ordenou que as alíquotas de ICMS deixassem de ser cobradas das plantações de cana em todo o país. O acordo, no entanto, não previa que o valor que já tinha sido pago fosse devolvido, porém os usineiros alagoanos solicitaram esse ressarcimento. Collor acatou a demanda e, por conta do cálculo de juros, o valor ficou um terço maior. Como Alagoas não tinha como saldar esse (falso) precatório, o governador "resolveu" isentar o pagamento de impostos estaduais a todos os usineiros.

estado passava da condição desfavorável, para, praticamente, ser assumido como indesejado.

4.2. A acumulação entravada após a Constituição de 1988

Mediante ao fim da ditadura civil-militar (1964-1985) e a instauração de um novo regime político partidário, o Brasil chega ao fim da década de 1980 diante da possibilidade de instaurar, afinal, um ponto de inflexão em sua trajetória. No panorama global, o fim deste decênio é marcado pela fragmentação do bloco socialista no leste europeu – e o fechamento da "janela de oportunidade" histórica de uma transformação profunda da formação social brasileira. Dessa maneira, o impasse da acumulação entravada – já estabelecido desde o fim do processo de assalariamento, em meados dos anos de 1970 – colocava em aberto dois caminhos para o país: 1) reformular, a partir da constituinte recém-instaurada, o aparelho de Estado, retirando os impedimentos à acumulação no país; ou 2) institucionalizar a crise da acumulação entravada, sedimentando na forma de novas leis, falas, e tributações os velhos mecanismos necessários à continuidade da sociedade de elite, tendo como único horizonte o colapso desta formação social.

Embora tida por muitos teóricos como uma "vitória" das chamadas "correntes progressistas" brasileiras, a Constituição de 1988 foi, no fim das contas, resultado da segunda opção. Além do quadro de estagnação econômica das últimas décadas, outras evidências empíricas podem comprovar isso, a exemplo da experiência dos Planos Plurianuais e do aprofundamento da desregulamentação econômica ocorrida nos anos de 1990 – temas que trataremos nas seções a seguir.

4.2.1. A desregulamentação e o fim dos subsídios ao setor sucroalcooleiro.

Apesar do viés conservador da constituinte de 1988, mencionado acima, a eleição de Collor de Melo para a presidência da república no ano seguinte criou a expectativa de um "capitalismo forte" nos setores da classe-média que o elegeram. Como parte do conjunto de medidas iniciais de seu governo, que ficaram conhecidas como Plano Collor, estava a

---

Em 1987, setor sucroalcooleiro eram responsáveis por 60% da arrecadação do estado. Em 1992, essa participação era de apenas 3%.

retirada de subsídios concedidos pelo governo federal há décadas a vários setores agroexportadores, dentre eles o sucroalcooleiro[66]. Esta medida expôs toda a debilidade e obsolescência da estrutura produtiva canavieira alagoana, que, a esta altura, tinha sua precariedade sistêmica protegida pelo Estado há mais de um século.

Todavia, o corte pontual de subsídios ao setor sucroalcooleiro não significou a suspensão integral dos privilégios concedidos aos produtores do Nordeste. Práticas que datavam da criação do IAA, na década de 1930, foram, em princípio, mantidas, como o planejamento de safras e a fixação de cotas a serem compradas pelo governo. Contudo, outras medidas foram tomadas no sentido de "liberalizar o mercado", como: eliminação da reserva do mercado interno para o açúcar nordestino; e a privatização do sistema de exportações, colocando as assimétricas estruturas paulista e nordestina em igualdade formal na disputa pelo mercado externo (Carvalho, 2009, p. 48). Como resultado, enquanto a produção e exportação de açúcar no Brasil cresceu 500% entre 1990 e 1998, a nordestina se limitou a um aumento de 171%, e a alagoana (ainda amparada pelo "acordo dos usineiros") a 176%, no mesmo período (SUDENE, 1999)[67].

Ainda como parte do "Plano Collor" figurava a política de extinção de autarquias públicas e privatização de estatais, que deram início à ofensiva neoliberal que marcou a década. Assim, como parte desse "pacote" de ações foi realizada a extinção do IAA, ainda em 1990, e a privatização da Salgema (estatal responsável pelas atividades de extração e beneficiamento do polo petroquímico). Enquanto o fim do IAA significou o aprofundamento da desregulamentação do setor sucroalcooleiro (vide medidas citadas acima), a privatização da Salgema representou o fim da perspectiva de utilização do álcool alagoano para a produção do eteno: a Braskem, empresa que comprou a estatal, optou por construir um duto de aproximadamente 500 km ligando Maceió a Camaçari na Bahia, em função das vantagens tributárias concedidas por aquele estado (era o início da

[66] Ainda que, neste setor em particular, a retirada de subsídios tenha sido parcial e gradativa.

[67] O crescimento, ainda que menor que a taxa nacional, do setor nordestino também se explica pela manutenção, durante o governo Collor, da Taxa de Equalização de Custos[67] que oferecia, via BNDES, subsídios de 25% do preço de produção.

guerra fiscal que marcaria o federalismo brasileiro pós-1988 – discutido na próxima seção).

Com isso, o "acordo dos usineiros" restou como única fonte constante de incentivos *oficiais* para a produção canavieira na década de 1990, gerando nos nove anos que esteve em vigor R$ 800 milhões em isenções. Além disso, como relata Lima (1998), a proximidade entre os usineiros alagoanos e os sucessivos governos locais que eles ajudaram a eleger permitiu que "incentivos indiretos" fossem criados, em substituição ao papel regulador do IAA, a saber: inadimplência junto à CEAL (companhia energética do estado), que chegou a ordem de R$ 40 milhões em 1996; e calote no Produban (banco do estado), no valor de R$ 76 milhões[68].

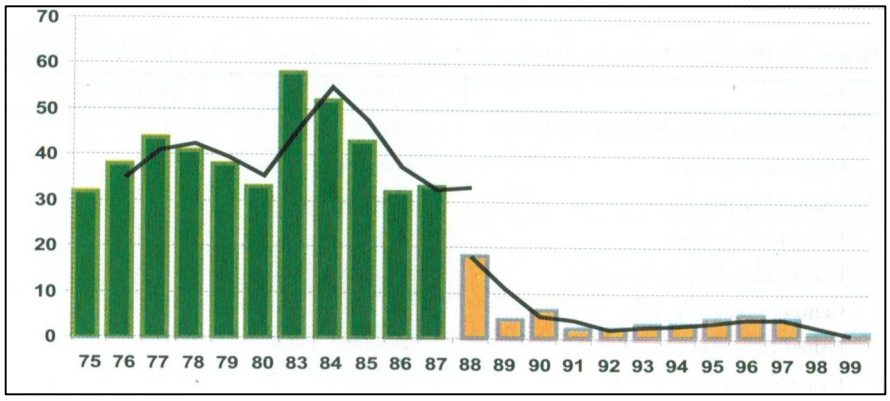

Gráfico 2 - Participação do setor sucroalcooleiro no ICMS arrecadado em Alagoas. Percebe-se que após o "acordo dos usineiros" esta participação se torna praticamente inexistente, alijando o estado de Alagoas de sua, até então, principal fonte de receitas (Fonte: Secretaria da Fazenda/AL, adaptado por Carvalho, 2009).

Com a perda das suas principais fontes de recurso, e com sua principal atividade econômica em declínio, Alagoas ficou sem condições de competir na guerra fiscal instituída no país, na década de 1990 – como explanado a seguir.

4.2.2. A precarização institucional do planejamento, e a crise em Alagoas

Na Constituição de 1988 estão definidos alguns dos instrumentos que nortearam o planejamento brasileiro, a partir de então. Em seu artigo

[68] 366,3 milhões, em valores corrigidos para valores de 2002, segundo Alves (2014). Vale destacar que o encerramento extrajudicial do banco deixou a dívida – até hoje – em aberto.

165, a Constituição prevê que os estados e o governo federal elaborem Planos Plurianuais (PPAs), que abranjam um período de quatro anos. De acordo com o parágrafo 1, do referido artigo 165, tais planos teriam a finalidade de estabelecer, "[...] de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada" (BRASIL, 1988). No parágrafo 4, é estabelecida a relação entre o PPA e o orçamento da União: "os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional" (IBID.).

Assim, da forma disposta na constituição, a elaboração dos planos plurianuais, tanto a nível federal quanto estadual, ficam sob a responsabilidade dos poderes executivos, mas a correspondência que esses planos têm com os orçamentos faz com que eles estejam, em última instância, subordinados à anuência dos poderes legislativos de suas respectivas esferas de poder.

Ocorre que, ao se analisar o método de elaboração e aprovação de orçamentos no legislativo brasileiro, percebe-se que a condição suficiente para que uma dada despesa ou investimento esteja no orçamento de um ano é que esse mesmo gasto tenha sido orçado no ano anterior. Por indução regressiva, qualquer gasto governamental, sem qualquer avaliação de sua pertinência para um projeto de médio-longo prazo, permanecerá no orçamento desde que tenham sido "plantado" anteriormente – a menos que uma emenda parlamentar deliberadamente o suprima.

Soma-se a esse fator a limitação imposta pela Lei Complementar n° 101, de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta legislação limita o gasto corrente das administrações municipais e estaduais ao total de suas receitas – depois que destas são subtraídas o serviço da dívida destas esferas de governo junto à União[69]. Em suma: de um lado os

[69] Entre os ano de 1997 e 1999, a maior parte dos estados (exceto o Amapá e o Tocantins), além de 180 municípios, fizeram a renegociação de suas dívidas junto ao Governo Federal. Eles deviam para vários fornecedores, em prazos já expirados, dificultando a renovação de contratos para o atendimento de serviços básicos. Diante disso, foi realizado um acordo para que o Governo Federal assumisse parte da dívida, cobrando parcelas mensais ao longo de 30 anos, com uma correção do valor que parecia ser favorável aos estados e municípios na

orçamentos estão com as receitas comprometidas pelas emendas dos orçamentos anteriores e pela subtração feita pelo serviço da dívida, do outro ele está limitado pelo teto imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, na medida em que o PPA está constitucionalmente vinculado ao orçamento – e que este, por seu turno, está submetido à Lei de Responsabilidade Fiscal – está excluída, de antemão, qualquer abertura para que ele se configure como um plano de médio/longo prazo, como sugerido em sua definição constitucional. Cabe ao PPA, em última instância, a tarefa de consolidar informações provenientes de decisões já tomadas, e panoramas já estabelecidos, constituindo um discurso para "vestir" este conjunto de medidas.

Dentro desse contexto de precarização das ferramentas de planejamento, o Brasil adentrou a década de 1990 ainda continuando a crise do decênio anterior. A impossibilidade de formulação de um plano econômico de desenvolvimento e infraestrutura se manifesta por meio de iniciativas como o Plano Eixos (parte do PPA 1996-1999). Este plano, de viés discursivo manifestamente neoliberal, propunha-se a apenas setorizar possíveis obras de infraestrutura, deixando evidente que o Estado brasileiro havia manifestamente aberto mão de seu papel de ordenador do espaço, ao propor nada além de um *portfólio* de investimentos para o capital privado.

época. Mas as altas taxas básicas de juros definidas pelo governo federal, ao longo das últimas décadas, fez com que o valor dessa dívida subisse muito, minando a capacidade de investimento das unidades federativas devedoras.

Figura 18 - Fotograma extraído de comercial veiculado pelo governo federal no ano de 1991, em que um elefante (representando o Estado) atrapalha o cotidiano de uma família. Fazendo alusão ao tamanho exagerado do Estado, a propaganda defendia a privatização das estatais (Fonte: extraído pelo autor de vídeo disponível em youtube.com).

O advento do neoliberalismo no Brasil surge em um panorama de correspondência circunstancial entre discurso ideológico hegemônico no mundo e as condições de reprodução brasileiras. Após a importação do liberalismo e da socialdemocracia, sem que houvesse relação entre o conteúdo dessas falas e a base material da sociedade de elite, o neoliberalismo é a primeira forma ideológica a aderir às condições concretas brasileiras, em função da concomitância entre a crise do capitalismo nos países de acumulação desimpedida (inerente à exaustão do estágio intensivo), e a crise da acumulação entravada no Brasil (relativa à exaustão do estágio extensivo).

Aparecendo no planejamento brasileiro com o uso de pouca camuflagem retórica, o léxico neoliberal pode ser facilmente identificado nos planos plurianuais da década de 1990. Esse fenômeno pode ser ilustrado a partir dos pontos prioritários destacados no PPA 1996-1999:

> [...] redefinição do papel e das competências do Estado para melhorar a alocação de recursos e o compartilhamento de suas responsabilidades com as demais esferas de governo; promoção da **descentralização das ações de governo a gestores governamentais e não governamentais**; [...] fortalecimento institucional do setor público para o cumprimento das funções de concessão, regulação e fiscalização em **áreas abertas à atuação do setor**

> **privado**; [...] descentralização das políticas públicas para Estados e municípios, setor privado e organizações não governamentais; [...] **aprofundamento do programa de desestatização**; [...] reformulação e fortalecimento da ação reguladora do Estado, inclusive nos **serviços públicos privatizados**; [...]aumento do dispêndio nacional em ciência e tecnologia, com uma **participação maior dos investimentos privados** e dos sistemas estaduais, diminuindo a participação relativa das fontes federais; [...] conclusão das reformas constitucionais e legais, **para incluir as empresas de capital estrangeiro**[70] no esforço de capacitação tecnológica do País, beneficiando-as, inclusive, com incentivos fiscais e creditícios; [...] modernização das relações trabalhistas (BRASIL, 1996, pp. 1-16).

Conforme pode ser percebido pela leitura dos extratos acima, os PPA formalizaram (de forma deveras explícita) ações que historicamente vinham em curso dentro do Estado brasileiro. A Constituição de 1988 aumentava as atribuições dos municípios (delegava a eles a função de formular políticas habitacionais, por exemplo). Portanto, é justo dizer que, embora o PPA 1996-1999 adotado como exemplo enuncie a fragmentação administrativa do país, esse processo já vinha em curso desde outrora.

A partir de 2003, mediante à eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores, criou-se a expectativa de que uma mudança do panorama de precarização estatal ocorresse. Todavia – ainda que algumas políticas voltadas à melhoria da distribuição de renda, e ao fomento ao mercado interno tenham sido implementadas desde então – nenhuma reforma estrutural foi produzida que fosse capaz de criar condições para o planejamento de médio-longo prazo no Brasil.[71]

No PPA 2004-2007 percebe-se o abandono do discurso de viés neoliberal, observado nos planos da década anterior:

---

[70] No sentido de abolir a distinção entre capital nacional e capital estrangeiro que existia nos Artigos 170 e 171 da Constituição de 1988, foi aprovada a Emenda Constitucional de n° 6, de 15 de agosto de 1995, em que tal diferença deixa de ser levada em conta, no momento de se abrir o capital para investimento em setores estratégicos da economia (ex. transportes, defesa e comunicação).

[71] Veja-se, também, Deák, 2004.

> O círculo virtuoso entre investimento e consumo, originado no aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, depende da elevação dos salários reais e demais rendimentos diretos e indiretos por elas auferidos. A escassez de postos de trabalho e as demais falhas nos mecanismos de transmissão de aumento da produtividade a rendimentos dos trabalhadores significam, para o funcionamento do referido círculo, a necessidade de que o Governo pratique políticas sociais que compensem essas fragilidades. Por essa razão, as políticas de inclusão social e de redução das desigualdades, que têm como maior objetivo justiça social, são ao mesmo tempo indispensáveis à operação do modelo de consumo de massa (BRASIL, 2003, pp. 18-19).

Percebe-se, no trecho acima destacado, a enunciação das políticas sociais que seriam adotadas nos mandatos presidenciais assumidos por candidatos do Partido dos Trabalhadores, que se seguiram (2003-2006, 2007-2010, 2011-2014, 2015-atual). Entretanto, como já dito, os limitantes de antemão impostos pelo modelo estatal brasileiro ao Plano Plurianual, tornaram-no – também nesse caso – um simples enunciador daquilo que o Estado diz fazer. Mesmo que os interstícios preenchidos pela distribuição de renda e pelo fomento do mercado interno tenham resultado em crescimentos moderados do PIB entre os anos de 2004 e 2011, a forte desaceleração percebida após 2012 demonstra que a crise da acumulação entravada atingiu seu limite no Brasil. A ausência de uma ferramenta efetiva de planejamento apenas demonstra a força do Estado brasileiro para reproduzir sua formação social, resistindo ao imperativo da entrada no estágio intensivo, para a continuidade da acumulação.

Na última década, uma série de trabalhos vem sendo publicados refletindo o processo de elaboração dos PPAs após a Constituição de 1988 (Calmon & Gusso, 2003; Azeredo, 2004; Siqueira, 2006; Cavalcante, 2007). Entre eles, é comum a crítica ao processo de formulação dos planos baseado em elementos como: a necessidade de se ressaltar uma "função complementar aos investimentos privados" (Azeredo, 2004, p. 39); ao "incrementalismo [sic] orçamentário" (Cavalcante, 2007, p. 133); ou necessidade de maior "aprendizagem organizacional" (Calmon & Gusso, 2003, p. 34).

Tratar o insucesso do PPA na formulação de planejamento para o médio e longo prazos nesses termos é ignorar o papel não enunciado e efetivo desse instrumento: reproduzir a formação social tal qual ela é. Tipos de crítica como os mencionados acima – a exemplo do viés do "incrementalismo [sic] orçamentário" – ignoram a dialética entre o Estado e mercado, na qual o crescimento necessário do primeiro acaba restringindo o âmbito do segundo – motivo fundamental da crise do capitalismo. Mais que isso, ignoram a diferença fundamental entre aquilo que o Estado enuncia (no caso do PPA, o planejamento para além do curto prazo), e aquilo que o Estado se organiza para reproduzir – na medida em que, contrariando seu discurso, o PPA apenas consolida o que já está definido pelo orçamento.

Vale destacar que o mesmo artigo 165 da constituição de 1988 institui o PPA tanto em nível federal quanto estadual. Ocorre que na gestão de Geraldo Bulhões (1991-1995) – primeiro governo estadual eleito após 1988 – nenhum PPA foi elaborado, tampouco foi identificada durante a presente pesquisa a existência de um plano de qualquer natureza, feito pela referida administração[72].

Salvo a exceção destacada acima, a partir de meados da década de 1990, o estado de Alagoas vem formulando regularmente seus Planos Plurianuais. A respeito dos mesmos, pode-se dizer que eles acompanham o caráter "parassimpático" dos seus correspondentes em nível federal. O fato de inexistir um plano de governo em Alagoas durante a primeira metade da década demonstra, por si só, o quão dispensável era o planejamento de longo prazo para que a reprodução tomasse curso no estado. Durante a gestão Divaldo Suruagy (1996-1997), foi formulado o primeiro PPA alagoano em que era dada ênfase em ações voltadas ao fomento de atividades turísticas, com pouca menção a temas como o desenvolvimento de atividades industriais, equilíbrio das contas públicas, ou o aumento da capacidade de investimento do estado.

[72] Tal como realizado por Cabral (2005), e descrito por ele em seu trabalho, durante as pesquisas para elaboração da presente tese, foram feitas (novas) buscas pelo PPA referente à gestão do Governador Geraldo Bulhões nos arquivos da Secretaria de Planejamento do Estado, e na Biblioteca Pública Municipal. Ao final, não se obteve nenhum sucesso em encontrar o referido documento, ou qualquer outro que equivalesse a um plano de governo. O insucesso de diferentes pesquisadores na procura por um documento, que deveria estar amplamente acessível, permite advogar pela tese de sua inexistência.

Posto isto, e dado o quadro de descentralização do planejamento nacional descrito anteriormente, e o chamado "acordo dos usineiros" firmado em 1988, Alagoas adentrou a década de 1990 prestes a sucumbir a uma crise ainda pior que a do decênio anterior. Em virtude do "acordo", a participação da atividade sucroalcooleira nas receitas alagoanas caiu de 60%, em 1987, para 3%, em 1992. Somando-se a perda de sua principal fonte de ativos, a economia de Alagoas sofreu outro revés quando o governo de Divaldo Suruagy emitiu títulos para o pagamento de precatórios, que o estado sequer possuía, no episódio que ficou conhecido como "escândalo dos precatórios".

Em 1997, mediante a esse panorama crítico, o funcionalismo público ficou seis meses sem receber vencimentos, levando o estado a passar por uma intervenção federal, após a renúncia do governador Suruagy. Desta intervenção resultou o fechamento do Produban, o banco público do estado, que ao ser liquidado sequer foi privatizado, a exemplo do que vinha ocorrendo com outros bancos públicos brasileiros no período.

Foto 8 - Manifestantes invadem Assembléia Legislativa do Estado, durante processo de julgamento dos precatórios emitidos pelo governo de Divaldo Suruagy. Após nove meses sem receber seus vencimentos, os funcionários públicos em greve (inclusive a Polícia Militar) invadem o prédio – àquela altura defendido pelo Exército - para pressionar por uma solução para a crise (Foto: Adailson Calheiros, 1997, Fonte: Jornal Tribuna Hoje, 2013).

Dentro desse quadro de fragilidade, e mediante a ausência de um plano nacional de ordenamento e desenvolvimento, Alagoas se viu obrigada a entrar em desvantagem na chamada "guerra fiscal": competição entre estados visando a atração de empresas, mediante a concessão de isenções fiscais. A já mencionada renegociação da dívida do estados,

realizada em 1997, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, limitaram a capacidade alagoana de fazer investimentos e conceder incentivos fazendo com que o estado perdesse algumas de suas poucas indústrias ao longo da década de 1990.

Em 1999, foi eleito o governador Ronaldo Lessa. Tendo como principal plataforma de campanha a reestruturação econômica do estado, a gestão de Lessa pôs em prática o ajuste fiscal imposto pelo Governo Federal. Essa manobra abriu a possibilidade de tomada de crédito, mas firmou a baixa capacidade de investimento alagoana. Como relata Limeira (2006, pp.28-30), o governo acabou reconhecendo as dívidas geradas, de forma questionável, pelos precatórios emitidos na década de 1990, e – após uma renegociação junto ao Banco Central – o serviço de juros da dívida passou a comprometer 22% das receitas do estado, conforme quadro abaixo, referente ao ano de 2005:

Tabela 4 - Resumo de balanço financeiro de Alagoas em 2005 (Fonte: Limeira 2006; adaptado pelo autor).

Fontes de receita e despesas	**Valores em Reais (R$)**
Receita líquida (Impostos e repasses federais descontados os repasses aos demais poderes e aos municípios).	+ 2,087 Bilhões
Folha de pagamento.	- 1,150 Bilhões
Serviço da dívida.	- 460 milhões
Repasse ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).	- 180,147 milhões
Amortização da dívida.	- 380,148 milhões
Total:	**- 83 milhões (déficit)**

Dado o panorama ilustrado pela tabela acima, durante a primeira década dos anos de 2000, a única ferramenta disponível para atrair indústrias para o estado era a isenção de impostos. Diante dos sintomas ainda sentidos pela falta do ICMS, advindo da indústria da cana-de-açúcar, Alagoas ficou sem ferramentas para competir na guerra fiscal imposta a partir do governo FHC (Cavalcanti, 2006).

No campo da formulação de planos de desenvolvimento, a gestão Lessa manteve o PPA como única ferramenta formal. No período compreendido pelos dois mandatos deste governador, a CODEAL teve

seus funcionários remanejados para outros setores da administração pública, ainda que, institucionalmente, estes permanecessem a ela vinculados. Por fim, o Governo cria uma nova pessoa jurídica, a Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais (CARHP) – para, numa manobra juridicamente questionável, transferir para ela todo o patrimônio da CODEAL, livrando-o das sucessivas penhoras de seus bens feitas em função das dívidas acumuladas ao longo das décadas[73].

O quadro de endividamento dos anos de 1990 vem, gradativamente, se transformando ao longo dos últimos anos. Dados recentes do IBGE (2009) sinalizam uma aceleração do PIB alagoano, em relação aos demais estados brasileiros (em 2009 atingiu o valor de R$ 21,235 bilhões, que corresponde a um crescimento real de 2,1%, ficando em décimo lugar no ranking brasileiro. Esse percentual é maior que o registrado pelo país, que teve um desempenho negativo de -0,3%, e pela Região Nordeste, que cresceu 1,0%). Todavia, ainda é cedo para definir a extensão desse dado e o que ele representa.

Alagoas ainda tem uma economia dependente do setor sucroalcooleiro (o acordo dos usineiros chegou ao fim em 2004). O papel periférico desempenhado pelo estado no cenário nacional exigiria para seu efetivo desenvolvimento não apenas um planejamento redistributivo, mas que diversificasse a economia no âmbito estadual, senão também um planejamento centralizado na esfera federal, capaz de corrigir as desigualdades nas configurações regionais advindas de mais de um século de acumulação entravada.

4.3. Considerações sobre o período abordado

O presente capítulo discorreu sobre como a exaustão do estágio extensivo no Brasil, e sobre a repercussão desse fenômeno em Alagoas. No âmbito nacional, o impasse estabelecido pela conclusão do processo de assalariamento, sem a subsequente entrada no estágio intensivo, caracterizou-se pelo abando das medidas desenvolvimentistas adotadas

[73] Ainda que não tenha sua pessoa jurídica efetivamente extinta, em função dos vários processos trabalhistas ainda em curso, a CODEAL encerrou formalmente suas atividades a partir de então.

durante o "milagre", e implicou nas crises das décadas de 1980 (marcada pelo processo hiperinflacionário) e de 1990 (caracterizada pelo desmonte do aparelho estatal). No recorte alagoano, em que pese o ritmo mais lento do processo de assalariamento neste estado, o período em questão foi marcado pela consolidação do apoio estatal aos mecanismos de reprodução que imperam nesta porção do espaço brasileiro, a saber: os subsídios ao setor sucroalcooleiro.

Uma das ações do Estado mais significativas nesse sentido foi a criação da SUDENE. Tendo como seu objetivo enunciado (ideológico) a industrialização do Nordeste, o órgão acabou desempenhado, de fato, o papel de "apaziguamento" das insurgências que ocorriam nesta configuração espacial. Na medida em que criou as condições necessárias para que, por meio da atração de novos empreendimentos, ocorresse uma elevação do nível de reprodução da força de trabalho, A SUDENE atuou até o ponto em que houvesse uma precariedade sistêmica mais sustentável.

No caso de Alagoas, onde a opressão aos trabalhadores rurais impediu a chegada das ligas camponesas, a presença da SUDENE acabou dispensando mudanças mais acentuadas no panorama econômico local. A ação da CODEAL – empresa de capital misto, criada em decorrência da SUDENE, visando a atração de investimentos para o estado – é demonstrativa de tal fenômeno: a maioria dos empreendimentos atraídos para Alagoas no período, de algum modo, estava vinculado ao setor canavieiro.

A criação da SUDENE expressa, assim, a contradição contida na crise da acumulação entravada, que se evidenciaria nos decênios seguintes: elevar o nível de reprodução da força de trabalho no nordeste, integrando-o a um "projeto nacional", implicaria na necessidade da alteração do princípio de organização social vigente no Brasil – fundado justamente na reimposição dos entraves à acumulação, mediante, dentre outros fatores, a uma organização heterogênea do espaço. Desse modo, não deve se estranhar que a SUDENE, como ferramenta voltada à industrialização nordestina, tenha sido um instrumento natimorto.

Em Alagoas, o fim do "milagre brasileiro" altera tão somente a forma de apoio estatal às estruturas locais de organização. O Próalcool, sob o pretexto de diversificação da matriz energética nacional, torna-se uma nova fonte de subsídios para os usineiros alagoanos. Trata-se, em

última instância, de um "socialismo às avessas", em que Estado transfere recursos para os detentores dos meios de produção, garantindo a exploração da precariedade das condições de vida dos trabalhadores.

No caso alagoano, o fim do Próalcool e a extinção do IAA não representaram a alteração desse panorama. O "acordo dos usineiros" substituiu o auxílio federal pelo subsídio advindo do nível estadual, a despeito de Alagoas ser umas das unidades federativas com menor receita do país. A inviabilidade de sustentação desse mecanismo – dado o fato de que a principal fonte de recursos do estado vinha dos impostos provenientes da cana – resultou na moratória da dívida pública, colapso do aparato administrativo, e, por fim, numa intervenção federal velada.

Foto 9 - Exército defende a Assembleia Legislativa, na revolta de 17 de julho de 1997. A despeito da impressão ideologicamente reiterada de que a "ausência" do Estado contribui para o quadro de precariedade observado em Alagoas, ações como a ilustrada acima evidenciam em relevo como a esfera federal se faz presente, no sentido de garantir as condições de reprodução neste recorte da formação social brasileira (Fonte: Rocha, 2007).

A partir da segunda metade da década de 1990, a renegociação das dívidas estaduais e a Lei de Responsabilidade Fiscal acabaram se apresentando como novos mecanismos de garantia da acumulação entravada. Tais artifícios "engessaram" os orçamentos estaduais, e – por meio da vinculação entre a LDO e o PPA – tornaram inviável a elaboração de qualquer plano de desenvolvimento no médio-longo prazo. Por conseguinte, a guerra fiscal proveniente da omissão deliberada do Estado do seu papel de ordenador da economia nacional, resultou na sedimentação das heterogeneidades econômicas entre as configuração espaciais existentes no país, na medida em que entes federativos como

Alagoas (altamente endividados e com nível de reprodução da força de trabalho abaixo da média nacional) não tiveram ferramentas para competir na atração de investimentos privados.

Apesar da matriz ideológica que reveste as ações do Estado brasileiro ter se alterado nos anos recentes, como refletido na chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, os elementos fundamentais que garantem a continuidade da sociedade de elite permaneceram inalterados. A recessão do biênio 2015/2016 dá mostras de que mudanças mais profundas são necessárias para o desentrave das forças produtivas no país.

Nesse contexto, Alagoas necessita que um conjunto de alterações – sob uma alçada além de suas fronteiras – tome curso para que suas características historicamente constituídas sejam superadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou debater os determinantes da formação social em Alagoas, desvinculando-se de explicações recorrentes voltadas ao tema, centradas na chamada "questão regional" e na ação teleológica (mandonismo) das oligarquias rurais. Mediante às lacunas observadas nessas matrizes de análise, observou-se a necessidade de se pensar a inserção alagoana na totalidade da reprodução social brasileira. Desse modo, a teoria da acumulação entravada (Deák, 1991), apresentou-se como um ponto de partida importante para o trabalho, na medida em que – ao elucidar a base material que engendra a heterogeneidade do espaço brasileiro – permitiu compreender como uma mesma totalidade pode se articular de forma heterogênea e integrada.

No Capítulo 1 foram apresentadas as bases teórico-metodológicas que orientaram o trabalho. Nele, foi defendida a compreensão do Estado como um aparelho que *tende* a se alinhar com os interesses de determinadas parcelas da formação social, de acordo com as necessidades circunstanciais da reprodução, que variam, por seu turno, seguindo os estágios de desenvolvimento. Apartou-se, por conseguinte, da orientação teleológica frequentemente atribuída à ação do Estado, interpretando-o, em contrapartida, como um mecanismo *parassimpático* que sustenta a reprodução social. Advogou-se, também, pela compreensão do planejamento (ação do Estado), não só em função das ações que ele engendra, mas pelo arcabouço

retórico que, travestido pela ideologia, encobre o real sentido de suas medidas.

O Capítulo 2 se ocupou de incorporar as discussões apresentadas anteriormente à interpretação do contexto nacional, assumindo a acumulação entravada como base de interpretação da formação social brasileira, caracterizando-a como uma sociedade de elite. Mediante a esta interpretação, buscou-se compreender como a precariedade do nível de reprodução da força de trabalho e a heterogeneidade do espaço brasileiro ocorrem não de maneira acidental, ou conjetural, mas como resultado da própria maneira de ser desta sociedade. Ocupou-se, também, não apenas de refutar a ideia de "região", como categoria de análise do espaço, mas de evidenciar o papel ideológico desempenhado pela "questão regional", no acobertamento dos reais processos que tomam parte no país, e – por conseguinte – em Alagoas.

Partindo deste arcabouço, a partir do Capítulo 3, procurou-se correlacionar, historicamente, as bases de fundação do Estado brasileiro (acumulação entravada) com os processos particulares que tomaram curso em Alagoas, a partir do século XIX até a década de 1960. O país, mediante sua adesão ao capitalismo, com a Lei de Terras e a abolição da escravatura, iniciou seu estágio extensivo (marcado pelas altas taxas de crescimento) sem se desvincular do modo de reprodução com traços coloniais. Essa contradição se expressou no Estado tanto em suas ações (haja vista suas medidas constantes para inibir o crescimento industrial no país), quanto no seu discurso (em que pese a "importação" das matrizes ideológicas dos países de acumulação desimpedida, a despeito de sua total falta de aderência com as bases materiais brasileiras).

Em Alagoas, esses condicionantes implicaram na defesa estatal da produção açucareira, garantindo sua viabilidade econômica, mesmo sob condições de obsolescência. Como resultado, tivemos uma unidade federativa que, ainda quando comparada aos outros entes da "região nordeste", apresentava condições precárias de reprodução da força de trabalho, e um incipiente desenvolvimento das atividades econômicas que não estivessem vinculadas ao açúcar. A experiência de um governo populista em Alagoas, personificado em figuras como Muniz Falcão, demonstrou o resultado da falta de aderência entre uma prática de governo que buscava a

retirada dos entraves ao desenvolvimento local, e o imperativo da reprodução brasileira nesta parcela de sua formação social: a violência armada salvaguardada pelo Estado, que caracterizou o período, não permite dúvidas a respeito.

O Capítulo 4, por fim, tratou da repercussão da exaustão do estágio extensivo, e dos reflexos da crise da acumulação entravada em Alagoas. O impasse da acumulação entravada, aqui ilustrado pela experiência da SUDENE, demonstra como – um episódio geralmente tratado como uma janela de oportunidade perdida para o desenvolvimento da "região" – configurou-se, em verdade, como um conjunto de medidas tomadas, para garantir a integridade territorial da formação social brasileira, sem que fosse necessária a alteração das premissas de sua reprodução. A crise dos anos de 1980, a sedimentação institucional da acumulação entravada mediante a Constituição de 1988, acompanhada do viés neoliberal que revestiu a retórica do Estado na década seguinte aprofundaram a deterioração das condições econômicas de Alagoas. O "acordo dos usineiros", engendrado na década de 1980, eliminou a possibilidade de Alagoas competir na guerra fiscal imposta pelo Governo Federal nos anos de 1990 – quadro que pouco se alterou desde então, apesar do "acordo" ter sido revogado ao final daquele decênio.

É importante destacar que – apesar das várias mudanças institucionais ocorridas ao longo de sua história – os princípios da formação social brasileira permanecem inalterados. Os breves períodos de tímido crescimento ocorridos após a subida ao poder do Partido dos Trabalhadores, em 2003 – que chegaram a ser alardeados como uma retomada de um Estado desenvolvimentista – têm demonstrado sua inocuidade nos anos recentes, diante da necessidade de profunda transformação do princípio motriz da reprodução social, da estrutura produtiva, do arcabouço institucional, e do próprio aparelho estatal para que as forças hprodutivas se "desentravem" no país – o que equivaleria a dizer: a necessidade de uma revolução, que rompesse com a sociedade de elite.

Nesse contexto, Alagoas se encontra no "mesmo barco" da acumulação entravada, junto às demais unidades federativas. A crise da dívida dos estados, que Alagoas enfrentou antecipadamente desde a década de 1990, estende-se hoje a entes que antes eram vistos como uma espécie de

contraponto desenvolvido ao "Brasil atrasado". Portanto, não há "saída" para o desenvolvimento das forças produtivas *em* Alagoas, com uma concomitante melhoria no nível de reprodução de sua força de trabalho, que passe ao largo de uma redefinição da base material sobre a qual se sustenta a sociedade de elite. A formação social brasileira se encontra hoje naquele momento aludido por Marx, em sua célebre passagem do Prefácio de sua *Contribuição à Crítica da Economia Política,* em que ele afirma que em certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, que outrora se configuravam como base de sustentação social, convertem-se em seu entrave. Do mesmo modo, o princípio formador do Brasil (acumulação entravada) se constitui hoje no empecilho à continuidade de sua reprodução. Em contrapartida, a crise da acumulação entravada, na medida em que atinge seu ponto crítico, cria as condições para sua superação.

Os caminhos tomados pela formação social brasileira, doravante, dependerão da composição de forças constituídas no ápice de sua crise. Nessas circunstâncias, caberá a tomada de posição crítica sobre as alternativas disponíveis: a opção pelo capitalismo desimpedido, também em crise (não menos profunda que a nossa), não deve desconsiderar o fato de que tal princípio de organização social está à beira do colapso. Apresenta-se, então, o imperativo de se construir de um novo caminho, rumo a uma renovada utopia.

Figura 19 - Estátuas de Marx e Engels, de autoria do escultor Ludwig Engelhardt. Inauguradas em 1989, na parte de Berlim que integrava a extinta República Democrática da Alemanha (RDA), o conjunto ainda resiste como um marco da cidade, mesmo após o colapso do bloco socialista (Foto: autor).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[74]

AGLIETTA, Michel. (1976). *Une théorie de La regulation du capitalisme*. Paris: Maspéro.

ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. (1982). Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola. São Paulo: Hucitec.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Raízes do Comunismo em Alagoas IN**:** *Revista do departamento de História Regional*, n°1, Maceió, 1992.

_____. (1997). *Federalismo e Região*: dois breves estudos. Maceió: Edufal.

_____. (2013). *Chrônicas Alagoanas II– Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL.

ALTHUSSER, Louis. (1971). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.

_____. (2008). *Sobre a Reprodução*. São Paulo: Vozes.

ALVES, Vera. (2014). *Estado Pede R$ 75 Milhões pelo Produban:* Leilão de privatização acontece sem informações sobre o pagamento dos mais de R$ 366,3 milhões devidos pelos usineirLos de Alagoas. Alagoas, 04 nov. 2014. Disponível em: <http://novoextra.com.br/outras-edicoes/2014/795/15443/estado-pede-r-75-milhes-pelo-produban>. Acesso em: 29 jan. 2016.

ANDRADE, Manuel. (2010). *Usinas e Destilarias das Alagoas, uma Contribuição ao Estudo da Produção do Estado*. Maceió: EdUFAL.

[74] Modelo Cambridge.

AZEREDO, Luiz Cezar Loureiro de. Investimento Em Infra-Estrutura No Plano Plurianual (Ppa) 2004-2007: Uma Visão Geral. *Repositório Ipea: TEXTO PARA DISCUSSÃO*, Brasília, v. 1, n. 1024, p.1-47, jun. 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1859/1/TD_1024.pdf . Acesso em: 26 maio 2015.

BICCA, Brianne Elisabeth et al. (2006). *Arquitetura na Formação do Brasil*. Brasília: Unesco.

BRASIL. (1974a). *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília, DF: Ministério do Planejamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

BRASIL. (1974b). Conselho Nacional de Transportes. Ministério dos Transportes. *Planos de Viação:* Evolução Histórica. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas.

BRASIL. (1988). Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição. (1996). Lei nº 9443, de 9 de janeiro de 1996. *Dispõe Sobre O Plano Plurianual Para O Período de 1996/1999 e Dá Outras Providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9276.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.

BRASIL. (2003). *Plano plurianual 2004-2007*: mensagem presidencial / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP. Disponível em: file:///C:/Users/UFFS/Documents/TESE/PPA%202004-2007.PDF >. Acesso em: 26 maio 2015.

BRASIL. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Governo Federal. *IBGE Censo 2010*. Disponível em: < http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 julho. 2014.

CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. (2005). *Planos de desenvolvimento de Alagoas 1960-2000*. Maceió: EDUFAL.

CALMON, Kátya Maria Nasiaseni; GUSSO, Divonzir Arthur. (2002). A Experiência De Avaliação Do Plano Plurianual (Ppa) Do Governo Federal No Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, v. 1, n. 25, p.5-41. Disponível em: <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/61/71>. Acesso em: 26 maio 2015.

CARVALHO, Cícero Péricles de. (1983). *Formação Histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitex.

_____. (2009) Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana. Maceió: Edufal.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. (2007). O plano plurianual: resultados da mais recente reforma do planejamento e orçamento no Brasil. *Revista do Serviço Público: RSP*, Brasília, v. 58, n. 2, p.129-150. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1386/2007 Vol.58,n.2 Cavalcante.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 maio 2015.

CAVALCANTI, Arnóbio. (2006). Apresentação IN: CAVALCANTI, Arnóbio et al. *Superando a Estagnação*. Maceió: Edufal.

CORRÊA, Roberto Lobato. (1994). A Vida Urbana em Alagoas: A Importância dos Meios de Transporte na sua Evolução. *Terra Livre: Geografia, espaço e memória,* São Paulo, v. 1, n. 10, p.93-116. Semestral.

COSTA, Craveiro. (1967). *A Emancipação das Alagoas*. Maceió: Publicações do Arquivo Público de Alagoas.

COSTA, Emília Viotti da. (2007). *Da Monarquia à República*: Momentos Decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DEÁK, Csaba. (1989). O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 28.

_____. (1991). *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80*. Espaço & Debates, São Paulo, n. 32, p.32-46, 1991.

_____. (2004). Brazil: The Partido dos Trabalhadores in government. *Soundings*, Cambridge, v. 1, n. 28, p.143-155. Disponível em:

<http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/c_deak/CD/3publ/04ptinbr/index.html>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. (2011). Informalidade nas Sociedades de Elite da América Latina In: *PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, v. 18, n. 29, p. 96–113.

_____. (2013a). *Verbetes de economia política e urbanismo*: sociedade de elite. Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/c_deak/CD/4verb/sociedd-elit/index.html

_____. (2013b). *Verbetes de economia política e urbanismo*: acumulação entravada. Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/c_deak/CD/4verb/acum-ent/index.html

_____. (2016). *Em busca das categorias da produção do espaço*. São Paulo: Annablume.

DINIZ, Clélio Campolina. (2001). *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR. Disponível em: projetos.unioeste.br/pos/media/File/Gestao-Des-Regional/docs/Linha2-DINIZ-2001-A%20questao%20regional%20e%20as%20politicas%20governamentais.pdf

FERNANDES, Florestan. (1973). Classes sociais na América Latina IN: FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: ZAHAR.

FURRER, Bruno. (Org.). (1993). *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emilio Odebrecht.

FURTADO, Celso. (1967). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1983). *A nova dependência – dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1989). *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2013). *Essencial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.

GALEANO, Eduardo. (2014). *As veias Abertas da América Latina*. L&MP: São Paulo.

HUMPHRIES, Jane. (2010). *Childhood and Child Labour in the British Industrial Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.

ISARD, Walter. (1956). *Location and Space Economy*: A General Theory Relating to Industrial Location, Market Areas, Land Use, Trade, and Urban Structure. New York: The Technology Press of MIT & John Wiley and Sons.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. (2010). *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

LIMA, Araken Alves. (1998). *A crise que vem do verde da cana*. Uma interpretação da crise financeira do estado de Alagoas no período 1988-1996. Maceió: EdUFAL.

_____. (2006). *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. 1 v. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Unicamp.

LIMEIRA, Cristina. Finanças IN: CAVALCANTI, Arnóbio (Org.). (2006). *Superando a Estagnação*. Maceió: EDUFAL.

LUZ, Nícia Vilela Luz. (1961). *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega.

MACHADO, Fulvio de Barros Pinheiro. (2006) *Brasil, a doce terra – História do setor*. Repositório da EMBRAPA.
Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/historia_da_cana_000fhc62u4b02wyiv80efhb2attuk4ec.pdf

MACIEL, Osvaldo B. A. (2009). Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió. Maceió: Edufal.

MASCARO, Alysson Leandro. (2013). *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. (2003). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2013). *O Capital:* Crítica da Economia Política – Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. (1868). *Carta a Kuggelmann*. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/1868/letters/68_07_11-abs.htm

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (2010). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.

MELO, Airton de Souza. (2011). Repressão e Resistência nas Indústrias Têxteis em Alagoas: a luta operária por melhores condições de vida (1950-1964) IN: SALDANHA, Alberto (Org.). *A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: Edufal.

MÉSZÁROS, István. (2011). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORI, Klára Kaiser. (1997). *Brasil: urbanização e fronteiras*. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. (2004). A ideologia na constituição do espaço brasileiro IN: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP.

NERI, Gustavo & SALDANHA, Alberto. A Indústria Têxtil, o Decreto N° 19.739 e a Legislação Trabalhista IN: SALDANHA, Alberto (Org.). (2011). *A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EdUFAL.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. (2000) *A urbanização entravada: o processo de urbanização no território paulista na transição capitalista*. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco de. (1972). *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Vozes.

_____. (1977). *Elegia Para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. (2012). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

PROVÍNCIA DAS ALAGOAS. (1835).. Assembleia Legislativa. *Falla e Relatório de José Joaquim Machado d'Oliveira :Com que abriu a segunda sessão ordinária*. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. (1836). Assembleia Legislativa. *Falla e Relatório com que Antonio Joaquim de Moira abriu a segunda sessão ordinária*. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. (1842). Assembleia Legislativa. *Falla e Relatório:Com que Souza e Mello abriu a segunda sessão ordinária*. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. (1877). Assembleia Legislativa. *Falla e Relatório Com que Pedro A. da Costa Moreira abriu a segunda sessão ordinária*. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 30 jan. 2014.

RAMOS, Graciliano. (1992). *Dois relatórios ao governador de Alagoas*. Recife: Editora Massangana.

REIS FILHO, Nestor Goulart. (2000). *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp.

ROCHA, Luís Gomes da. (2007). *A participação do Sindpol na queda do Governo Suruagy*. Maceió: UNEAL.

SADER, Emir (Org.). (2013). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil - Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo.

SCHIFFER, Sueli Ramos. (1989). *As Políticas Nacionais e a Transformação do Espaço Paulista 1955 - 1980*. 199 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. (2004) São Paulo como polo dominantes do mercado unificado nacional IN: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP.

SIQUEIRA, Thales Rodrigues de. (2006*). O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais*: Um Estudo de caso. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_arquivos/30/TDE-2007-03-09T123540Z-727/Publico/Dissert_Thalles.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

STEIN, Stanley J. (1979). *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus.

TACCA, Fernando Cury. (2011). *O caso Flávio*. Campinas: Instituto de Artes/Unicamp. Disponível em: studium.iar.unicamp.br/caso_flavio/01.html

TAVARES, Hermes Magalhães. (2004). Celso Furtado E O Planejamento: Teoria E Ação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 2, n. 6, p.97-106. Disponível em: anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/119.

TENÓRIO, Douglas Apratto. (1996). *Capitalismo e Ferrovias no Brasil.* Curitiba, HD Livros.

_____. (2007). *A Tragédia do Populismo*: o impeachment de Muniz Falcão. Maceió: Edufal.

_____. (2009). *Metamorfose das Oligarquias*. Maceió: Edufal.